

RAFAELLA KRÜGER CORRÊA

**SÃO JOSÉ – SC: DIMENSÕES DO LUGAR ENQUANTO ESPAÇO DE
PRODUÇÃO E CONSUMO DE ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO
NA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis/SC

2007

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Rafaella Krüger Corrêa

**SÃO JOSÉ – SC: DIMENSÕES DO LUGAR ENQUANTO ESPAÇO DE
PRODUÇÃO E CONSUMO DE ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO NA GRANDE
FLORIANÓPOLIS**

Orientador: Ewerton Vieira Machado

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, Agosto de 2007

**SÃO JOSÉ – SC: DIMENSÕES DO LUGAR ENQUANTO ESPAÇO DE
PRODUÇÃO E CONSUMO DE ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO NA GRANDE
FLORIANÓPOLIS**

Rafaella Krüger Corrêa

Coordenador: _____

Prof. Dr. Carlos José Espíndola

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Geografia, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos básicos à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: _____

Prof. Dr. Ewerton Vieira Machado

Membro: _____

Prof. Dr. Odair Gercino da Silva

Membro: _____

Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani Silveira

Florianópolis – SC, 17 de Abril de 2007

Aos meus queridos pais, Josel e Walquíria, por serem o meu suporte, dando-me sempre amor e incentivo, torcendo por minhas vitórias e conquistas;

Ao meu esposo Paulo, companheiro de todas as horas, por todo amor e paciência;

A minha adorada irmã Marcela e meu cunhado Diones, presenças constante em minha vida.

A minha querida avó, Leca, pelo carinho, e meu eterno avô Ivo (in memoriam), por estar sempre iluminando meu caminho.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito que agradecer a várias pessoas pela ajuda e disponibilidade ao longo destes três anos de elaboração desta Dissertação de Mestrado. Assim, começo por agradecer a Deus, por estar sempre presente em minha vida, iluminando meu caminho;

Ao meu orientador, professor e amigo Ewerton Vieira Machado, pelo árduo trabalho de orientação, que sempre foi repleto de incentivo, paciência e dedicação constante; sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade;

Ao Coordenador do Curso de Pós Graduação em Geografia, Prof. Dr. Carlos José Espíndola e a Marli, funcionária da Secretaria, pelo apoio e colaboração;

A todos os professores do Programa, sábios mestres, que de uma forma ou de outra contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico;

Aos colegas do Mestrado pela excelente relação pessoal que criamos, e pelos momentos agradáveis que compartilhamos. Em especial a Analice de Ávila, colega, amiga e companheira nas orientações e Francinete de Britto, que mesmo longe proporcionou muitos momentos de descontração e alegria;

As minhas amigas de longa data, sem nenhuma ordem em particular, Nicalle, Ílian, Alessandra, Janaíne, Ana Paula e Suelen, que foram perguntando pelo trabalho e suportaram as minhas ausências, bem como as minhas presenças;

Aos Professores Membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. Odair Gercino da Silva e Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani Silveira, por contribuírem para o aperfeiçoamento deste trabalho;

Por último (mas os últimos são sempre os primeiros), não podia deixar de agradecer às pessoas mais importantes da minha vida. À minha família, pais, irmã, esposo, cunhado, avó, e demais parentes, pelo apoio incondicional que sempre me deram. Sei que estão orgulhosos de mim por ter concluído mais esta fase.

Especialmente quero agradecer aos meus pais por terem suportado os encargos dos meus estudos, e pela confiança que me inculcaram ao longo dos meus anos de vida, sei que devo a vocês tudo o que sou hoje.

Agradeço ao Paulo, esposo, companheiro, e amigo, que apesar de muitos 'débitos' de atenção, me apoiou nos bons e nos maus momentos, sempre manifestando paciência, amor e carinho.

Enfim, a todos que de alguma forma me ajudaram no desenvolvimento desta Dissertação, os meus sinceros agradecimentos.

O passo mais importante para chegar a concentrar-se é aprender a estar sozinho consigo mesmo.

Erich Fromm

RESUMO

Esta pesquisa trata o Lazer e o Turismo no Município de São José - SC, e tem como foco o (re)conhecimento dos espaços de produção e consumo daquelas potencialidades para o lugar e sua inserção regional. Este município, como parte integrante da Região da Grande Florianópolis teve, nas últimas décadas, um desenvolvimento bastante significativo, uma vez que a urbanização se expandiu como uma mancha indissociável, processo ditado pelas estratégias de desenvolvimento da capital catarinense para sua hinterlândia. Isto vêm promovendo elevado crescimento demográfico que, aliado à outras manifestações, fomentam a geração de necessidades para a produção de espaços comuns de uso do tempo livre (lazer, entretenimento e turismo). Assim, nos últimos anos, o resgate das manifestações histórico-sócio-culturais (cultura de base açoriana, preservação do patrimônio histórico, etc.), através de festas, feiras e outros eventos, têm servido de estratégias para viabilizarem empreendimentos, muitos dos quais estão associados às perspectivas de condições impostas pelos tentáculos da urbanização e do desenvolvimento turístico de Florianópolis. Nessas condições nota-se que, nos últimos anos, o município tem revelado interesse pelo incremento das receitas geradas com a atividade turística, na economia local, despertando inovadora mentalidade, advinda tanto do setor público quanto do privado e que vêm, cada vez mais mostrando-se capaz de redirecionar o município para novas “trilhas” da atividade turística, na região da Grande Florianópolis. Desse modo, este trabalho tem como propósito identificar e analisar configurações sócio-espaciais daquelas atividades no município, como atrativos locais/regionais, associando-os às conexões mundiais, na contemporaneidade promovidas a partir de Florianópolis e outros espaços mundiais. Como referência nos fundamentos teóricos, foram utilizadas contribuições acadêmicas de autores como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Adyr Rodrigues, Celso Barroso Leite, Luiz Gonzaga Trigo, entre outros. Tomou-se como apoio metodológico, procedimentos embasados em princípios de C.D.P. (Condicionantes, Deficiências, Potencialidades), onde os dados/informações, coletados a partir de fontes publicadas, foram reconhecidos in loco e, sistematizados, deram suporte ao texto dissertativo. Espera-se então, através das reflexões e discussões aqui contidas, contribuir para avanços nas análises da temática focada, nos contextos espaciais analisados.

ABSTRACT

This research is about leisure and tourism at São Jose County – SC, and its focus is the recognition of the production spaces and the consumption of the power to the place and its regional insertion. This County, as a part of the Region of the Big Florianópolis had, in the last decades, a really significant development, once that the housing development has expanded as a stain without reverse, process dictated by the strategies of development of the Catarinense Capital to your outskirts. This has promoted a high demographic growing that, with the other demonstrations, make the generation of necessities to the production of common use spaces of free time (leisure, entertaining and tourism). Likewise, in the last years, the ransom of this demonstrations, historic-social-cultural (a culture of Açoriana basis, preserving the historical heritage, etc), through parties, fairs and other events, has served of strategies to make it possible the enterprising, most of the are associated to the perspectives conditions commanded by the tentacles of the urbanization and the tourism development of Florianópolis. In this conditions we notice that, in the last Years, the County has revealed interest by the growth of the incomes generated with the tourism activity, at the local economy, awaking a brand new mentality, brought by both the public and the private sector which more and more shows capacity to make it go into a direction of new ways of the tourism activity, in the Big Florianópolis. This way, this work has as a propose, identify and analyze the settings social-space of those activities in the County, as local-regional attractive, associating to the world connections, promoted from Florianópolis and other world spaces. As reference at the theories fundaments, were used academies contributions from authors' as Milton Santos, Roberto Lobato Correa, Adyr Rodrigues, Celso Barroso Leite, Luiz Gonzaga Trigo, beside others. It became a methodological support procedures embased in principals of C.D.P. (Conditions, Deficiencies, Potentiality), where this data bases, collected by founts published, where recognized in loco and systemized, and gave support to the dissertate text. From this reflections and arguments that it's content, we hope to contribute to the advance of the analysis of the focus thematic, in the space contest analyzed.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – Esquema Básico de Distribuição do Tempo Diário Ideal na Vida de um Trabalhador	31
FIGURA 02 – Tentativa de Análise da Relação Existente entre Tempo Livre, Ócio, Lazer e Turismo	32
FIGURA 03 – Desembarques Internacionais no Brasil Período: 2002-2005.....	52
FIGURA 04 – Mapa de Localização do Município de São José – SC	63
FIGURA 05 – Mapa do Município de São José: Divisão por Distritos Administrativos.....	66
FIGURA 06 – Bairros do Município de São José	67
FIGURA 07 – Casarões no Centro Histórico de São José (Década de 30).....	74
FIGURA 08 – Vista Parcial da Cidade de São José: Edificações Próximas ao Mar (Década de 1930)	74
FIGURA 09 – Catraca de Travessia entre Ilha e Continente (década de 1920)	76
FIGURA 10 – Mercado Público de Florianópolis: Canoas Trazendo Gêneros (entre 1898 e 1935)	77
FIGURA 11 – Venda de Louças de Barro no Mercado Público (entre 1898 e 1935)	77
FIGURA 12 – Mercado Público: Venda de Gêneros Alimentícios (entre 1898 e 1935)	78
FIGURA 13 – Início da Construção da Ponte Hercílio Luz	79
FIGURA 14 – Esgoto Lançado Direto na Praia (Ponta de Baixo)	97
FIGURA 15 – Assoreamento e Poluição de Rios e Córregos na Sede do Município	97
FIGURA 16 – Praia do Bom Abrigo (década de 1950)	106
FIGURA 17 – Vista da Praia da Saudade em Coqueiros (década de 60)	106
FIGURA 18 – Localização dos Grupos de Atrativos Turísticos e seus Principais Tipos de Ofertas no Município de São José - SC, 2006.....	113
FIGURA 19 – Beleza Cênica na Praia da Ponta de Baixo	116
FIGURA 20 – Ilha da Casca	116
FIGURA 21 – Vista Aérea do Lago da Pedreira	117
FIGURA 22 – Igreja Matriz de São José.....	119

FIGURA 23 – Solar dos Ferreira Mello: Museu e Biblioteca Municipal	120
FIGURA 24 – Prédio da Fundação Municipal de Cultura e Turismo	121
FIGURA 25 – Theatro Adolpho Mello	122
FIGURA 26 – Bica da Carioca	123
FIGURA 27 – Antiga Casa da Câmara e Cadeia – Hoje Casa da Cultura	123
FIGURA 28 – Atual Cine York	124
FIGURA 29 – Bar Cine York (1925) no Saguão do Theatro	125
FIGURA 30 – Exposição de louças de barro na 5ª edição da Açorfesta	128
FIGURA 31 – Oleiro Demonstrando Processo de Fabricação de Peças em Barro na Açorfeta (2005)	128
FIGURA 32 – Escola de Oleiros em São José	130
FIGURA 33 – Folder de Divulgação da Feira	130
FIGURA 34 – Renda de Bilro	132
FIGURA 35 – Artefatos de Cerâmica e Renda de Bilro	132
FIGURA 36 – Exposição de Artesanatos na 5ª Açorfesta	133
FIGURA 37 – Artesanatos Confeccionados da Palha de Bananeira – Açorfesta/2006	133
FIGURA 38 – Apresentação de Dança: Pau de Fitas	134
FIGURA 39 – Ilustração dos Serviços Hoteleiros Ofertados em São José	140
FIGURA 40 – Entrada Principal do Centro Multiuso	157
FIGURA 41 – Vista Lateral do Centro Multiuso	157
FIGURA 42 – Fórum Municipal	159
FIGURA 43 – Centro Empresarial Terra Firme	159
FIGURA 44 – Vista Parcial da Avenida Beira Mar Após o Aterro	161
FIGURA 45 – Vista da Beira Mar antes do Aterro	161

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Motivações da Demanda Turística Internacional: Caso Brasileiro Período de 1999 – 2003	41
TABELA 02 – Chegada de Turistas Internacionais no Mundo por Região Período: 2002 – 2005	50
TABELA 03 – Receita Cambial Gerada pelo Turismo Internacional, por Região Período: 2002 – 2005	51
TABELA 04 – Registros Demográficos de Municípios do Núcleo Metropolitano da Grande Florianópolis – 2000	64
TABELA 05 – Evolução da Urbanização da População Josefense: Período de 1960 a 2000	86

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Hotéis Existentes no Município de São José Distribuídos por Localidades	137
QUADRO 02 – Equipamentos Hoteleiros: Capacidade Instalada em 2007	138
QUADRO 03 – Valor das Tarifas Cobradas nas Diárias pelos Estabelecimentos Hoteleiros	139
QUADRO 04 – Meios de Hospedagens do Tipo Empresário Existentes no Município de São José (Ativos no Cadastro da JUCESC)	141
QUADRO 05 – Meios de Hospedagens do Tipo Sociedade Existentes no Município de São José (Ativos no Cadastro da JUCESC)	142
QUADRO 06 – Oferta de Serviços Turísticos no Município de São José e Cadastrados no Ministério do Turismo	150
QUADRO 07 – Oferta De Outros Serviços Turísticos Existentes Em São JOSÉ	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
AUF – Aglomera Urbano de Florianópolis
BC – Banco Central
BESCTUR – Banco do Estado de Santa Catarina – Empreendimentos e Turismo S/A
BNH – Banco Nacional de Habitação
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CATI – Centro de Atenção a Terceira Idade
C.D.P. Condicionantes, Deficiências, Potencialidades
CASAN - Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CODESUL – Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul
CODISC – Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina
COHAB – Companhia de HABitação
CTG – Centro de Tradições Gauchescas
ELETROSUL – Central Elétrica do Sul do Brasil
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMCT – Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José
FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INADES – Instituto Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
JUDESC – Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
MTUR – Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial do Turismo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SICT – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

SPU – Serviço de Patrimônio da União

TELESC - Telecomunicações de Santa Catarina S.A.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

U.H – Unidade Habitacional

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - ESPAÇO GEOGRÁFICO E MANIFESTAÇÕES DE LAZER & TURISMO.....	22
1.1 Considerações sobre o espaço geográfico	22
1.2 A produção e a reprodução do espaço turístico.....	25
1.3 Do ócio ao lazer e do lazer ao turismo.....	29
1.3.1 Considerações sobre ócio	33
1.3.2 Concepções de lazer	38
1.3.3 Atividade turística: conceituação e notas evolutivas.....	43
1.4 Turismo e sua dinâmica sócio-econômica na produção espacial	48
1.5 Perspectivas da atividade turística no mundo contemporâneo	54
CAPÍTULO II – MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ: PANORAMA SÓCIO-ESPACIAL E SUA INSERÇÃO NA DINÂMICA REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	62
2.1 Breve caracterização da área de estudo.....	62
2.2 Contextos sócio-espaciais: elementos da gênese e da trajetória do lugar.....	69
2.2.1 Os açorianos e a dinamização da economia	72
2.2.2 Freguesia de São José.....	73
2.3 Ascensão e decadência da economia josefense até 1950	75
2.4 Aspectos da expansão urbana: o estado como agente propulsor do desenvolvimento comercial/industrial	82
2.4.1 Transformações no espaço josefense	84
2.4.1.1 Conjuntos habitacionais e loteamentos no município de São José ..	87
2.4.2 Atividade industrial em São José.....	90
2.4.3 Urbanização e impactos sócio-ambientais	92

CAPÍTULO III – (RE)CONHECIMENTO DOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE LAZER E TURISMO: AS POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC.....	100
3.1 Estrutura atual: características e perspectivas.....	100
3.1.1 Antecedentes das atividades de turismo em são José.....	103
3.1.2 O turismo hoje	107
3.2 Atrativos locais: levantamento dos recursos turísticos.....	112
3.2.1 Atrativos ecológico-naturais.....	114
3.2.2 Atrativos histórico-culturais.....	118
3.2.2.1 Artesanato, manifestações folclóricas, artísticas e culturais.....	127
3.3 Infra-estrutura turística.....	136
3.3.1 Meios de hospedagens.....	136
3.3.2 Equipamentos de alimentação (bares, restaurantes e afins).....	145
3.3.3 Infra-estrutura urbana e equipamentos de apoio.....	148
3.4 Turistificação e espaços de modernidade contemporâneos: São José na lógica do mundo globalizado.....	153
3.5 Equipamentos de lazer: o caso da beira mar de São José – alguns comentários	160
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 169
 REFERÊNCIAS.....	 175
 ANEXOS	 185

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um estudo de caráter geográfico, que realiza uma reflexão sobre o espaço municipal josefense. A idéia surgiu como tentativa de fazer um (re)conhecimento dos espaços de produção e consumo de lazer e turismo naquele lugar, identificando-os como potencialidades locais de desenvolvimento, articuladas às condições da grande Florianópolis.

Nas pretensões desta pesquisa buscou-se, através de recortes espaço-temporais do município, que vem revelando importância sob dimensões, oferecer contribuições para a ciência geográfica brasileira, e afins, para diversas escalas de análises. Acredita-se assim, que a partir das peculiaridades deste lugar, poderemos discutir novas formas de organização espacial, permitindo compreender as realidades cotidianas e suas contradições, bem como este espaço é produzido e reproduzido constantemente através de atividades de entretenimentos turísticos.

O espaço geográfico, no âmbito deste estudo, é compreendido a partir das contribuições do geógrafo Milton Santos, como uma totalidade social, constituído por elementos que, além de marcar sua dinâmica, servem como possibilidade para entender uma realidade concreta. Portanto o espaço, enquanto objeto geográfico, caracteriza-se como sendo

(...) um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimentos (SANTOS, 1988:26).

Assim, nesta perspectiva de totalização, o espaço geográfico de São José não deve ser considerado de forma isolada, mas nas dimensões de sua inserção ao processo atual dos circuitos da globalização, ao qual está centrado nas irradiações de tentativas de explicação da contemporaneidade. Dessa forma, sua inserção como unidade municipal contígua à capital catarinense, vem possibilitando sua

qualificação e transformação em dinâmico pólo sócio-econômico, notadamente, como lócus de atividades terciárias, na região da Grande Florianópolis.

Neste contexto, como cada lugar tem especificidades da sua formação, em São José esta dinâmica não seria diferente. O município, enquanto lugar ou região, desempenha conexões mundiais, fazendo parte de uma rede de inter-relação global de lugares, e que de acordo com Machado (2005:03), o lugar se revela como “(...) ponto de conexão e articulação com o mundo. Este, por sua vez, se encontra em todos os lugares, manifestados a partir das possibilidades locais, dentro do movimento realizado pelo espaço como um todo”.

Mediante a esta condição, considerou-se como prioritário, neste estudo, fazer um resgate histórico do Município de São José, na tentativa de compreender as transformações nele desencadeadas que vão desde a chegada dos imigrantes açorianos no litoral catarinense, até os dias de hoje.

A partir daí, como fio condutor desta pesquisa, as reflexões partem de um questionamento central, que assim se definiu: Os espaços de lazer de São José podem ser considerados atrativos turísticos para o município? Contudo, é necessário que outras questões também sejam esclarecidas, ou seja, o Município de São José já dispõe de atrativos, produtos e serviços possíveis de serem enquadrados no contexto de consumo turístico e de lazer; nos condicionantes locais, quais são suas potencialidades no contexto do desenvolvimento do turismo na região da Grande Florianópolis; e por fim, como esta atividade tem induzido às novas reorganizações e contribuído no contexto regional, influenciado por lógicas movidas a partir de Florianópolis.

Como aporte metodológico nas tentativas de realização dos levantamentos, sistematização e discussões para esta pesquisa, tomou-se como referencial de apoio, procedimentos adaptados por Machado (1986) embasados em princípios de C.D.P. - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (Vide anexo nº 01, detalhamento da proposta). Assim sendo, as informações e dados foram coletados a partir de fontes primárias, relatórios técnicos, estudos acadêmicos, e outros recursos de base cartográfica (como mapas, fotos, etc) que geram os subsídios básicos norteadores dos elementos empíricos, reconhecidos in loco e tratados, quando

conveniente, nas partes desta pesquisa. Em anexo (nº 02), segue também, todo um quadro sintético ao levantamento exploratório que se fez, definindo as bases do que se considerou como “Condicionantes Turísticas do Município”.

Os termos – C.D.P. – foram definidos pelo CNDU-MINTER para orientação em planejamentos e usos do solo urbano, e já foi aplicado, por exemplo, pelo IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, na montagem do Plano de Desenvolvimento Turístico do AUF (Aglomerado Urbano de Florianópolis), assim como pelo Departamento Técnico de Treinamento do Estado do Paraná, orientando metodologias para a assistência técnica em Planos Diretores. Em nosso estudo, a utilização dos princípios de C.D.P. possibilitou fazer um levantamento para análise e sistematização dos espaços de consumo turístico e de lazer em São José, bem como identificação dos fatores que limitam o desenvolvimento da atividade turística e de lazer no município.

A utilização de elementos da sistemática de C.D.P. tem como vantagens, a ordenação criteriosa de fatos e problemas, resultantes de observações, levantamentos e reflexões, considerando os diferentes níveis de qualificação e acesso à informação de que dispõem os municípios.

Assim, qualquer elemento da estrutura de um município pode ser Condicionante ou possuir Deficiências ou ao mesmo tempo representar uma Potencialidade, abrindo margem para interpretação pessoal e/ou coletivas, conforme as conveniências que se fazem necessárias em cada caso estudado. Veja-se, então, o que cada um desses elementos pode esclarecer a respeito de suas características e possíveis caminhos norteadores sob usos metodológicos.

CONDICIONANTES: são basicamente os elementos físicos encontrados no ambiente adaptado ou natural, determinantes da oferta e da demanda turística. Os condicionantes figuram como aspectos de preservação, manutenção e conservação das diversas peculiaridades.

DEFICIÊNCIAS: são elementos que geram situação de caráter negativo para o desempenho de atividades com fins turísticos e/ou relacionadas, e que significam estrangulamento de caráter qualitativo e/ou quantitativo do setor. Como os

condicionantes, as deficiências são também elementos da paisagem natural ou adaptada.

POTENCIALIDADES: são elementos, recursos ou vantagens (da paisagem natural ou adaptada) que até então não foram aproveitadas adequadamente e que poderiam ser incorporadas positivamente ao sistema, gerando benefícios, sem a necessidade de grandes investimentos públicos e/ ou privados.

Com esta sistemática é possível obter uma visão sintética qualitativa das variáveis observadas. No entanto, isso não impede, quando oportuno, a utilização de mecanismos quantitativos, a fim de auxiliar em análise comparativa dos fenômenos.

A partir de dados levantados, nos referenciais teóricos e nas visitas in loco, foi possível fazer o reconhecimento das áreas e dos locais de lazer no Município de São José, onde são apresentadas algumas tentativas de identificar os tais espaços de produção para o consumo de lazer, que podem ser considerados atrativos turísticos para aquele município. A partir das articulações que se estabelecem entre São José com Florianópolis, são realizadas discussões acerca das possibilidades e limitações que têm nessa integração e potencialidade para o desenvolvimento urbano-regional.

Para delinear melhor as intenções desta pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos norteadores de estudo:

OBJETIVO GERAL:

Identificar e Analisar configurações sócio-espaciais do Município de São José, através de aspectos relacionados à produção de espaços para consumo turístico e de lazer, como atrativos locais/regionais, associando-os às conexões mundiais, na contemporaneidade, promovidas a partir de Florianópolis.

Objetivos Específicos:

1. Discutir aspectos do processo de formação sócio-espacial brasileiro e nele, a inserção do Município de São José, a partir de Santa Catarina;
2. Reconhecer locais de produção para consumo turístico e lazer do município e suas articulações/vinculações ao espaço regional florianopolitano;
3. Identificar, através da ação estatal (nacional, estadual, municipal) elementos acerca de políticas públicas reveladoras de intenções diretas e/ou indiretas para o desenvolvimento turístico;
4. Analisar, nas potencialidades locais, as possibilidades e as limitações conjunturais como fatores para o desenvolvimento urbano e regional.

Diante desses esclarecimentos este estudo segue, também, percursos de diferentes leituras, onde o espaço do Município de São José é visto como um fator da evolução social, na sua historicidade, que é produzida e reproduzida constantemente. Esperamos, então, com essas premissas discutidas, a partir das potencialidades locais, revelar possibilidades e limitações daqueles espaços, através de características de produção do lazer e consumos turísticos.

Nossas considerações, nesta pesquisa, estão estruturadas da seguinte forma: o Capítulo 1 apresenta uma revisão teórico-conceitual, referente ao espaço geográfico e seus desdobramentos. Assim, esta etapa tenta dar conta de explicar, através dos conceitos de vários autores, como Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, o significado da categoria espaço. Ainda nesta primeira parte procurou-se entender a atividade turística, em sua totalidade, como um fenômeno sócio-espacial, distinguindo-a de outras formas de “uso” do tempo livre, como o ócio e o lazer.

O Capítulo 2 procura tecer algumas considerações gerais sobre o Município de São José, dando ênfase na gênese e na trajetória do lugar, que teve em sua história, momentos de dinamização e crescimento, como também de estagnação

econômica. São apresentados aspectos da expansão urbana e desenvolvimento comercial e industrial, bem como características das transformações recentes que lá ocorreram. Nesta mesma direção também se procurou identificar e compreender ações estatais e os principais agentes que contribuíram e/ou participaram da produção e das transformações do espaço de São José.

No Capítulo 3 as discussões avançam acerca da estrutura atual do município em termos de infra-estrutura, sua verticalização e a falta de espaços destinados às práticas de atividades ao ar livre. Assim, destacamos, através dos processos de renovações urbanas, e de valorização do patrimônio natural, histórico e cultural, os espaços de produção e consumo de lazer, como potencialidades turísticas do lugar.

Por fim são apresentadas as Considerações Finais. Nelas estão sintetizadas algumas das principais discussões que foram arroladas ao longo deste estudo.

É importante mencionar, desde já, que de modo algum tivemos a pretensão de afirmar ou propor que São José pode ou deve se transformar em um pólo autônomo de atração turística, capaz de concorrer com Florianópolis. Estamos apenas deduzindo, que o município possui inúmeros atrativos e opções de lazer, que podem representar uma complementaridade no processo de expansão da atividade turística da cidade de Florianópolis.

Esperamos, finalmente, com esse esforço acadêmico não apenas ter ampliado, transdisciplinarmente, a nossa formação profissional, mas, sobretudo, ter realizado reflexões que também permitam contribuir para os avanços nas análises da temática tocada no contexto local/regional.

CAPÍTULO I - ESPAÇO GEOGRÁFICO E MANIFESTAÇÕES DE LAZER & TURISMO

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Entre as ciências que se preocupam com o a organização do espaço terrestre, é a geografia que tem ele como seu objeto de estudo. Assim, nas tendências que existem, atualmente, devem ser encontrados, com certeza, vários pensadores que procuram fundamentar suas concepções a respeito do “espaço geográfico” e/ou contribuições para estudos afins.

Em nossas reflexões adotamos contribuições apresentadas pelo professor Milton Santos, a partir da idéia de que o espaço representa uma totalidade social, constituído dos seguintes elementos: Homem – fornecedor ou condutor de trabalhos, Firms – produtoras de bens idéias e serviços, Instituições – produtoras de normas e legislações, Infra-estruturas – trabalho humano materializado ou geografizado, Meio Ecológico – complexo territorial de base física do trabalho humano. Esses elementos como categorias de análise, em conjunto servem, portanto, como possibilidade para se entender e interpretar fenômenos espaciais em sua totalidade, na perspectiva de uma realidade concreta, onde o espaço geográfico está em evolução permanente. É através dele, que vai se processar uma dada organização social, induzindo um complexo conjunto de usos da terra.

Essa evolução do espaço geográfico, mencionada por Santos, jamais termina e, de acordo com esse autor, “o fato acabado é pura ilusão” (SANTOS, 1979:30). Desta forma, a “totalização” do espaço geográfico é, pois, em diversas dimensões de análises elaboradas pela geografia e ciências afins, freqüentemente mostrado em escalas recortadas de lugar, de região, e da nação, a condição do que é o Mundo no seu acontecer.

A caminho dessa mesma perspectiva, Konder (1984), reafirma que a totalidade é apenas um momento de um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. A modificação do todo só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem: “Uma certa compreensão do todo precede a própria possibilidade de aprofundar o conhecimento das partes” (KONDER, 1984:45).

Buscando-se uma conceituação para o vocábulo espaço se verificou que o mesmo assume inúmeros significados, variando conforme o autor e o uso em questão. Entendemos, então, o espaço como objeto geográfico, constituído de características que marcam sua dinâmica. Desta forma, é preciso compreendê-lo a partir de resultados da “junção” entre os aspectos naturais (ecológicos) e da sociedade. Ele, o espaço geográfico, deve ser analisado como um fator da evolução social, na sua historicidade, que é produzido e reproduzido constantemente, onde os lugares mudam de valor, de papel e significações ao longo do tempo.

Desde início do século passado o espaço tem freqüentemente aparecido em temas de estudos de diferentes campos do conhecimento, notadamente nos meios acadêmicos, graças não apenas às tendências dos índices de crescimento econômico mas, sobretudo, às novas complexidades territoriais em todo o mundo. Neste contexto, para Dollfus (1975), o espaço geográfico se faz e evolui a partir de conjuntos de relações, as quais se estabelecem no interior de uma realidade, sob um quadro concreto, ou seja, da superfície da terra.

Assim, o espaço geográfico é mutável, diferenciado, e conforme dito anteriormente, sofre transformações à medida que avança o curso da história. Se torna, portanto, *lócus* de complexas relações, que, de acordo com Santos, constitui “um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimentos” (SANTOS, 1996:26).

Esses objetos naturais e sociais, articulados, constituem a organização espacial da sociedade. Desta forma, ponderações adotadas por Corrêa (1990), concluem que a organização espacial é o resultado do trabalho social acumulado ao longo do tempo, que transforma diferencialmente a natureza, criando formas

espaciais diversas sobre a superfície da terra. E conforme Santos (1985)¹, para se compreender uma dada organização espacial e sua evolução, é necessário interpretar, metodologicamente, a relação dialética existente entre processo, forma, função e estrutura como referenciais de base de um método geográfico para análise espacial.

Para aquele autor, a forma é o aspecto visível, e possui dimensão material. Já a função é a atividade a ser desempenhada pelo objeto. Existe assim, uma relação direta entre a forma e a função, ou seja, a forma é criada para desempenhar determinada função. Por fim, a estrutura diz respeito ao modo como os objetos estão organizados e a maneira como estão inter-relacionados. O processo é então, uma estrutura em seu movimento de transformação.

A análise da organização do espaço se torna, portanto, um objeto de estudo pelo que é capaz de reproduzir dimensões de totalidade social, como se procurou demonstrar nesta pesquisa, a partir do Município de São José. Pelos termos de Santos (1985) o espaço é, pois, uma instância da sociedade (econômica, política, cultural, etc.) que contém e é contida pelas demais instâncias, como também cada uma dessas instâncias, contém e é por ele contida. Logo, reafirma-se que,

(...) a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 1985:1).

Neste estudo sobre São José, a partir da apropriação e da utilização do espaço pela sociedade ao longo do tempo, verifica-se quais foram os elementos que processaram as transformações espaciais, pois, é o movimento histórico que produz e reproduz o espaço constantemente. Deste modo, a dinamicidade contemporânea do espaço, que assume múltiplos aspectos, assume também funções de

¹ Machado (2000:2) menciona e com frequência reafirma essas abordagens miltonianas que sintetizam, metodologicamente, o que autores com H. Lefébvre (1984 e 1981) e R. L. Corrêa (2002), se referem para estudo de “organização espacial”.

especializações diferenciadas, entre as quais o turismo e o lazer, como destaques nas especificidades desta pesquisa.

1.2 A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

As relações sociais que se estabelecem sob um determinado espaço, associadas ao desenvolvimento tecnológico e a universalização do capital, vem produzindo, com frequência, padrões de comportamento, de produção e de consumo, em várias escalas mundiais. São formas globais, onde “(...) o ‘mundo’ invade cada espaço particular, seja do indivíduo ou de sua comunidade, e o transforma em um território ‘aberto’, transfigurado, mercantilizado e integrado em um complexo conhecido por (...) globalização” (TRIGO, 1997:26).

Neste processo, Carlos (1996:28), observa que “(...) as comunicações diminuem as distâncias tornando o fluxo de informações contínuo e ininterrupto; com isso, cada vez mais o local se constitui na sua relação com o mundial”. Assim, “(...) a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (SANTOS, 1996:272-3). Carlos também afirma que a globalização materializa-se concretamente no lugar, pois é nele, que se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, ou seja, é no lugar que vive e se realiza o cotidiano, e é desta forma que ganha expressão mundial.

Isso tudo vem reforçar que a “globalização” e/ou a mundialização², são as grandes responsáveis pela criação e pelo acesso às novas mercadorias e aos novos mercados, onde “tudo se pode vender” e “tudo se pode comprar”.

Inserido também nesse circuito de troca, o espaço entra na esfera da comercialização, onde os lugares, enquanto dimensões do espaço geográfico, são

² De acordo com Carlos (1999), a globalização e mundialização são dois termos distintos. O primeiro está ligado à internacionalização da produção e o segundo, refere-se ao fenômeno de constituição da sociedade urbana.

constantemente produzidos e reproduzidos, visando atender as necessidades criadas por uma sociedade de consumo. Estes “espaços de consumo”, criados para o “consumo do espaço”, têm o lazer e o turismo como extensões das atividades produtivas, um novo ramo econômico, que se manifesta em diferentes condições.

O lazer e o turismo, como possibilidades de entretenimento, estão entre as atividades “campeãs” de crescimento econômico, alinhando-se entre as mais promissoras da contemporaneidade. Estas práticas, realizadas sobre a superfície da terra, criam faixas territoriais de espacializações, comumente chamado de “espaço turístico”, que nada mais é do que uma expressão de construção, ou seja, um espaço criado/produzido a partir de peculiaridades do próprio espaço geográfico.

Assim, a partir da definição de Santos (1979) de que o espaço representa uma totalidade, entendemos a atividade turística como uma forma de utilização e de consumo do espaço, onde este último é apropriado³ pelo valor paisagístico que oferece, e pelas condições ambientais específicas que prevalecem em cada localidade. As características que marcam sua dinâmica revelam, portanto, diferentes estágios de articulação entre “sistema de objeto” e “sistemas de ações”, nas mais variadas dimensões de lugares.

Vale lembrar ainda, que nenhum espaço turístico tem sentido por si só, ou seja, fora de um contexto maior. Sua valorização não se dá somente a partir de peculiaridades, mas, também, da diversificação de atrações que determinado lugar oferece. Por exemplo, provavelmente, ninguém chega à Florianópolis em busca de uma única praia. A atração de turistas, particularmente pela a Ilha de Santa Catarina, ou para qualquer outro destino turístico se dá, na maioria das vezes, pela diversidade de atrativos e pela combinação de serviços que o lugar oferece, como a quantidade e qualidade das ofertas e infra-estruturas, equipamentos de hospedagens, os restaurantes, o patrimônio histórico-cultural, etc. Enfim, é um conjunto de fatores que possibilitam o entretenimento e o envolvimento do visitante ou turista pelo tempo que permanecer no local visitado.

³ Não é apenas a atividade turística que se apropria e também transforma o espaço. No entanto, devido a importância do espaço para o desenvolvimento do turismo, “(...) impõe-se a necessidade de um agir responsável, concatenando forças e interesses, que resultem em atuações benéficas e satisfatórias, em termos sociais, ambientais, econômicos e culturais e, principalmente, no que diz respeito a ordenação de seu território”(CAMARGO & SILVA, 2005:244).

O turismo, conforme Rodrigues (2001), como fenômeno que articula áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras), desenvolve dinâmicas entre fixos e fluxos, revelando suas tendências em várias escalas espaciais. É nessas áreas que se produz o espaço turístico e se reorganiza o espaço anteriormente ocupado. Aí também ocorre o consumo do espaço ou, o consumo turístico do espaço. No entanto, a existência do espaço turístico está condicionada a alguns elementos, que para aquela autora seriam os seguintes:

(...) oferta turística, demanda, serviços, transportes, infra-estrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e de comercialização. É evidente que esses elementos se encontram em ação e interação recíprocas, não podendo ser compreendidos separadamente (RODRIGUES, 2001:45).

Estes elementos, espacializados e em conjunto, constituem as características reveladoras dos lugares ditos como turísticos. Conseqüentemente, o turismo introduz no espaço objetos (técnicos) definidos pela possibilidade de permitir, na atividade, o seu desenvolvimento em um determinado lugar.

Contudo, verifica-se que os espaços produzidos e reproduzidos pelo turismo e/ou para o turismo, são negociados como cenários criados sobre uma base (na maioria das vezes paisagística) que, associada a aspectos culturais, históricos sociais e ambientais, constitui a matéria-prima para o contínuo processo de produção e reprodução de mercadorias, como também, para o consumo do espaço enquanto tal.

Na “venda” dos destinos turísticos, por exemplo, torna-se evidente que, assim como o espaço, a atividade turística deve ser vista, como bem lembra Machado (1985:14), como “(...) uma mercadoria, pois está produzida a partir de variáveis do meio geográfico, com finalidade de consumo em valores variados, a partir das necessidades de consumo de cada ser humano”. Neste caso, o turismo não pode ser analisado apenas na sua existência como um fator externo, uma atividade exógena do espaço e da sociedade.

Portanto, o turismo constitui-se num fenômeno sócio-espacial complexo, de grande valor simbólico-cultural aos sujeitos que o praticam e aos sujeitos que vivem nos lugares onde ele é praticado. E como ressalta Ouriques (2005:20), essa atividade no sistema capitalista se manifesta,

(...) como uma forma de fetichismo. As paisagens naturais e socialmente construídas tornam-se objetos de consumo turístico, como se isso fosse uma característica a elas inerente. Dessa forma, por meio da valorização de lugares onde os atributos paisagísticos delicias os sentidos humanos, é produzido o fetichismo espacial.

Assim, sendo a produção e a reprodução do espaço um dado social e, considerando que os espaços são valorizados e (re)valorizados de modo diferenciado pelas sociedades, em função das possibilidades técnicas que determinam sua utilização, dos fatores políticos, econômicos, ambientais e, também, culturais, concorda-se com Cruz (2000), quando diz que qualquer espaço do planeta pode ser considerado um “espaço turístico”. Isso, pois, “potencialmente”, todos os lugares são turísticos, e existem tantos segmentos de turismos, como também, de turistas.

Desta forma, assim como a atividade turística é uma invenção cultural, diversos lugares e destinos são também constantemente criados e recriados, procurando atender os mais variados gostos possíveis. Entretanto, a criação de atrativos turísticos em um determinado lugar “(...) requer uma crescente racionalidade devido à competitividade entre produtos turísticos, que se dá, hoje, em escala global” (CRUZ, 2000:22).

Por isso são fatores determinantes para a turistificação do espaço, as combinações entre objetos naturais e/ou artificiais com infra-estrutura (urbana e turística), e os diversos serviços que viabilizem a produção turística, criando produtos capazes de atrair, entreter e conquistar turistas. Desta forma, os elementos do produto turístico⁴ são de primordial importância, porque constituem o ponto sobre

⁴ Por elementos do produto turístico, entende-se o conjunto de bens e serviços – recursos naturais, culturais, infra-estrutura de acesso, alojamentos, infra-estrutura básica - ofertados numa região ou pólo turístico e destinado ao consumo turístico.

o qual o núcleo receptor do turismo se organiza. Também acreditamos na relevância de um planejamento antecipado e contínuo das atividades nessas áreas, a fim de se evitar uma futura degradação ambiental e a agressão às características mais originais do meio em que se insere.

1.3 DO ÓCIO AO LAZER E DO LAZER AO TURISMO

Nas últimas décadas as temáticas: ócio, lazer, e turismo vêm ganhando destaque tanto nas preocupações da vida das pessoas, como em reflexões do mundo acadêmico. Estes termos estão intimamente vinculados entre si, pois, a ocorrência de qualquer um deles depende, entre outras circunstâncias, do tempo disponível para cada indivíduo ou segmentos sociais.

Quando se fala em tempo disponível, estamos nos referindo ao tempo em que é possível se dedicar mais às atividades prazerosas, de livre escolha, que não são necessariamente obrigatórias. Neste contexto, a partir do século XVIII, a reivindicação pela possibilidade de se ter um maior tempo livre passou a ser uma luta para significativa parte dos trabalhadores.

O gradual rompimento de desumanas condições de trabalho, que caracterizaram parte das conseqüências da Revolução Industrial⁵, representou um marco para as camadas mais baixas da população. Assim, com as conquistas adquiridas pelos trabalhadores⁶, como as reduções nas horas de trabalho diário, o descanso semanal e anual (férias) remunerado, além do direito a aposentadoria, ou seja, com os direitos trabalhistas conquistados e garantidos por lei, surgiram novas

⁵ Entre estas desumanas condições de trabalho (que ocorreram na Inglaterra no início da Revolução Industrial) destacam-se as péssimas condições de higiene das fábricas, os baixos salários e castigos físicos, o trabalho infantil, a ausência de direitos dos trabalhadores, a elevada carga horária (as jornadas de trabalho chegavam até dezoito horas por dias), entre outras.

⁶ Foram alcançadas depois de muitas lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Tais reivindicações tiveram início a partir organização de trabalhadores em grupos, formando as *trade unions* (espécie de sindicatos), que se espalharam por diversas regiões da Europa. Estas primeiras formas de organizações trabalhistas surgiram como forma de protesto e revolta contra a ordem social existente na época, fazendo com que a classe operária passasse a lutar contra a situação de miséria e exploração em que vivam.

exigências (por parte dos trabalhadores) em razão, principalmente, da necessidade de satisfações dos indivíduos e da possibilidade de adquirir novos produtos de consumo.

O tempo livre (ou o tempo do ócio), como destaca Mendes (1996:73), “(...) tornou-se o momento ilustre do consumo, da reposição de energias e de resistência à fadiga latente que as atividades extremamente fragmentadas impõem aos indivíduos”. Pode-se dizer que, em face, principalmente, ao consumo descontrolado que tomou conta da sociedade contemporânea, este tempo disponível passou a ser, em escala cada vez mais crescente, controlado pelo capital, onde a arte, a cultura, o lazer, o turismo e qualquer tipo de diversão, entraram na “era da comercialização”.

Dumazedier (1979), lembra que é também no tempo liberado pelo trabalho que as pessoas podem consumir bens e serviços culturais. Neste sentido, Leite afirma: “(...) o progressivo aumento do tempo livre, (...) promoveu uma verdadeira revolução na existência humana, na ordem social e, sobretudo na cultura” (LEITE, 1995:34).

No curso da evolução cultural e com os avanços tecnológicos, principalmente no que diz respeito aos meios de comunicação e na compra de bens, práticas de atividades como turismo e lazer, também passaram a ser “estimuladas” para os indivíduos, impulsionados pelas diferentes atuações sociais no sistema capitalista. Sob este contexto Vargas (1998:11) comenta que a

(...) necessidade de diversificação de fórmulas de vendas e segmentação de mercado aliados às técnicas mais sofisticadas de indução do consumidor, via propaganda, possível através da evolução dos meios de comunicação, passaram, a despertar nos indivíduos desejos que estavam longe de serem considerados necessários.

As viagens se tornaram uma das significativas maneiras de consumos criados pelo sistema capitalista em tempos contemporâneos. Desta forma, as propagandas e toda a mídia que envolve o imaginário, motivações, sonhos e desejos das pessoas, fizeram com que o turismo também passasse a assumir forma de mercadoria, onde qualquer tipo de diversão pode ser comercializado como tal.

É relevante salientar que, quando se menciona a idéia de tempo livre, estamos nos referindo ao tempo desejável e disponível para um trabalhador (Vide Figura 01) depois do cumprimento das necessidades básicas. A partir daí, o indivíduo poderá dispor de seu tempo dentro de certas possibilidades da realidade em que está inserido. Contudo, a ocupação deste mesmo tempo pode variar em razão de certos fatores como: financeiros, culturais, sociais, profissionais, psicológicos, etc.

Quanto à disposição e consumo do tempo livre, em geral, são consideradas alternativas: as obrigações (sociais e familiares), o ócio, e o lazer como forma de entretenimento. Entre as possibilidades deste último, também merece destaque a atividade turística.

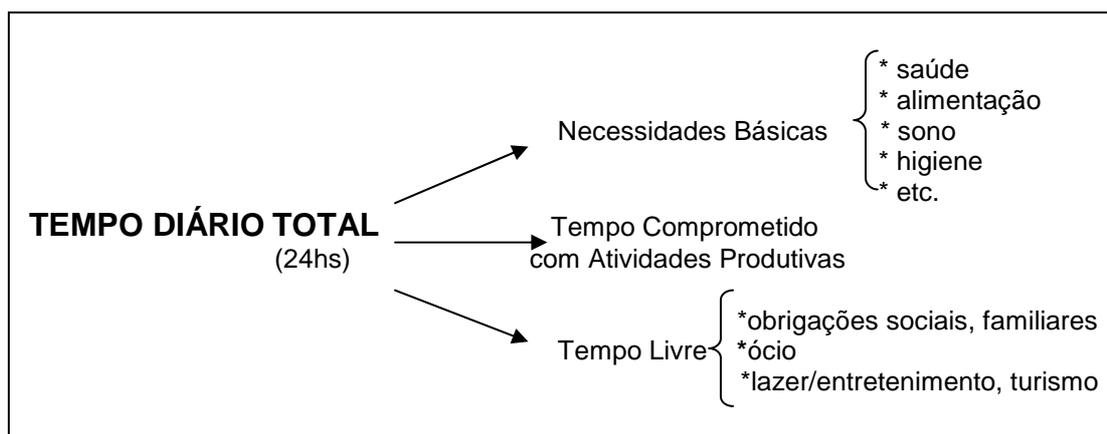


FIGURA 01 – Esquema Básico de Distribuição do Tempo Diário Ideal na Vida de um Trabalhador

Fonte: Esboço Exploratório Organizado pela autora (2006), a partir de Boullón (2004)

Neste contexto, procurando melhor compreender a relação e a diferenciação entre ócio, turismo e lazer (Vide Figura 02), destacamos que é preciso tomar como referência o período mínimo de um dia, ou seja, vinte e quatro horas (24 hs). Este tempo deve ser distribuído a partir de uma série de atividades como: trabalho, sono, alimentação, deslocamentos, saúde, cuidados pessoais, ócio e, também lazer, que pode ser diário, semanal e anual.

Assim, é preciso destacar ainda que, além do repouso diário, temos “livres” os finais de semana, eventuais feriados e repouso anual (férias), onde é possível realizar as atividades obrigatórias e rotineiras, bem como o turismo. Este último, de acordo com a OMT (Organização Mundial do Turismo), refere-se ao deslocamento de pessoas do seu domicílio habitual para outro qualquer, por período superior a 24 horas. Neste contexto a atividade, conforme aquela instituição, “exige” que se realize ao menos um pernoite em lugar diferente ao de sua residência.

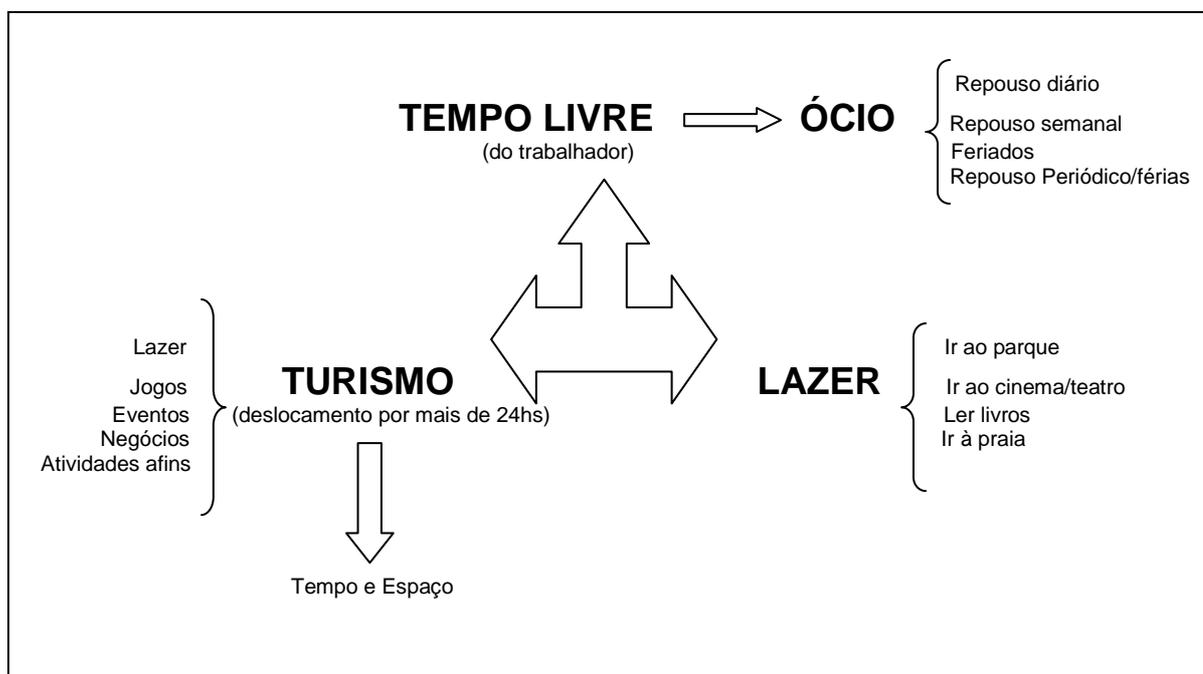


FIGURA 02 – Tentativa de Análise da Relação Existente entre Tempo Livre, Ócio, Lazer e Turismo

Fonte: Esboço Exploratório Organizado pela autora (2006), a partir de leituras/interpretações

O turismo e o lazer surgem então, como possibilidades de uso e consumo do “tempo ocioso”. No entanto, é importante ter claro que, embora essas atividades tenham algumas particularidades similares, não possuem o mesmo significado.

Enquanto o ócio parece significar não fazer nada⁷, pois está relacionado com atividades descomprometidas com o trabalho formal e que, geralmente, são prazerosas e de livre escolha, o lazer supõe o consumo do tempo ocupado com algum tipo de entretenimento, como ir ao parque, caminhar, ler um livro, ir ao shopping, cinema, teatro, praia, entre outras atividades. De acordo com Ouriques (2005:33) o ócio, “(...) entendido enquanto não fazer coisa alguma, é desconsiderado, posto que o lazer pressupõe algum tipo de atividade”. Já o turismo, para vários autores, refere-se a uma prática do lazer e, de forma simplificada, pode-se dizer que é um conjunto de atividades realizadas por pessoas durante viagens, mobilizando um grande fluxo de serviços⁸.

O turismo concretiza-se como um fenômeno sócio-espacial que, de acordo com Coriolano & Silva (2005), envolve relações da sociedade e do espaço. Nesta perspectiva, tanto o turismo como o lazer, são atividades que ocorrem em uma determinada base física (que exige “certa” infra-estrutura) e em um determinado período do tempo (geralmente, liberado das obrigações).

Para que as pessoas possam aproveitar melhor seu “tempo ocioso”, é de grande importância gerar a conscientização pela educação da sociedade, pois, aparentemente, as pessoas têm perdido a capacidade de divertir-se, o que é um verdadeiro paradoxo, frente ao surgimento de variadas formas de diversão verificadas recentemente, na esteira do desenvolvimento sócio-econômico.

1.3.1 Considerações Sobre Ócio

Desde os tempos da Grécia e de Roma antigas, o ócio era praticado pelas camadas da alta sociedade. Na época, atividades que não eram consideradas

⁷ Há algum tempo, porém, tem se falado em ócio ativo, ou ócio criativo, onde De Masi (2000) sustenta a idéia de integração entre o trabalho e o ócio. Este sociólogo acredita que “O futuro pertence a quem souber libertar-se da idéia tradicional do trabalho como obrigação ou dever e for capaz de apostar numa mistura de atividades, onde o trabalho se confundirá com o tempo livre, com o estudo e com o jogo, com o ócio criativo” (DE MASI, 2000:10).

⁸ Transportes, hospedagens, gastronomia, agenciamento, comércio, publicidade, etc.

físicas, como a política, o estudo, a poesia, a filosofia, de acordo De Masi (2000), eram “ociosas”, ou seja, expressões mentais, dignas somente dos cidadãos de primeira classe. Como salienta Leite, cabia a esta elite privilegiada se preocupar com atividades contemplativas, como “(...) exploração de idéias, elucubrações filosóficas e outras nobres ocupações da mente e do espírito” (LEITE, 1995:17). Boullón lembra que a

(...) civilização grega soube aproveitar o tempo livre dos cidadãos em benefício da cultura. Os valores estéticos sublimaram-se nas esculturas e o sentido da beleza teve sua expressão no próprio corpo humano. O ócio ativo e a paciência foram conceitos que lhes permitiram chegar ao autoconhecimento físico e espiritual. Aparentemente, ao chegar ao século 2º a.C., essa sociedade quase chegou à felicidade permanente. A vida era boa, mas não era para todos, porque, na época dos gregos, os escravos só importavam enquanto mão-de-obra (BOULLÓN, 2004:21).

Em síntese, o ócio para os gregos, por exemplo, tinha uma conotação estritamente física, onde o “(...) ‘trabalho’ era tudo aquilo que fazia suar, com exceção do esporte. Quem trabalhava, isto é, suava, ou era um escravo ou era um cidadão de segunda classe” (DE MASI, 2000:17). Viver na ociosidade (e não na vadiagem), era, então, um valor social bastante cultivado por gregos e romanos.

Nestas sociedades escravistas, poetas e filósofos cultivavam a beleza e proclamavam que o ócio era indispensável para uma vida livre e feliz. Leite (1995:63) cita que, “(...) os poetas cantavam a preguiça ‘presente dos deuses’, como no conhecido verso de *Virgílio*, que ele cita ‘Deus nobis haec otia fecit’ (Deus fez para nós esses ócios)”.

Assim, no decorrer do tempo, várias expressões de ócio ficaram registradas na história das civilizações⁹. Sempre se opondo ao trabalho, este comportamento passou, a partir da Revolução Industrial, a ser considerado uma necessidade das pessoas, como forma de recompor energias físicas e poder trabalhar.

⁹ Através de atividades não produtivas, merecem destaque, principalmente, aqueles períodos oriundos do Renascimento, pela valorização das artes, das letras, das ciências, etc.

Nestes processos o ócio, enquanto possibilidade de investigação pela elite intelectual, deu origem a várias publicações entre as quais merecem destaque: “*O direito a preguiça*” (Paul Lafargue – 1880), “*Teoria da classe ociosa*” (Thorstein Veblen – 1899), “*Elogio ao Ócio*” (Bertrand Russel – 1899), entre outros.

Escrito há mais de 120 anos, em seu manifesto, Paul Lafargue, apesar de lembrar que “*A preguiça é a mãe de todos os vícios*”, já alertava que a jornada de trabalho poderia ser substancialmente reduzida, passando a ser de apenas três horas diárias. Em sua obra, *O Direito à Preguiça*, aquele autor explica que o trabalho deveria ser a essência do homem, onde este deveria ter interação com a natureza, satisfazendo suas necessidades vitais, através de sua capacidade criativa e inventiva.

Considerava a preguiça uma virtude, um elemento fortalecedor do corpo e do espírito dos operários, pois acreditava que diante da preguiça eles poderiam se preparar para revoluções, com o propósito de se atingir a emancipação humana. Dizia que a principal virtude da preguiça se constituía em denunciar a maldição do trabalho assalariado e expressar a necessidade de sua superação, e assim, acreditava que a liberdade e o lazer da humanidade seriam conquistados com a implantação massiva de máquinas.

A obra de Lafargue constitui-se, portanto, em uma manifestação de revolta e indignação contra a superexploração da classe trabalhadora, que “se deixou dominar pelo dogma do trabalho” e nesse processo, perdeu sua condição humana, ganhando forma de objeto mercadológico, pois aceita qualquer situação para exercer o trabalho. Contudo, Lafargue acreditava que a única forma de libertar a humanidade de todas as formas de opressão e exploração, era a própria “classe proletária”.

Nesta mesma direção, Bertrand Russel em *O Elogio ao Ócio*, publicado em 1935, concorda quase que plenamente com Lafargue quanto à necessidade de redução das jornadas de trabalho, acreditando que aquela poderia passar a ser de quatro horas diárias. Também considerava que o lazer era “indispensável à civilização”, e propunha que o ócio poderia ser acessível a toda a população, se o

trabalho passasse por uma reestruturação baseada nas possibilidades abertas pelos modernos métodos de produção.

Nota-se assim que, ambos os autores sustentam a necessidade de redução da jornada de trabalho para não mais que três ou quatro horas diárias (sem redução de salário), permitindo que o restante do tempo fique livre para a prática de outras atividades, entre as quais o lazer.

Nessas propostas, aqueles autores acreditavam que ao ser reduzida a jornada de trabalho (o que seria possível devido principalmente aos avanços tecnológicos), o número dos empregos seria duplicado.

Estas questões, que até hoje geram discussões em vários lugares do mundo, tiveram maior repercussão na segunda metade do século XIX, mas precisamente em 1880, ano da primeira publicação de “*O Direito à Preguiça*”. Nesta época em Paris, as jornadas de trabalho nas oficinas eram prolongadas, e chegavam até dezoito horas diárias.

Certamente este foi um dos principais motivos que fez com que La Fargue acreditasse, já naquela época, que na sociedade capitalista, o trabalho é a causa de toda “degeneração intelectual”, e de toda “deformação orgânica”.

Neste cenário, verifica-se que a prática do ócio está ligada a oposição do trabalho, e é diretamente uma condição oposta aquele, pois, como diz Coriolano & Silva (2005:50), “(...) se não houver trabalho, o tempo não será livre, estará sempre desocupado”. Assim, o ócio se caracteriza pela retirada do indivíduo da função social, ou seja, conforme já mencionado, o ócio refere-se a “não-atividade”. De acordo com Avila (2003:27), “Actualmente, el hombre dispone, de más tiempo para el ocio, conquistado por la legislación, que promovió la reducción de la jornada laboral, reglamentó la jubilación, las vacaciones y el descanso de fin de semana”. O autor, diferenciando ócio do tempo livre, acredita que este último é,

(...) una especie de categoría de tiempo, ya el ocio es un estado, una forma de realizarse en el “tiempo libre”, que puede ser ocupado con actividades políticas, sociales, filantrópicas etc. Las actividades realizadas en el “tiempo libre que no traen, en sim cualquier sentido de obligatoriedad, y están

relacionadas con el placer, el descanso, la diversión y el desarrollo personal, son las actividades que llamamos de ocio (...) (*Op. cit.*, p. 31).

As atividades realizadas durante o tempo do ócio geralmente não possuem qualquer sentido de obrigação e, conforme Russel (2002:8), aquele "(...) torna as pessoas despreocupadas, divertidas e propensas a se dedicarem a atividades de sua livre escolha, que sejam ao mesmo tempo construtivas e prazerosas".

Porém não se pode esquecer que o ócio, na sociedade capitalista, muitas vezes acaba por virar um negócio, onde o tempo livre se torna alicerce para o consumo de bens, mercadorias e serviços. Além disso, pode ser também um tempo de oportunidade para alguns vícios como consumo de drogas, jogos, bebidas, etc.

Desse contexto, é preciso destacar algumas idéias do sociólogo italiano Domenico De Masi, que propõe uma fusão entre produção e prazer. Para ele, não deve haver diminuição das horas de trabalho, mas, talvez, até um aumento das mesmas. Desta forma, acredita que "Se a necessidade é a mãe das invenções, o ócio é, então, o pai das idéias" (DE MASI, 2000). O autor ainda diz que se um indivíduo for "livre" para fazer seu trabalho pode, inclusive, fazer mais e melhor.

Ao fazer previsões para o futuro em relação ao trabalho, De Masi aponta que a economia, através do desenvolvimento sem precedentes da tecnologia, caminha em direção a redução e a flexibilização da carga de trabalho ou até mesmo, em alguns casos, para sua completa eliminação. E diz que,

(...) o futuro pertence a quem souber libertar-se da idéia tradicional do trabalho como obrigação ou dever e for capaz de apostar numa mistura de atividades, onde o trabalho se confundirá com o tempo livre, com o estudo e com o jogo, enfim, com o "ócio criativo" (*op. cit.*, p.10).

Paralelamente, para que o trabalho se torne benéfico, é preciso, dentro dos limites impostos pelo corpo físico, que pratiquemos o ócio. Isso, pois, se formos apenas seres robóticos e funcionais, nossa criatividade e nossa capacidade de inventar e correr atrás do que queremos se perderá. Então, o ócio não é apenas um

exemplo a ser seguido. É, também, uma necessidade do corpo humano, e deve ser visto como exercício de auto-conhecimento e de reflexão. Assim, a partir do momento que nos “encontrarmos” e nos conhecermos, será possível distinguir o que nos faz bem ou mal, o que nos faz feliz e o que nos deixa triste, o que gostamos ou não.

1.3.2 Concepções de Lazer

O lazer é considerado um fruto das conquistas sociais pelo movimento proletário, que conseguiu além da diminuição do tempo de trabalho, os fins de semana livres e as férias remuneradas. Como lembra Mendes (1996:72), “(...) lazer é um conceito delineado historicamente, a partir de lutas das classes trabalhadoras por melhores condições de vida e diminuição da jornada de trabalho (...)”.

Desse modo, a luta dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida (local de trabalho e moradia), juntamente com o aumento demográfico nas cidades (conseqüência principalmente da industrialização)¹⁰, contribuíram para transformações na produção do espaço urbano que, com passar do tempo, passou a compreender funções distintas.

Os processos decorrentes das transformações que ocorrem no espaço, juntamente com ritmos e a dinâmica das sociedades, criam territorialidades urbanas, às quais, são produzidas e reproduzidas constantemente. Esses processos são identificados por Corrêa (2003), que também acrescenta o surgimento de áreas de especialização no espaço urbano, onde se originam as zonas residenciais, comerciais, industriais, financeiras e também recreacionais. Logo, o surgimento do lazer e dos locais destinados a sua prática, “(...) decorrem de uma necessidade presente nos indivíduos de se desligarem do local da produção ou da moradia para usufruir o tempo livre” (MENDES, *op. cit.* p. 75).

¹⁰ Com o surgimento das indústrias, ocorreu o êxodo rural, onde as pessoas deixaram o campo e partiram em direção às cidades, na expectativa de encontrar melhores condições de vida e de trabalho. No caso específico da Inglaterra, com o estabelecimento do absolutismo no século XVI, a burguesia em aliança com a nobreza, promoveu um processo de expulsão dos camponeses de suas terras. Estas terras foram cercadas e transformadas em áreas de pastagens para ovelhas, que ofereciam a matéria-prima básica para o tecido (lã). Houve, portanto, um intenso processo de migração rural-urbana, que repercutiu no “inchaço” das grandes cidades, tornando-as um lugar onde se encontrava grande disponibilidade de mão-de-obra.

De origem latina, o verbo “licere”, que significa ser lícito, ser permitido, livre, espontâneo, o lazer teve seu primeiro manifesto em favor dos trabalhadores na França, publicado em 1880 por Paul Lafargue. Desde então, o lazer tem sido uma reivindicação freqüente e importante dos movimentos de organizações sindicais.

Contudo embora lazer seja um termo usualmente contemporâneo, ele tem, na sua significância, origem bastante antiga. Desde lá, a ocupação das pessoas com atividades voltadas ao descanso e ao entretenimento, bem como a noção do tempo não dedicado ao trabalho, já era justificada pela civilização grega. No entanto, há discordância entre alguns estudiosos sobre a origem da prática do lazer.

Leite acredita que esta atividade esteve presente em todas as civilizações, pois,

(...) sabemos que alguma forma de lazer sempre existiu e que nas sociedades primitivas ele misturava com freqüência ao trabalho. Por conseguinte, o lazer que hoje conhecemos é fruto de longa evolução, produzida por uma série de fatores de várias ordens (LEITE, 1995:108).

Para Dumazedier (1979), consagrado autor nos estudos do lazer, embora seja esta atividade tão antiga quanto o trabalho, ambas possuem traços específicos, reforçados a partir da civilização Pós-Revolução Industrial. E conclui,

(...) duas condições prévias na vida social tiveram de realizar-se a fim de que se tornasse possível para a maioria dos trabalhadores:

a) As atividades da sociedade não mais são regradas em sua totalidade por obrigações rituais impostas pela comunidade. Pelo menos uma parte destas atividades escapa aos ritos coletivos, especialmente o trabalho e o lazer. Este último depende de livre escolha dos indivíduos, ainda que os determinismos sociais se exerçam evidentemente sobre esta livre escolha.

b) O trabalho profissional destacou-se das outras atividades. Possui um limite arbitrário, não regulado pela natureza. Sua organização é específica, de modo que o tempo livre é bem nitidamente separada ou separável dele (DUMAZEDIER, 1979:28).

Estas condições, conforme aquele autor, coexistem apenas nas sociedades industriais e pós-industriais, pois, “(...) elas tornam o conceito de lazer inaplicável às sociedades arcaicas e pré-industriais” (*op. cit.*, p. 28). Neste raciocínio, Silva acrescenta que na sociedade contemporânea ocidental,

(...) trabalho e lazer são aspectos alternados da vida cotidiana. Trabalha-se para garantir o lazer, que por sua vez, serve como descanso e recuperação das energias físicas e mentais para o trabalho. O lazer está ligado às práticas desenvolvidas no tempo “livre” (do trabalho). Essa oposição entre trabalho e lazer é uma das características da sociedade capitalista e ela não só é quantitativa (tempo “livre” e tempo “preso”), mas qualitativa: ao lazer relaciona-se o prazer, o entretenimento, a satisfação dos desejos, enquanto trabalho, o compromisso e a responsabilidade. No senso comum, o lazer é diversão e o trabalho é coisa séria (SILVA, 2004. a.:36).

Hoje, não resta dúvida que o lazer tornou-se uma atividade necessária para a sociedade moderna. No entanto, esta prática apresenta um universo complexo de significados, que variaram muito ao longo da história. Seus conceitos podem justificar-se por vários motivos, como as diferenças de utilização do tempo livre em diferentes países, regiões, culturas, e até mesmo, por conceitos pessoais e ideológicos. Neste âmbito, Leite aponta o tempo do ócio como fundamental para a existência do lazer, e acrescenta que a atividade deve se concretizar depois de cumpridas as necessidades orgânicas. Ainda diz que,

(...) aspecto muito importante do conceito de lazer é o que aponta como tempo disponível antes ou depois do trabalho ou, mais amplamente do desempenho dos encargos habituais; isto é, fora das horas destinadas ao cumprimento de obrigações ou ao atendimento de necessidades orgânicas, tendo à frente o sono, o tempo que sobra pode ser empregado em lazer ou considerado lazer (...) (LEITE, 1995:14).

Já Camargo (1986:12) acrescenta que,

(...) em toda a escolha de lazer, existe o princípio da busca do prazer, mesmo que a atividade inicie com um esforço, para se obter o relaxamento

agradável ou a sensação posterior de estar em forma; ou que termine no tédio, que a boa conversa e os copos de bebida não conseguiram evitar.

O lazer deve ser, portanto, uma atividade prazerosa e relaxante, necessária ao desenvolvimento do homem. Como diz Andrade (2001:29) ele é “(...) dinâmico, relaxante e alegre porque, além de valorizar as pessoas que o praticam, e as características que as individualizam, tem capacidade de atendê-las de acordo com os objetivos que elas almejam”.

Atualmente o lazer tem se constituído em uma das principais motivações de viagens. Por exemplo, estudos feitos pela Embratur, sobre a demanda turística internacional, e realizado através de dados coletados nos principais portões de entrada de passageiros no Brasil, revelaram quais foram as principais motivações de viagem no período entre 1999/2003, conforme mostra a Tabela 01.

TABELA 01 – Motivações da Demanda Turística Internacional: Caso Brasileiro
Período de 1999 - 2003

MOTIVO DA VIAGEM	ANO				
	1999	2000	2001	2002	2003
Lazer	77,6%	57,0%	55,5%	51,2%	53,9%
Negócios / Congressos / Convenções	21,2%	27,9%	34,9%	28,3%	26,0%
Visitar familiares / amigos ¹¹	--	10,9%	10,6%	15,6%	17,1%
Estudo / Ensino / Pesquisa ¹¹	--	1,5%	1,1%	1,6%	1,1%
Religião / Peregrinação ¹¹	--	0,2%	0,1%	0,5%	0,5%
Tratamento de saúde ¹¹	--	1,5%	0,1%	0,3%	0,5%
Outros	1,2%	1,0%	2,2%	2,5%	0,9%

Fonte: A partir de dados da Embratur, 2003 - disponível em:
http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/demanda%20turistica/demandaturisticainter nacional2003_29_06_06.pdf

¹¹ Motivações incluídas na pesquisa a partir do ano 2000.

Através dos números da tabela acima, pode-se perceber que o motivo da viagem “Lazer” embora tenha decaído em termos de porcentagem no período apontado, manteve-se como a principal razão dos deslocamentos internacionais, com mais da metade dos turistas 53,9%. Seguido dele vem a opção Negócios/Congressos/Convenções, com 26,0% e Visita a familiares/amigos, com 17,1%. Os dados do período reforçam a idéia de que lazer caracteriza-se como o principal fator das demandas em viagens. Desta forma, ao estimular o desenvolvimento social e cultural, o lazer proporciona o contato social, intensificando a comunicação e, provocando a socialização entre indivíduos.

Vale destacar que existe uma diversidade de possibilidades que podem ser enquadradas nas práticas do lazer, como atividades físicas, sociais, manuais, intelectuais, artísticas, entre outras. As atividades são realizadas no tempo de não trabalho, ou seja, no tempo destinado a realização pessoal onde, geralmente, se escolhe o que se quer fazer¹². Este tempo também pode ser utilizado para encontros, diversão, esporte, estudo, descanso, ou ainda, desenvolver a sua formação desinteressada.

Com efeito, as atividades referentes às práticas de lazer não dizem respeito à população como um todo, mas, apenas, um reduzido segmento dela. Isso ocorre, principalmente, pela falta de espaços estruturados e destinados ao lazer nas cidades, o que acaba por provocar um “lazer privatizado”, onde, muitas vezes, “só quem paga” tem o “direito” de usufruir.

Desse modo são as classes média e alta que têm as maiores possibilidades de usufruírem de atividades e espaços destinados ao lazer pois, ambas, além de disporem de maior tempo livre e conseguirem compatibilizá-lo com o trabalho, também possuem as melhores condições sócio-econômicas para tal. Quanto a maior parte dos trabalhadores, também constituída pela classe baixa, diversas são as limitações que impedem a prática dessas atividades. Neste caso, o pouco tempo livre disponível, associado a pouca renda, e a falta de acesso aos equipamentos destinados às práticas do lazer, impossibilita o desfrute do mesmo.

¹² Nas escolha de lazer, na maioria das vezes, estão as atividades que nos proporcionam prazer e que nos deixam felizes.

Por fim, enfatiza-se, para que o lazer possa ser alcançado e praticado, inclusive pelas classes menos privilegiadas, é necessário, minimamente, de infra-estruturas e de meios de manutenção (alimentação, moradia, educação, saúde, emprego, etc.). Desta forma, é papel do Estado, em suas diferentes escalas de atuação (federal, estadual e municipal), através de políticas públicas, proporcionar a todos os segmentos da população, locais e condições que permitam a prática gratuita do lazer. Neste sentido, concorda-se com Figueiredo (2005:75) quando diz que “(...) as cidades devem ser orientadas tendo em vista a significância e dimensão das atividades de lazer, tão importantes quanto às estruturas de transporte, saneamento, água tratada, educação, habitação e outros”.

1.3.3 Atividade Turística: Conceituação e Notas Evolutivas

Discutir, mesmo sob generalidades, acerca da atividade turística implica, inicialmente, em conceituá-la. Para tanto, a Organização Mundial do Turismo concebe aquela prática como um conjunto de atividades realizadas pelas pessoas durante viagens e paradas em diferentes lugares que não o seu habitual, por um tempo consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios, e outros motivos. Autores consagrados no campo acadêmico, como Barreto (1995), Trigo (1999), Beni (2003) entre outros, conceituam o turismo como o conjunto de atividades realizadas por pessoas, predominantemente em atividades de viagens.

Barreto observa que “(...) turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, permanência e na saída dos turistas de uma determinada cidade, país ou estado” (BARRETO, *op. cit.*, p. 9). Para Beni, a atividade corresponde a:

(...) um conjunto de recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto

agrega-se os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado (BENI, 2003:153).

Trigo (1999:12), define turismo como sendo,

(...) uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países visando à satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas.

Em geral conclui-se, o turismo refere-se a atividades realizadas pelas pessoas em viagens, e envolve diversos serviços e comércio, movimentando vários setores da economia. Entre elas, pode-se citar as dos ramos hoteleiros (hospedagem), gastronomia, meios de transportes, agências de viagens, operadoras turísticas, shoppings, guias de turismo e um vasto elenco de ofertas ligadas, direta ou indiretamente, às viagens individuais ou em grupos.

Se o turismo está relacionado com viagens, porém, não são todos os tipos de viagens que são consideradas turísticas. É preciso, então, voltar um pouco no tempo para perceber que a atividade turística nem sempre existiu. A atividade turística, ou seja, a viagem organizada para fins de lazer, começou ser praticada somente a partir de meados do século XIX, quando houve uma melhora significativa nos sistemas de transporte e comunicações. Nesse período Pós-Revolução Industrial, as pessoas passaram a ser estimuladas a viajar, procurando descanso para reconstituição física e mental¹³.

Nesta trajetória, se viagens caracterizam-se por deslocamentos humanos sobre a superfície da terra, constituindo práticas antigas, que sempre ocorreram por motivos variados. No entanto, não existe consenso entre muitos pesquisadores sobre em qual momento é que se começou a viajar. De acordo com Oliveira (1999), para se compreender as motivações que geram os deslocamentos ao longo do

¹³ As viagens não ocorriam apenas em função do lazer, mas, também, para tratamentos de saúde, por trabalho, para participação em eventos, negócios, entre outros motivos.

tempo, deve-se reportar ao homem das cavernas, que buscava suprir suas necessidades (de alimentação, água e abrigo) para sobrevivência. Mesmo com a fixação, após o advento da agricultura, o homem não deixou de mover-se. Os deslocamentos não mais para atender as necessidades de sobrevivência, mas para buscar o desconhecido, e aumentar sua aprendizagem.

Assim, de tempos em tempos, os deslocamentos passaram a se tornar cada vez mais constantes, e com motivações diferenciadas, como guerras, peregrinações, descobrimentos, fins mercantis, entre outras razões que faziam com que as pessoas se deslocassem de um lugar para outro¹⁴.

Registros históricos ocidentais indicam que os gregos e os romanos foram, também, os primeiros povos a se deslocarem na “busca do prazer”, associado, geralmente, ao aproveitamento da natureza. Na Grécia, em 776 a.C., os jogos olímpicos atraíam grande número de pessoas, vindos das mais distintas regiões. Conforme Castelli (1990:13), “(...) os ginásios criados em diversas cidades tiveram um importante papel para o desenvolvimento dos esportes além de constituírem em locais onde eram ministrados cursos, conferências (...)”. Por ocasião dos jogos, foi desenvolvida infra-estrutura específica para hospedagem e atrações, como as competições e visitas a templos (OLIVEIRA, 2000).

Com relação a Roma, aquele autor reporta-se aos famosos circos romanos, considerados “espaços de lazer” para a população do século III a.C. Além disso, Castelli também diz que a construção de estradas foi determinante para que os romanos pudessem viajar longas distâncias. Assim, considerável contingente de pessoas partia em direção ao campo, ao mar, e áreas de águas termais. De acordo com Barretto (1995), os romanos iam à praia e aos “spas” (centros de tratamento de saúde) buscando, na primeira, divertimento, e nos segundos, cura, através dos banhos medicinais. Conforme Pires (2004), a talassoterapia, portanto, data de cerca de 500 a.C.

Com o fim do Império Romano as viagens sofreram significativo retrocesso. Segundo aquele autor, durante a Idade Média, com a organização da sociedade em feudos auto-suficientes, as viagens tornaram-se uma grande aventura. No mesmo

¹⁴ Diante disto, é aceitável admitir que o turismo de negócios antecedeu o turismo de lazer.

período merecem destaque as Cruzadas¹⁵, que "(...) colocaram nos caminhos da Europa muitos viajantes, entre peregrinos, soldados e mercadores" (BARRETTO, 1995:46).

Por volta do ano 1000 d.C., "(...) começaram a aparecer as grandes estradas por onde circulavam os comerciantes que transportavam suas mercadorias em animais de carga, carruagens puxadas a cavalo, peregrinos, mendigos trovadores, monges errantes e estudantes" (PIRES, 2004:18). Isso contribuiu para que as viagens se tornassem mais seguras, e que ocorressem em maior frequência.

O desenvolvimento do comércio, o que também implicou na ampliação das rotas e uma melhora, embora não significativa, nas estradas e nos transportes. Os roteiros marítimos, caracterizados pelas "Grandes Navegações", constituíram avanços, na perspectiva de descobrir novos continentes¹⁶.

Entretanto, o grande marco na história da humanidade, e também para o turismo, foi a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Aquele período foi marcado por grandes transformações técnicas e econômicas¹⁷, e gerou profundas conseqüências e implicações sociais, políticas e culturais.

Assim o turismo, conforme o conhecemos hoje, começou, de fato, a partir do ano de 1841, quando foram organizadas as primeiras atividades de viagens com esse fim, devido à intervenção de personalidades importantes da sociedade inglesa. O primeiro empreendedor a efetivar uma viagem agenciada foi o pregador e vendedor de bíblias Thomas Cook. Ele alugou um trem, comprou e revendeu os bilhetes, e transportou cerca de 570 pessoas para um Congresso contra o alcoolismo, organizado por evangélicos, em 1841, na cidade de Leicester e Loughborough, na Inglaterra (ANDRADE, 1995). Pode-se dizer então, que este foi o começo do turismo coletivo, da excursão organizada.¹⁸

Cook não obteve nenhum lucro com a organização e venda do seu primeiro produto turístico, mas percebeu o potencial do negócio. Tanto é que, em 1845,

¹⁵ Expedições religiosas que visavam libertar Jerusalém do domínio árabe.

¹⁶ Datam desta época as "grandes viagens" de Marco Pólo (1271).

¹⁷ Merece destaque a invenção da máquina a vapor.

¹⁸ Hoje também conhecido como "Pacote Turístico".

decidiu dedicar-se exclusivamente a organizar excursões. Dessa forma surgiu a primeira operadora turística da história. Também promoveu outros passeios pela Europa, África (Egito), Estados Unidos, e até uma volta ao mundo (que demorou 222 dias). Através de sua empresa, também fazia reserva de hotéis, disponibilizava guias turísticos, entre outros serviços que marcaram a entrada do turismo na era industrial e no aspecto comercial (BARRETTO, 1995).

Outros nomes também se tornaram importantes na história e desenvolvimento da atividade turística, como Cesar Ritz (um dos primeiros empreendedores hoteleiros), George Pullmann (que organizou a primeira viagem turística a bordo de uma locomotiva, com padrão de primeira classe), e Thomas Bennett, (que organizava viagens para os ingleses que visitavam este país).

Já no século XX ocorreu uma “revolução” no sistema turístico com o surgimento do automóvel popular, que passou a ser considerado o “rei” do turismo de massa. Esta inovação, que aparece no período compreendido entre Grandes Guerras, possibilitou com que parte da população passasse a viajar com mais frequência.

Um pouco mais tarde destaca-se o surgimento do avião, uma inovação tecnológica que reduziu, significativamente, a categoria tempo, propiciando maior rapidez e conforto aos usuários. No entanto, era considerado um transporte bastante restrito, devido ao alto custo das passagens aéreas.

É relevante salientar que viagens sempre existiram, mas sob a ótica do turismo não. De acordo com Coriolano & Silva (2005) o turismo, conforme o conhecemos hoje, é um fenômeno dos tempos modernos, uma (re)invenção do capitalismo que, a partir da sua expansão, começou a despontar, a partir do século passado, o interesse pelo potencial turístico dos lugares. O turismo foi, então, se consolidando como atividade geradora de transformações espaciais, lucros e criadora de empregos. Desde lá, ocorreu um sensível aumento de roteiros turísticos para vários lugares, objetivando atrair diferentes camadas da população, em especial, aquelas que possuem maior tempo livre, dinheiro e vontade de viajar¹⁹.

¹⁹ Pode-se dizer que sempre existiram motivações para se realizarem viagens turísticas. Entretanto, a maioria das pessoas não tinha condições de fazê-las. Essas condições, no século XX, foram gradualmente alcançadas e as viagens se tornaram produtos de grande consumo.

Nesse contexto assinala Barretto (1995:61), para que haja consumo de lazer e turismo,

(...) é necessário que as pessoas tenham preenchido em primeiro lugar todas as suas necessidades vitais, para o que devem desembolsar parte de sua renda mensal. Portanto, para haver um consumo de lazer e de turismo, deve sobrar dinheiro depois de pagas as despesas obrigatórias.

A viagem turística começou a ser praticada, intensivamente, somente a partir de meados do século XX, quando o tempo livre passou a ser uma das conquistas adquiridas pelas classes trabalhadoras, a partir de lutas por melhores condições de vida e diminuição gradual da jornada de trabalho. Isso possibilitou com que o turismo se expandisse por quase todos os países do mundo, provocando reorientação nas maneiras de organização do espaço.

O desenvolvimento da atividade turística representa, portanto, a primeira manifestação da importância do lazer ligado ao prazer (não somente a isso), e de como este passaria a ocupar parte crescente da vida das pessoas. Desta forma o turismo proporciona a oportunidade de conhecer o novo em termos de lugares, culturas, hábitos, gastronomia e pessoas.

1.4 TURISMO E SUA DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA NA PRODUÇÃO ESPACIAL

A partir do século XX o turismo assume características de um fenômeno global, com expressões econômicas, políticas, sociais e culturais, que conferem a atividade papel importante nas análises relativas à produção e consumo do espaço. Esta produção do espaço pelo turismo se realiza pelo volume de pessoas e receitas

que a atividade movimenta (direta e/ou indiretamente) e assim, participa deste processo, através dos fixos e fluxos²⁰, que nele atuam.

Como é uma atividade que envolve fortemente a sociedade com a cultura e o meio ambiente das regiões, o turismo também se apropria, consome e modifica espaços, comprometendo seus atributos paisagísticos. Em contrapartida, Camargo & Silva (2005:245) mencionam que “(...) toda localidade está sujeita a qualquer tipo de mudança, independente do fazer ou não turístico em que nela se instale”.

O fato é que o turismo tende a ocorrer em um dado território, impactando e sendo por este impactado, positiva ou negativamente. A atividade passou então, cada vez mais, a ser um dado de preocupação, e também de ocupação, para muitos estudiosos, que vêem o turismo como um fator de risco para a degradação e até extinção desses espaços.

No que se refere às transformações que o turismo produz no espaço, estas, são, quase sempre, analisadas de forma fragmentada e parcial, destacando-se, em geral, resultados econômicos da atividade. Isto proporciona uma visão restrita do fenômeno que, geralmente, não leva em conta, a totalidade de elementos dos processos e que envolvem diversos segmentos de atividades e pessoas, que vão desde a chegada, até a saída do turista de um determinado lugar²¹.

Desta forma, acredita-se que a atividade turística, assim como o espaço, “não resulta da soma das partes” (RODRIGUES, 2001:74), mas, de uma totalidade, onde cada uma de suas partes são elementos, que “(...) se entrelaçam, fundem-se e se confundem, contêm-se uns nos outros e são por eles contido (...)”(SANTOS, 1985:7).

A concepção de totalidade do espaço idealizado por Santos (1985), apresenta as categorias de análise (anteriormente mencionadas: forma, função, estrutura e processo) como uma possibilidade de se compreender e estudar fenômenos

²⁰ De acordo com Rodrigues (2001), os fixos são objetos edificados que compõem e fazem parte da paisagem dos destinos turísticos, como por exemplo, os meios de hospedagens, equipamentos de apoio, etc. Já os fluxos, podem ser de pessoas, de mercadorias, de transportes, entre outros.

²¹ Esses processos e serviços englobam setores do ramo hoteleiro, gastronômico, meios de transporte, agências de viagem, operadoras turísticas, comércio, shoppings, guias de turismo, além de diversos outros equipamentos responsáveis, direta ou indiretamente, pelo entretenimento e o bem estar dos turistas.

espaciais, para se avaliar perspectivas de uma realidade. Para o autor, é através desta interpretação, que pode-se ver nas partes, uma visão sistêmica do todo.

Assim, aquelas categorias analíticas também podem ser utilizadas para compreender e interpretar o espaço turístico, que nada mais é, do que uma construção, um espaço criado e/ou produzido, a partir de certas especificidades territoriais. Deste modo, a proposta apresentada por Santos nos permite reconhecer que a atividade turística é como uma maneira de utilização e consumo do espaço. As características que marcam sua dinâmica revelam assim, diferentes estágios de articulação entre “sistema de objetos” e “sistema de ações” nas mais variadas dimensões de lugares.

É dessa forma que o turismo tem se revelado como importante atividade para o desenvolvimento sócio-econômico de diferentes lugares, regiões e países do mundo, onde através de suas modalidades, são (re)produzidas essas condições de existência sócio-econômicas. Para melhor visualização dessa relativa importância, em âmbito mundial, foram agrupados alguns dados e difundidos pela OMT (Vide Tabela 02), que indicam movimento de chegada de turistas estrangeiros em todo mundo entre os anos 2002 e 2005.

TABELA 02 – Chegada de Turistas Internacionais no Mundo por Região
Período: 2002 - 2005

(Em milhões US\$)

Regiões	2002	2003	2004	2005
Europa	407,4	408,6	424,5	441,6
América	116,7	113,1	125,9	133,6
África	29,5	30,7	33,4	36,8
Ásia Oriental/Pacífico	120,3	107,8	137,8	148,7
Ásia Meridional	5,8	6,4	7,6	8,0
Oriente Médio	29,2	30,0	36,3	39,7
TOTAL	708,9	696,6	765,5	808,4

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT²²

Notas: Dados de 2001 a 2004 revisados

Dados de 2005 estimados

²² Disponível em:

[http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/Anuario/anuario_2006_4versao_internet_dados_2005\(08_03_07\).pdf](http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/Anuario/anuario_2006_4versao_internet_dados_2005(08_03_07).pdf)

A tabela 02 mostra, então, que a Europa continua como a região que mais recebe turistas, conforme o período analisado. Em 2002, a OMT registrou a entrada de 407,4 milhões de estrangeiros naquele continente. Em 2005, este número aumentou para 441,6 milhões. A procura pelo continente europeu se deve, em grande parte, ao interesse que a tradição cultural européia desperta em outros povos. Considerada “berço” da cultura ocidental, a Europa foi palco de acontecimentos decisivos da história antiga e recente, destacando-se pela riqueza de seu patrimônio histórico, artístico e cultural.

Em seguida está a América que, respectivamente, recebeu 116,7 e 133,6 milhões de turistas nos anos 2002 e 2005. A Ásia Meridional foi a que teve menor número de visitantes, se comparado às outras regiões. Certamente, isso se deve aos elevados níveis de pobreza que aqueles países vivem (cerca de 40% da população vive em absoluta pobreza) e pelos diversos conflitos de disputa de terras que lá comumente acontecem.

Do ponto de vista das receitas cambiais movimentadas pela atividade turística (Vide Tabela 03), a Europa e as Américas também mantiveram a liderança. Ambas concentravam 74,7% das receitas mundiais em 2002. Em 2005, nota-se que este número não teve grande incremento. Pelo contrário, inclusive até diminuiu um pouco, passando para 72,2%. Isso, certamente acontece pela procura de novos destinos. A Ásia Meridional manteve-se como a região com a menor receita cambial gerada pela atividade turística.

TABELA 03 - Receita Cambial Gerada pelo Turismo Internacional, por Região
Período: 2002 - 2005

(Em bilhões US\$)

Regiões	2002	2003	2004	2005
Europa	246,9	287,2	328,2	347,4
Américas	117,3	115,7	132,1	145,3
África	12,1	16,1	19,1	21,3
Ásia Oriental/Pacífico	91,9	91,9	119,1	129,0
Ásia Meridional	5,2	5,2	8,7	9,9
Oriente Médio	13,5	13,5	25,5	28,6
TOTAL	486,9	532,8	632,7	681,5

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT²³
Notas: Dados de 2001 a 2004 revisados
Dados de 2005 estimados

Observando os dados arrolados (nas Tabelas 02 e 03), pode-se deduzir que o turismo é um dos fatores capaz de redistribuir renda, pois, aumenta o circuito econômico do núcleo receptor e isso, contribui para o desenvolvimento da economia local/regional, estimulando tendências de novos investimentos, capazes de gerar empregos diretos e indiretos²⁴.

No Brasil, a INFRAERO (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária), registrou no mês de dezembro de 2005, 586.138 desembarques de passageiros vindos do exterior nos aeroportos brasileiros. No referido ano, a soma total foi de 6.788.233 desembarques internacionais (Vide Figura 03).

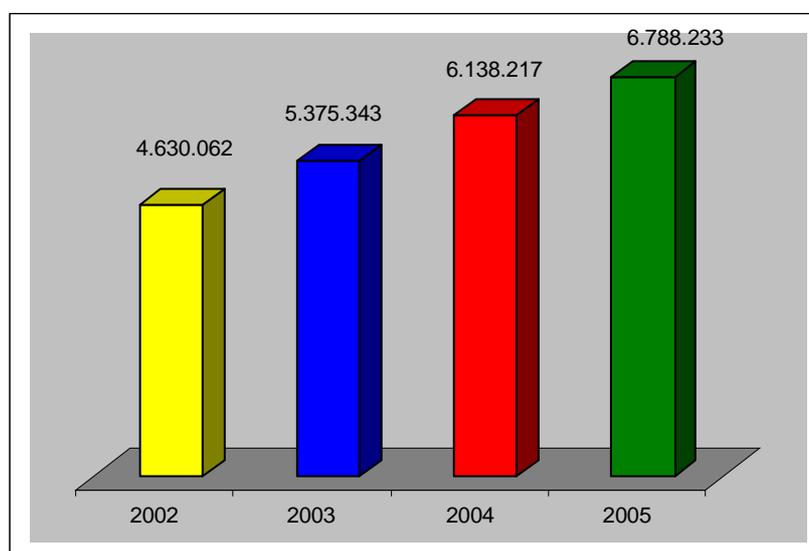


FIGURA 03 – Desembarques Internacionais no Brasil
Período: 2002-2005

Fonte: Infraero (2006)

²³ Disponível em:

[http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/Anuario/anuario_2006_4versao_internet_dados_2005\(08_03_07\).pdf](http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/Anuario/anuario_2006_4versao_internet_dados_2005(08_03_07).pdf)

²⁴ A OMT espera que, em 2010, o turismo contribua com 328 milhões de empregos diretos e indiretos, atingindo de 8,7% a 12,5% do PIB mundial e US\$ 1,8 trilhão em impostos (atualmente, o setor contribui com US\$ 802 bilhões em taxas e impostos diretos e indiretos).

Esses números, que incluem estrangeiros em visita ao país e brasileiros em retorno de viagens ao exterior, representam um aumento de cerca de 10% com relação ao ano anterior. Os resultados apontam um recorde histórico, não só para o país, como para outros destinos do mundo todo.

Desse modo, concorda-se com aqueles que dizem que “(...) o turismo constitui uma possibilidade concreta de minimização de disparidades regionais entre as regiões do país” (CRUZ, 2000), surgindo como uma alternativa capaz de fomentar o crescimento e o desenvolvimento regional. Assim, conforme Wahab (1977), a atividade turística produz implicações sócio-econômicas, merecendo destaque aspectos como: aumento da urbanização, que implica em melhorias na infraestrutura; incremento de indústrias associadas ao serviço de turismo (transportes, alojamentos, etc.); expansão de indústrias relacionadas a equipamentos para hotéis, artesanatos, etc.; aumento da produção de diversos produtos para suprir a demanda do consumo; entre outros benefícios que o turismo, se bem planejado e bem gerenciado, tendo o apoio de profissionais competentes, e a partir de peculiaridades ecológicas, pode trazer.

No entanto, apesar de reconhecer que a atividade turística exerce grande importância sobre a economia de determinada região ou nação, funcionando como atividade propulsora do desenvolvimento econômico, no caso brasileiro ainda não há estimativas específicas para caracterizar o segmento do turismo, isto é, no Brasil existem poucos estudos que quantificam e qualificam, com maior rigor, os impactos desse segmento sobre a economia nacional.

Além disso, são relativamente pequenos os investimentos que o poder público aplica em setores que estão diretamente ligados ao desenvolvimento da atividade turística como: infra-estruturas de acesso, infra-estrutura básica como saneamento, transportes, comunicação, saúde, segurança. Outros problemas também dificultam o “deslanchar” do turismo no Brasil, como a falta de mão-de-obra qualificada, de planejamento, de parcerias (entre o setor público e privado), de conscientização da população, de divulgação e comercialização dos destinos, etc.

Para que essas deficiências possam ser superadas, possibilitando que o turismo venha a tornar-se um propulsor de desenvolvimento, é fundamental a atuação do Poder Público, como promotor do espaço turístico. Ele deve agir como agente fiscalizador, defendendo e preservando os recursos turísticos, o consumidor e a população que recebe o turista. Deve controlar o equilíbrio entre a oferta e a demanda; e estabelecer o cumprimento das normas e das políticas de apoio ao desenvolvimento do turismo, além de regulamentar e ordenar o uso do solo e da atividade.

Desse modo justifica-se a atuação do setor público, elegendo ou não o turismo como atividade econômica e social de uma nação/região. Feita a opção, e se esta for pelo desenvolvimento da atividade turística, cabe a ele criar políticas públicas de desenvolvimento do setor e participar, ativamente, na definição e elaboração de estratégias e linhas específicas de procedimento para o setor. O objetivo não deve ser só de solucionar os problemas intrínsecos da atividade turística, mas, também, relacioná-las com os outros interesses nacionais.

1.5 PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A abertura de mercados, as inovações tecnológicas na informática, e nos meios de comunicações, e, principalmente, a expansão da economia de serviços, são componentes do processo de globalização, que se constituem em fatores fundamentais para a efetivação de mudanças significativas e o conseqüente crescimento da importância do turismo na economia mundial.

A dinamicidade com que se processam as transformações se reflete, também, no espaço onde, a todo momento, "(...) criam-se novas formas (objetos) para responder às necessidades novas e precisas, ao mesmo tempo em que velhas formas mudam de função, dando lugar a uma nova geografia construída com velhos (e novos) objetos" (CRUZ, 2000:16 *apud* Souza, 1988:64).

Estamos assim, cada vez mais, diante de um mundo globalizado, onde “(...) a palavra chave é a velocidade: velocidade da circulação, da informação, das pessoas, dos objetos (...) enfim de tudo que compõe o ambiente (...)” (SANTOS, 2002:195). O desenvolvimento constante de novos produtos conduz a uma competitividade selvagem, e faz com que tudo se torne obsoleto e ultrapassado em questão de dias.

Esses processos estão atrelados à dinâmica capitalista, onde, cada vez mais, os lugares, são redefinidos por padrões estéticos e de consumo, criando novos fluxos e novas territorialidades. Contudo, acredita-se que com a popularização e as facilidades de acesso aos meios e as ferramentas de comunicação, um novo sistema técnico está se formando. Assim, conforme Carlos (1999:173),

(...) uma nova racionalidade que está sendo imposta ao cotidiano como decorrência do desenvolvimento tecnológico, que permite à informação chegar a todos os lugares. Ao mesmo tempo, podemos dizer que o mundo não se caracteriza por áreas desconhecidas. A tecnologia levou o homem para todos os pontos do planeta. A universalização do capitalismo produziu um crescente e denso fluxo econômico provocando uma nova ordenação e hierarquização do espaço mundial.

Esta nova ordenação do espaço pode ser observada, também, a partir da prática da atividade turística, pois, à medida que o turismo se apropria e promove a reorganização de seus espaços, determinadas normas e padrões são seguidos, estabelecendo e mantendo certas tendências contemporâneas de gostos e exigências. Isto acontece de forma que os espaços turísticos se revestem de características e formatos comuns, tendendo a uma homogeneização globalizada, em detrimento às especificidades que tornam única cada localidade. Com relação a isso, Camargo & Silva dizem que,

(...) há determinadas características que são intrínsecas a certos locais, as quais são determinadas ou sugestionadas pela própria estrutura e tipologia geográfica em que se encontram, características que determinam o modo de ser e de viver local, tornando cada região do globo especial por sua especificidade (CAMARGO & SILVA, 2005:245).

Aqueles autores também acreditam que essas peculiaridades de cada lugar,

(...) são as grandes riquezas que o mundo possui e que também o torna fascinante – suas diversidades paisagísticas, históricas e culturais. São estas diversidades que a atividade turística não deve e não pode permitir que seja destruídas ou agredidas em função de sua prática, até porque, na maior parte das vezes, são o grande vetor e incentivador das visitas (CAMARGO & SILVA, 2005:45).

Desta forma, inserido nas tendências globais, de que cada lugar apresenta particularidades que o tornam especiais, o Município de São José, localizado no litoral central do Estado de Santa Catarina e vizinho de Florianópolis, é possuidor de peculiaridades que o faz um lugar único. Assim, diversas características o fazem parecer moderno, com ares de cidade grande e, ao mesmo tempo, guarda características do passado, ou do que sobrou dele, materializado na paisagem urbana, e que ainda se mantém vivo no cotidiano do lugar. Exemplos são os traços da história de base açoriana, arquitetura, manifestações folclóricas, artísticas e culturais, que resistem até hoje.

Em São José coexistem o “velho” e o “novo”, ou seja, vestígios do passado dividem espaço com novos fluxos e espacialidades, criando e recriando, a partir das diferentes densidades de usos do solo, novas dinâmicas e variadas funções, em antigas e novas formas. Neste sentido, o município expressa contradições espaciais decorrentes de sua evolução, significando, um verdadeiro mosaico, dinâmico e valorizado pelo vetor cultural.

Nesta conjuntura percebe-se que hoje, alguns elementos encontrados no município são bastante importantes para a reconstrução da sua história. Eles caracterizam aspectos particulares e significativos que, aos poucos, estão despertando no município, a necessidade de criar uma identidade própria, diferente da capital catarinense. Entre as opções existentes está o Centro Histórico, espaços de lazer, produções culturais, entre outras.

Estes são aspectos do município que valorizam a história e a cultura local, o que, de fato, têm se demonstrado como possibilidades a serem exploradas para fins turísticos e/ou de lazer. Assim sendo, nesta tendência de turistificação dos espaços e dos lugares, São José, assim como outros municípios do estado de Santa Catarina, e de outros estados também, vislumbra, na atividade turística, a possibilidade de complementar a economia local e as do pólo turístico de Florianópolis.

Portanto reforça-se, mais uma vez, que o turismo apropria-se de singularidades inerentes a cada localidade, com a finalidade de transforma-las em atrativos turísticos capazes de absorver uma quantidade significativa de turistas. Apodera-se, então, de

(...) lugares “exóticos”, de “paisagens naturais”, de “paisagens históricas”, transformando-os em lugares que deverão ser observados para se obter conhecimentos culturais, históricos, possibilitar o descanso, e vários outros motivos simbólicos ou reais (RODRIGUES, 1997:48).

A partir então das diferenciadas formas existentes nos modos de consumo do espaço turístico, e mesmo no modo de vida das pessoas, é que surge as diferenciações e as inovações dos produtos turísticos. São tentativas de atrair a atenção dos visitantes para os “lugares turísticos”, e fazer com que eles, ao irem embora, além de levarem como recordação boas lembranças, também divulguem, para seus parentes e amigos, a experiência vivida, que supostamente deveria ser “maravilhosa”, e ainda sintam vontade retornar.

Acredita-se assim que o turismo reestrutura o espaço segundo as necessidades do capitalismo, de reproduzir e consumir os lugares. Tal afirmação nos remete a pensar no futuro desta complexa atividade, que ao mesmo tempo em que “preserva” os lugares turísticos, também os “destrói”. É o que Rodrigues (1997:42) chama de “produção destrutiva”.

De todo modo é preciso pensar a atividade turística em toda a sua amplitude, e a partir de sua dinâmica espacial, que se figura materialmente, criando e também transformando formas espaciais.

Mundialmente o turismo se configura como uma das mais importantes atividades econômicas, que faz parte, em menor ou maior escala, da vida de muitas pessoas, e que se tornou elo de ligação entre diferentes culturas de qualquer lugar do mundo, principalmente, sob a forma de atividades de massa nesses tempos modernos e de globalização (MORIN, 1977), possibilitando a valorização da troca de experiências, e também uma nova vivência que satisfaça as necessidades do turista consumidor.

Estimativas feitas pela OMT, com relação à atividade turística, indicam que este será, em breve, o setor mais importante quanto à geração de empregos e divisas no mundo, “(...) especialmente para muitos países em desenvolvimentos e, particularmente, para os menos desenvolvidos, o turismo apresenta-se como a principal alternativa impulsionadora do desenvolvimento econômico” (MASINA, 2002:22).

Desta forma, os indicativos para o futuro da atividade turística conforme a OMT, é que algumas megatendências irão revolucionar o mundo do trabalho. Schmitz (2002), acredita inclusive que pode ocorrer a transição de uma sociedade centrada no trabalho para uma outra baseada no lazer. Assim, diversos autores fazem suas previsões para o futuro da atividade. Entre elas destacam-se:

- As viagens de férias serão mais curtas e em períodos diferenciados;
- Com a globalização do turismo, haverá uma maior valorização da identidade local;
- Haverá uma maior utilização da internet nas reservas (aéreas, de hotéis, passeios, entre outras);
- A viagem virtual predominará como principal meio de comunicação para oferta de turismo;

- Crescimento do turismo ecológico, de aventura e histórico-cultural;
- Preço e segurança serão fatores chave;
- Os consumidores serão cada vez mais exigentes e ativos;
- A busca de um foco será essencial, pois muita diversidade acaba atrapalhando;
- Será preciso passar da venda de serviços para a venda de momentos inesquecíveis; de bens e serviços para uma oferta de experiência;
- O setor privado precisará inovar nos processos de comercialização;
- Superação das resistências sócio-culturais à globalização do turismo pela conscientização do que ele representa para as economias nacionais ou regionais, e pela certeza de justamente nas diferenças geográficas e culturais, estão os mananciais das fontes do turismo internacional;
- Barateamento das viagens aéreas, tornando-as mais acessíveis a um maior número de consumidores, ampliando o limite dos viajantes;
- Procura por serviços personalizados, de excelência, de cortesia e de detalhes;
- Alto grau de exigência, pois a sociedade pós-moderna exige, entre outras coisas, qualidade nos produtos que consome;
- Mudança de atitude para com o turismo. Antes considerado um privilégio de poucos agora, como direito a todos.

Estas tendências evidenciam que com os avanços tecnológicos e a popularização dos meios de comunicação e de transportes, a atividade turística se tornou mercado altamente competitivo, além de global, onde número cada vez maior de turistas, se utilizam da internet como importante ferramenta para pesquisas,

comparações, escolhas, e compras de pacotes turísticos, passagens aéreas, reservas de hotéis, entre outros serviços.

Nesse contexto os turistas se tornam consumidores mais exigentes, e passaram a despertar nas agências de viagens, e em outros segmentos ligados ao turismo, uma competição acirrada na tentativa de conquistar e fidelizar aqueles clientes. Portanto, o principal desafio da oferta consiste em adiantar-se aos movimentos da demanda para atendê-la e assegurar níveis adequados de qualidade. Esta também tem se revelado entre as dificuldades, frente ao enorme leque de opções existentes no mundo todo.

Outra perspectiva para o turismo consiste na atividade assumir função social, valorizando cada vez mais aspectos da história, cultura, identidade, das especificidades e das belezas naturais de cada localidade. Nesse sentido, a OMT acredita no aumento da procura por lugares selvagens e experiências exóticas, e aponta que boa parte do boom do turismo acontecerá graças ao ecoturismo.

Assim sendo, dados oficiais divulgados em relatório da OMT revelam que mais de 840 milhões de pessoas viajaram durante o ano 2006, o que representa um crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior. Portanto, as perspectivas para o turismo nas próximas duas décadas é a expansão sem precedentes do número de viajantes, que, conforme aquele órgão, chegarão a 1,6 bilhões de turistas até 2020, gerando US\$ 2 trilhões de receitas.

Entre as preferências dos visitantes, de acordo com a OMT, estará a China, que à medida que se integrar à economia mundial, vai se tornar, em pouco tempo, o país mais visitado do mundo. Países exóticos como África e Ásia também estarão entre os mais procurados. Já para a Europa, perspectivas indicam que continuará recebendo a metade do 1,5 bilhão de turistas do futuro, mas nos próximos 20 anos deverá ter um crescimento anual de 3%, enquanto o turismo nos países asiáticos, deverá aumentar em média 6,5% ao ano.

Quanto ao Brasil, a OMT acredita que o país manterá o quarto lugar nas Américas - atrás de americanos, canadenses e mexicanos - com 14 milhões de visitantes, onde os destinos mais procurados serão os santuários naturais como Lençóis Maranhenses, Fernando de Noronha e Chapada Diamantina.

Por fim, seja qual for o destino escolhido, o que se percebe nos últimos anos, é uma certa mudança nas preferências turísticas, ou seja, insatisfação com destinos tradicionais, comercializados nos pacotes turísticos. Este fato vem contribuindo para a criação e exploração de novos destinos, bem como para o crescimento do turismo cultural e natural.

Essas discussões tiveram como intuito ilustrar a amplitude da atividade turística, enquanto um fenômeno sócio-espacial, resultante do desenvolvimento da sociedade capitalista. São tentativas de compreender as realidades cotidianas e suas contradições, bem como a forma como este espaço é produzido e reproduzido constantemente. Posteriormente, serão tratadas questões específicas de nosso objeto de estudo, ou seja, aspectos da gênese e da trajetória do Município de São José até os dias de hoje, procurando entender as inter-relações que este lugar tem, como parte integrante da área conurbada de Florianópolis, bem como, as potencialidades de lazer e turismo daquele lugar.

CAPÍTULO II – MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ: PANORAMA SÓCIO-ESPACIAL E SUA INSERÇÃO NA DINÂMICA REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

2.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

São José é o município mais próximo de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. A interdependência dos fatores naturais e sócio-culturais contribuiu na organização desses territórios e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das atividades econômicas, materializadas em diversas manifestações que se expressam na (re)ordenação espacial de outros municípios.

Situado no litoral central do Estado de Santa Catarina, São José é, também, parte integrante da Região Metropolitana de Florianópolis (Vide Figura 04). Está localizado entre as coordenadas geográficas: 27°31'05" e 27° 38'28" de latitude Sul e 48°36'04" e 48° 44' 44" de longitude Oeste, e tem como limite à leste às águas das Baías Norte e Sul, além da porção continental de Florianópolis; a oeste os territórios dos Municípios de São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos, a norte Biguaçu, e a sul Palhoça.

Apresenta relevo predominante do tipo planície, caracterizado pela estreita faixa litorânea e bacias fluviais dos rios Maruim e seus afluentes e, ainda, Serraria, Três Henriques, Araújo e Bücheler que, com exceção do Maruim, foram reduzidos a córregos. As terras elevadas existentes na região fazem parte do conjunto geomorfológico conhecido por Serra do Tabuleiro, cuja maior expressão isolada no município é o Morro da Pedra Branca, com 450 metros de altitude.

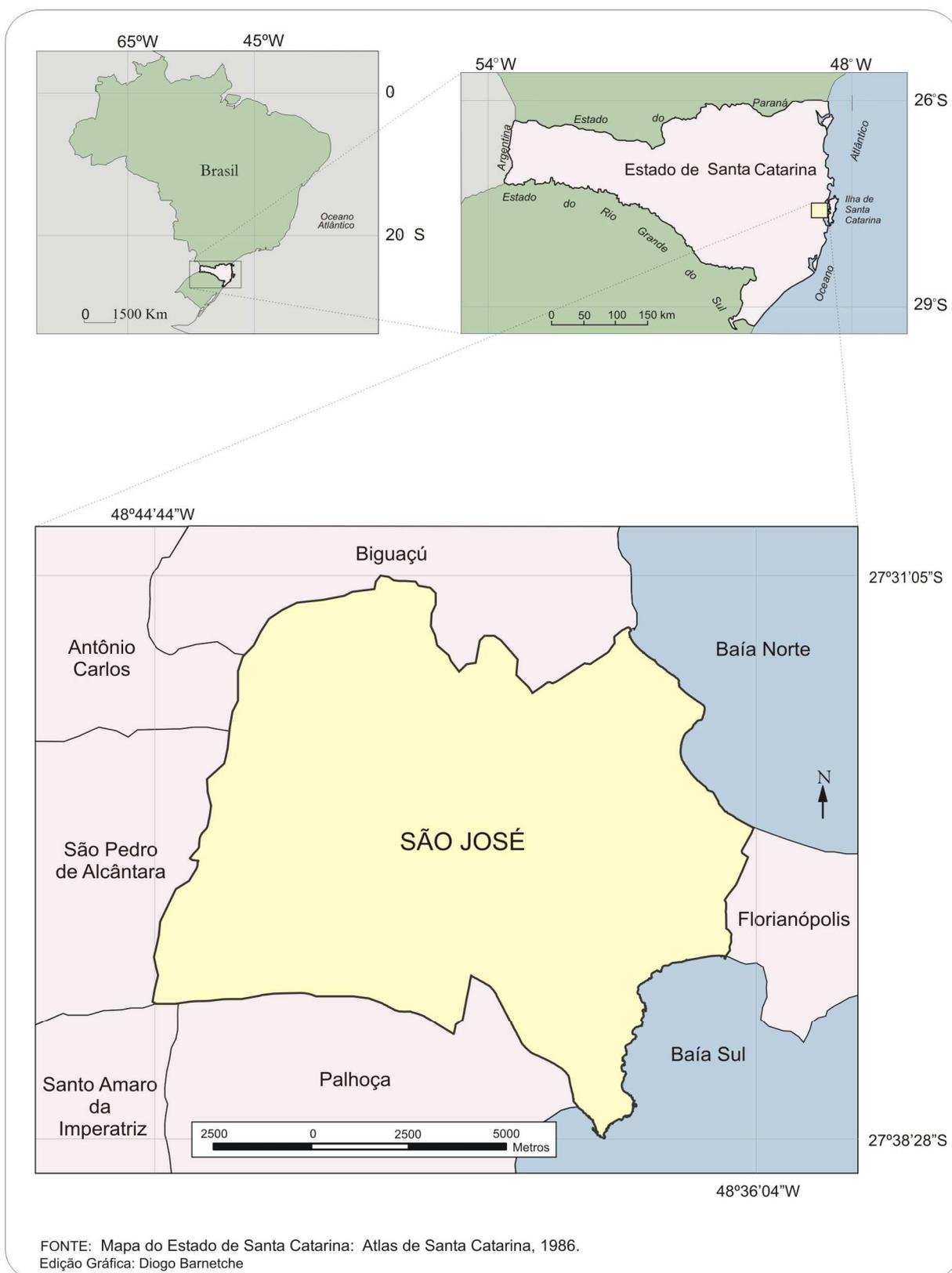


FIGURA 04 – Mapa de Localização do Município de São José - SC

Com uma localização a poucos metros acima do nível do mar, próximo ao Oceano Atlântico, em São José sobressaem condições climáticas associadas ao tipo sub-tropical atlântico. As temperaturas ao longo do ano sofrem variações acentuadas, face à presença de estações bem definidas. A temperatura média anual é de 20,3°C.

Conforme dados do IBGE (2000), a área territorial atual de São José restringe-se a uma superfície de 113,17 km² e sua população estimada para 2006, foi de 201.103 habitantes²⁵. A pequena extensão territorial e o elevado número de habitantes por km², torna o município o segundo maior em densidade demográfica de Santa Catarina²⁶, com 1.317 hab/km². Apresenta taxa de crescimento anual de 3,49%, e está entre os dez municípios mais populosos do estado. É o segundo com maior número de habitantes da região, ficando atrás apenas de Florianópolis (Vide Tabela 04).

TABELA 04 – Registros Demográficos de Municípios do Núcleo Metropolitano da Grande Florianópolis – 2000

Município	População Total 2000	População Urbana 2000	População Rural 2000	Taxa de Urbanização	Densidade Demográfica
Águas Mornas	5.390	1.715	3.675	31,81	14,94
Antônio Carlos	6.434	1.760	4.674	27,84	28,08
Biguaçu	48.077	42.907	5.170	89,24	148,14
Florianópolis	342.315	332.185	10.130	97,04	789,98
Governador Celso Ramos	11.598	10.842	756	93,48	124,62
Palhoça	102.742	97.914	4.828	95,30	259,86
Santo Amaro da Imperatriz	15.708	12.536	3.172	79,80	50,55
São José	173.559	171.230	2.329	98,65	1.526,46
São Pedro de Alcântara	3.584	2.096	1.488	58,48	25,66
TOTAL	709.407	673.185	36222	94.89	295,71

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

²⁵ O censo demográfico de 2000 registra que São José possuía cerca de 173.239 habitantes. Entretanto, no decorrer de seis anos este número aumentou.

²⁶ O Estado todo tem em média 50 hab/km² e Florianópolis, cerca de 593 hab/km².

Hoje, atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, revelam-se entre as principais estratégias econômicas do município. Dados da Secretaria da Receita (Prefeitura Municipal), registraram em 2006, mais de 1.200 indústrias, cerca de 6.300 estabelecimentos comerciais, 4.800 prestadores de serviços e 5.300 autônomos. Várias dessas empresas estão distribuídas pelo território josefense. No entanto, o Distrito de Barreiros é o que concentra o maior número de indústrias. Já no Distrito Sede, estão as maiores, principalmente na Área Industrial e às margens da BR-101.

Com pequena extensão territorial, e quase que totalmente ocupado por usos para fins urbanos, São José é dividido em três distritos administrativos: Sede, Barreiros e Campinas (Figura 05). Estes distritos estão ainda sub-divididos em 27 bairros (Figura 06), definidos pela lei municipal nº 3.514, de 5/01/2000. Entretanto, parte deles não apresenta infra-estruturas relacionadas com esta categoria urbana²⁷.

²⁷ De acordo com Farias (2006), para ser considerada bairro de fato, as comunidades têm que apresentar uma infra-estrutura que lhe assegure vida própria, ou seja, uma diversificação de atividades comerciais e de serviços, escolas, posto de saúde, posto policial, farmácias, táxi, telefones públicos, correios, agência bancária, etc.

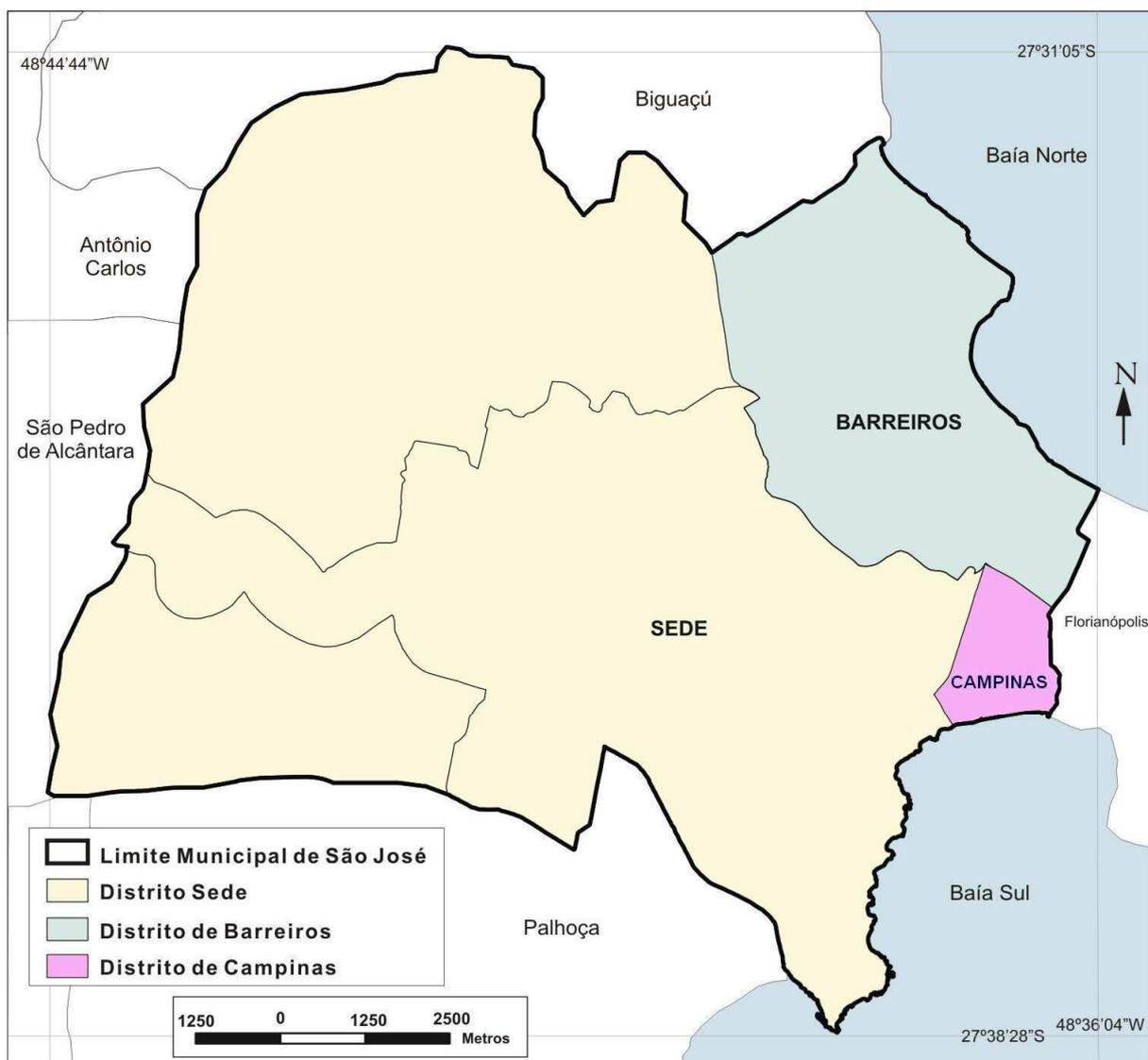


FIGURA 05 – Mapa do Município de São José: Divisão por Distritos Administrativos

Fonte: Mapa do Estado de Santa Catarina: Atlas de Santa Catarina, (1986) e Prefeitura Municipal de São José – SEPLAN (2006). Edição Gráfica Diogo Barnetche.

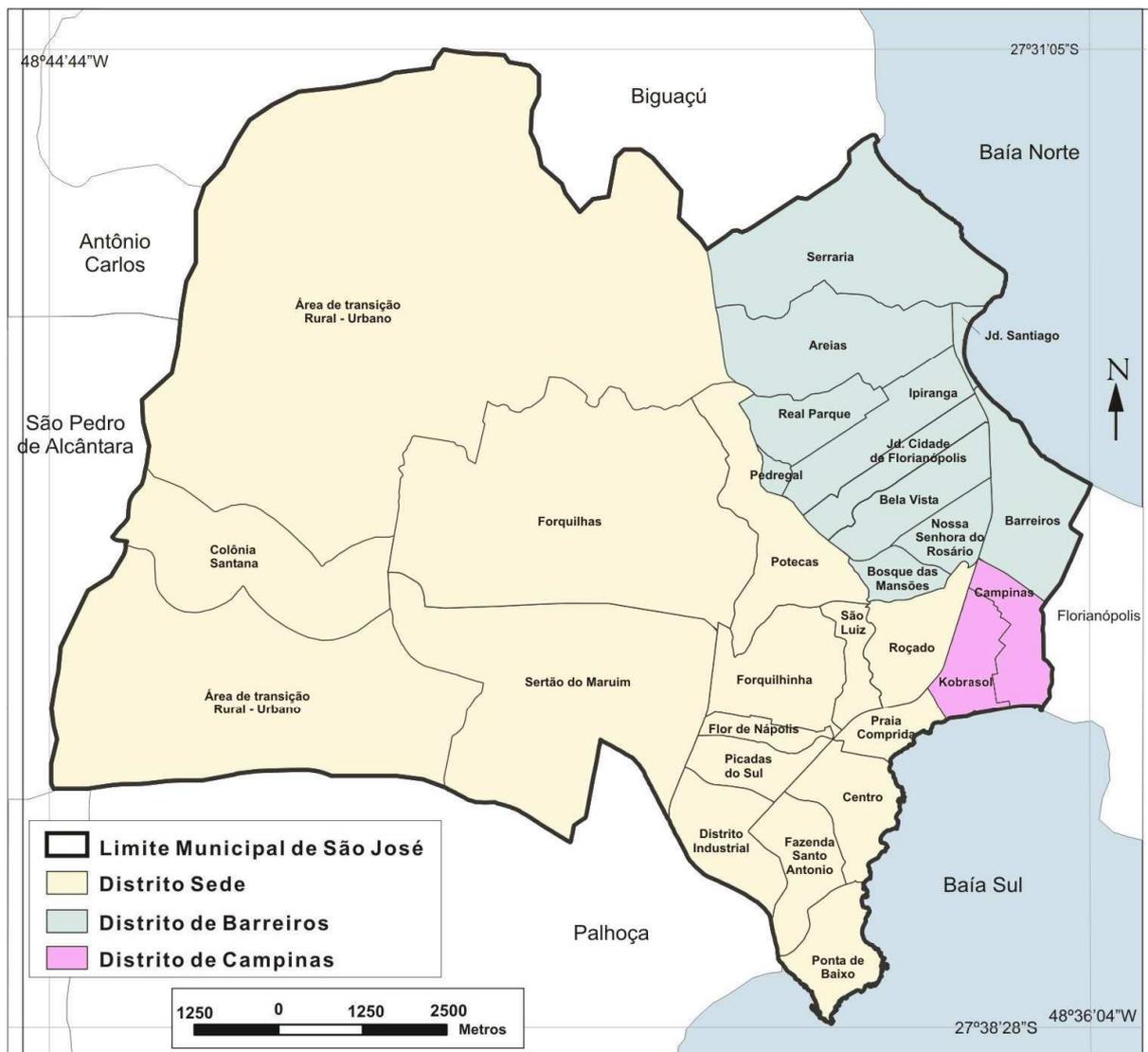


FIGURA 06 – Bairros do Município de São José

Fonte: Mapa do Estado de Santa Catarina: Atlas de Santa Catarina, (1986) e Prefeitura Municipal de São José – SEPLAN (2006). Edição Gráfica Diogo Barnetche.

Distrito Sede, onde se originou o núcleo urbano do município, é considerado o maior em área territorial. Fazem parte dele, os seguintes bairros: Ponta de Baixo, Fazenda Santo Antônio ou do Max, Distrito Industrial, Praia Comprida, Centro, Forquilha, Sertão do Maruim, Colônia Santana, São Luiz (Morro do Avaí - parte), Picadas do Sul, Flor de Nápolis, Forquilha, Potecas, Bosque das Mansões e Roçado.

O Distrito de Campinas, originalmente, se constituía em local de passagem de tropeiros de gado provenientes da região serrana. Eles tinham como destino o

matadouro oficial localizado no bairro Estreito (que até 1943 pertencia a São José com o nome de João Pessoa), com a finalidade de abastecer com carne a Cidade de Florianópolis. Ainda na década de 1960, Campinas se configurava em um verdadeiro “pasto de gado”, ou mesmo um “banhado”, sendo o comércio naquele lugar, praticamente inexistente²⁸. A partir desta data o local começou a se modificar, e além do comércio beira de estrada, como oficinas e postos de gasolina, novos ramos lá começaram a se instalar. Atualmente, o Distrito de Campinas é composto pelos bairros de Campinas e Kobrasol. Neles concentra-se grande parte das atividades comerciais, de serviços e de lazer, onde se pode dizer, que estes bairros são os mais desenvolvidos do município.

Já o Distrito de Barreiros, considerado o mais populoso de todos, conta com mais de 80.000 habitantes. É constituído pelos seguintes bairros: Sede do Distrito (Barreiros), Bela Vista, Jardim Cidade de Florianópolis, Ipiranga, Areias, Real Parque, Jardim Santiago, Serraria, Pedregal, Nossa Senhora do Rosário. Dessas comunidades apenas quatro podem utilizar o título de bairro: Barreiros (Sede), Ipiranga, Bela Vista e Serraria.

No entanto, vale destacar que São José nem sempre teve esta configuração sócio-espacial. A estrutura atual do município é fruto de diversos processos que deram origem a diferentes desdobramentos, os quais dinamizaram a produção espacial de São José. Assim, como lembra Santos (2005:159), “(...) são fixos e fluxos criando e recriando o espaço a todo instante, e os fluxos, naturalmente imbuídos de movimento, dinamizam as interações sócio-espaciais e agilizam as transformações que se materializam no espaço (...)”, que em São José, pode-se reconhecer a diversidade de territorialidades.

Neste contexto, participaram diferentes agentes sociais (proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos, o Estado, além da própria sociedade), contribuindo para a produção e reprodução do espaço josefense, cada qual, com interesses particulares que se refletem, parcialmente, nas paisagens locais.

²⁸ Grande parte da área total de Campinas, inicialmente, pertencia à família Di Bernardi (um dos primeiros colonos desbravadores da região).

Para que se possa compreender como se deram alguns desses processos, é preciso se reportar ao passado e fazer uma breve referência histórica aos períodos que vão desde a fundação do município, acompanhando a evolução do lugar ao longo de sua trajetória, chegando-se em sua atual configuração territorial. Desta forma, no espaço-temporal, é possível ter um panorama geral dos elementos que contribuíram nos processos de formação e transformação do espaço josefense.

2.2 CONTEXTOS SÓCIO-ESPACIAIS: ELEMENTOS DA GÊNESE E DA TRAJETÓRIA DO LUGAR

O processo que gerou a ocupação da região sul do Brasil, mais especificamente do litoral de Santa Catarina, pelo “homem branco²⁹”, ocorreu em meio ao movimento de expansão colonizadora, dirigido pela metrópole portuguesa no século XVIII, no sentido de povoar a região, garantindo as terras para Portugal, conforme a divisão do Tratado de Tordesilhas (1493). De acordo com Campos (1991:20), “(...) o abandono do Sul e o iminente perigo da penetração espanhola fizeram com que Portugal se preocupasse em ocupar a região e a integrasse definitivamente à Colônia (...)”. A partir de então, o litoral catarinense passou a fazer parte mais efetiva dos interesses daquela metrópole.

Até 1750 a reduzida população dispersa em pequenos povoados ao longo do litoral de Santa Catarina, não produziu um efeito ocupacional expressivo. No entanto, com o aumento do papel estratégico da região sul do Brasil, na geopolítica portuguesa, a Ilha de Santa Catarina, e o sul do continente, foram elevados à categoria de Capitania subalterna ao Rio de Janeiro (1738), que na época era capital da colônia. Isto provocou a transferência de contingentes militares e oficiais

²⁹ De acordo com Silva (2005), antes da chegada do europeu, o litoral catarinense era habitado por índios, que também eram conhecidos por homem do sambaqui, ou guaranis. Aquela autora comenta que a respeito de um sítio arqueológico encontrado na Ilha da Casca (em frente ao balneário Guararema), o que evidencia a presença deste povo em São José. Dessa forma, os índios foram, aos poucos, sendo eliminados e/ou afastados, não apenas das terras josefenses, mas de todo o litoral catarinense. Esses processos se deram a partir da dos primeiros brancos de origem européia, na região, no século XVII.

portugueses para aquele local, e pode ser considerada a primeira fase da colonização portuguesa em Santa Catarina, onde a ocupação da região, além de assegurar a posse daquelas terras³⁰ para a coroa portuguesa, também criou um sistema defensivo litorâneo para a região sul, e preencheu o vazio demográfico lá existente (CAMPOS, 1989).

Aquele autor ainda lembra que a ocupação da região sul do Brasil ocorreu em um momento de crise para o comércio português, onde o capital comercial havia diminuído sua lucratividade e sentiu a necessidade de acelerar a acumulação de capitais. Além disso, o excesso de população nos Açores e as dificuldades de sobrevivência naquele arquipélago³¹, foram fatores que influenciaram, decisivamente, nas correntes emigratórias.

A lógica da Coroa Portuguesa foi, então, trazer para Santa Catarina um contingente populacional que viesse a desenvolver uma economia voltada para o abastecimento das tropas militares aqui estacionadas e, eventualmente, também garantir apoio ao exército em guerra. Esse interesse da Coroa em reforçar a defesa da ilha, de acordo com Piazza (1992), era devido, principalmente, sua localização estratégica. Conforme Campos (1989), outros fatores ainda eram determinantes no interesse pela Ilha. Ele cita a descrição da Ilha de Santa Catarina do Conselho Ultramarino de Lisboa, onde diz que,

1º - A posição geográfica da Ilha era estratégica, razão pela qual, afirma a referida "Descrição da Ilha de Santa Catarina", "a fazem apetedida de todas as nações, que navegavam aquelles mares...", haja vista, a excelente proteção que suas baías proporcionavam ao abrigo dos navios.

2º - A Ilha mostrava-se também como importante ponto de aprovisionamento dos navios, haja vista a "abundância de excellentes madeiras para consertarem as embarcações, como também o refresco de agoa admirável para fazerem as aguadas, muita abundância de peixe, e outros fructos da terra".

3º - A fortificação e o povoamento da Ilha só não eram possíveis como viáveis, pois além de haver "comodidade para se fazerem grandes fazendas

³⁰ Como em 1680 foi criada a Colônia de Sacramento (em terras onde hoje é o Uruguai), era de interesse da metrópole portuguesa implantar um sistema defensivo litorâneo que protegesse a região sul. Daí, também, a criação da Capitania de Santa Catarina.

³¹ Outros fatores também contribuíram para a vinda dos açorianos para o litoral catarinense, como as catástrofes, que afetavam a produção agrícola, gerando fome generalizada entre os mais pobres; o constante perigo dos terremotos; a falta de perspectiva entre os menos afortunados e, principalmente, as promessas de uma vida melhor, com ajuda de custos, terras e equipamentos, feitas pela Coroa Portuguesa.

de gado, engenhos de farinha e assucar”, tornar-se-ia um baluarte de defesa da costa, “servindo de praça de armas para defensão de huma grande parte dos Domínios da Coroa”, o que inclui não apenas os povos circunvizinhos como também a povoação do Rio de São Pedro (atual cidade de Rio Grande).

4º - O povoamento da Ilha faria ainda crescer as rendas da Coroa, justificando assim a construção de novas fortalezas, e principalmente, via-se reforçada “a guarnição dos soldados para defender a Ilha e socorrer as povoações circunvizinhas” (CAMPOS, 1989:23-24).

O autor ainda comenta sobre estes fatores, e diz que eles confirmam que o povoamento da costa catarinense, e da Ilha de Santa Catarina, fazia parte de um objetivo maior, que incluía os interesses da coroa portuguesa no Atlântico Sul.

Assim, a vinda de açorianos para o litoral e Ilha de Santa Catarina, resolveria problemas importantes para a metrópole portuguesa, pois, além de ser abastecida com artigos e produtos coloniais, supriria demograficamente a região, favorecendo aos interesses que a mesma possuía sobre a área. Além disso, a região sul e, principalmente, a Ilha de Santa Catarina, era motivo de cobiça, entre ingleses, franceses e espanhóis³².

Neste contexto estratégico-territorial, e a partir da instalação de bases político-militares em Desterro³³, surgiu a necessidade de proteção tanto da Ilha como do continente, contra possíveis ataques espanhóis. Portanto, no século XVIII o brigadeiro José da Silva Paes (1º Governador da Capitania de Santa Catarina), implantou as fortalezas de Anhatomirim, Jurerê e Rationes, que serviriam de ponto de apoio e consolidariam a ocupação portuguesa no sul do Brasil (CABRAL, 1987). Contudo, número “razoável” de fortificações “(...) colocava a região litorânea entre as mais fortificadas do Brasil. Principalmente, considerando-se sua reduzida extensão territorial e população (...)” (CAMPOS, 1989:35).

³² O grande interesse por esta área se dava devido à localização estratégica de acesso ao Prata. No entanto, a exploração do litoral catarinense também atraía as “nações inimigas” que, a exemplo do óleo de baleia, poderiam alimentar os capitais comerciais.

³³ No século XVIII a Ilha de Santa Catarina era o extremo meridional do Tratado de Tordesilhas, e um ponto estratégico de grande disputa e interesse entre as potências mundiais daquela época.

2.2.1 Os Açorianos e a Dinamização da Economia

O povoamento do litoral catarinense se deu, efetivamente, por volta de 1748, com a chegada dos açorianos na Ilha de Santa Catarina e continente fronteiriço. Esses novos habitantes se espalharam por todo o litoral, fundando as freguesias de São José, Enseada do Brito, Lagoa da Conceição, São Miguel, Santo Antônio e Vila Nova (Imbituba). Segundo Cabral (1987), estes imigrantes vieram dar um novo impulso à terra catarinense, e marcá-la com o cunho particular e característico da sua formação cultural.

No entanto os limites impostos pela terra, que não era a mais adequada para a agricultura, além do próprio contexto político que motivara a emigração, não permitiram que se instalasse uma economia voltada para o mercado europeu. Isso fez com que as atividades econômicas ficassem voltadas para o mercado interno da colônia, sendo baseadas no regime de pequena propriedade (CAMPOS, 1989).

Aos poucos, estas freguesias foram progredindo com relação à exploração de produtos agrícolas, especialmente a farinha de mandioca, destinada ao abastecimento da população urbana, das tropas e de embarcações em trânsito. Logo, este se tornou o principal produto de exportação. As atividades agrícolas e pesqueiras constituíam assim, a base da economia josefense até as primeiras décadas do século XX. No entanto, foi preciso que os imigrantes açorianos passassem por um processo de adaptação à região sul do Brasil, onde o solo não se prestava ao cultivo do trigo (base de sua alimentação).

Tiveram, pois, que se adaptar aos cultivos já praticados anteriormente pelos índios: milho, feijão, mandioca, etc. (FARIAS, 2004:189). A estes produtos somavam-se outros artesanais, como salames e banha, produzidos pelos colonizadores alemães instalados no interior do município, em localidades como Colônia Santana e São Pedro de Alcântara. Ainda se sobressaíam os artefatos de barro – potes e vasilhames – produzidos por oleiros (Ponta de Baixo e Ponte do Maruim) e o cal de concha usado em caieira.

No que tange a colonização de base açoriana no litoral de catarinense, merecem destaque especial os “casais” que vieram. Eles não apenas contribuíram para o aumento da população existente³⁴ como também, a partir de sua expansão por todo o litoral, para o rápido desenvolvimento de certos setores da economia.

2.2.2 Freguesia de São José

A freguesia de São José da Terra Firme foi criada em 26 de outubro de 1750, através do Alvará Régio de Portugal. Os primeiros 182 casais de imigrantes açorianos que lá chegaram instalaram-se, inicialmente, em uma localidade (enseada) na baía sul (aproximadamente onde hoje está o Centro Histórico), e na parte litorânea, tanto na porção norte, quanto sul. Mais tarde foram se espalhando e povoaram a região do Rio Maruim e as terras férteis que o cercavam.

A estruturação deste primeiro assentamento seguiu as normas conforme a prática portuguesa, de construir uma praça central, uma igreja em lugar alto (que geralmente ficava de frente para o mar, sendo ponto de referência aos navegantes). As ruas longitudinais à praça estão no sentido Noroeste – Sudeste e as ruas transversais à mesma estão no sentido Nordeste – Sudoeste, imprimindo um “habitat urbano” característico da época (MAMIGONIAN, 1958).

Desta forma se expressa a primeira etapa de estrutura urbana que deu origem à Cidade de São José, com a população habitando ou edificando construções para fins comerciais em torno da praça e próximo ao mar³⁵ (onde existia um trapiche que fazia ligação marítima entre continente e ilha). A partir daí desenvolveu-se uma continuidade espacial de ruas, becos e imbricações de casas que, aos poucos, foram dando formas do que hoje é São José (Vide Figuras 07 e 08).

³⁴ Que de acordo com Piazza (1992) era insignificante.

³⁵ Tais características nos remetem à origem de áreas centrais: fluxos de mercadorias e pessoas influenciando o crescimento econômico, o desenvolvimento da cidade e fomentando um certo padrão de centralidade urbana.



FIGURA 07 – Casarões no Centro Histórico de São José (Década de 30)

Fonte: Diário Catarinense, Visor de 19/03/2004 p.3 (Acervo Osni Machado)



FIGURA 08 – Vista Parcial da Cidade de São José: Edificações Próximas ao Mar (Década de 1930)

Fonte: Diário Catarinense, Visor de 27/07/2006 p.3 (Acervo Particular)

Convém ressaltar que outros imigrantes, juntamente com os açorianos, marcaram presença em território josefense, diversificando traços étnico-culturais. Assim, italianos, espanhóis, árabes, poloneses, austríacos, franceses e negros também deixaram suas contribuições. No entanto, foram os alemães que em 1829

fundaram em São José, no Alto Vale do Rio Maruim, a Colônia São Pedro de Alcântara, considerada a primeira colônia alemã em Santa Catarina, atualmente município autônomo³⁶.

Nota-se, que, o território inicial de São José abrangia parte das terras hoje pertencentes a municípios vizinhos como São Pedro de Alcântara, Angelina, Palhoça e Alfredo Wagner. Conforme Farias (2006) aquele município se estendia de Garopaba, ao sul, indo próximo a Lages, no oeste, e compreendendo todas as terras litorâneas até o rio da Serraria a norte, nos limites com Biguaçu.

Entretanto com o crescimento demográfico e o surgimento de povoados, quase que independentes da sede municipal (devido as grandes distâncias), iniciou-se um processo de perda de áreas, com a seqüência de desmembramentos. Assim, com o início do período Republicano, São José começa a perder, gradualmente, sua extensão territorial inicial (de mais de 10.000 km² em 1840 para 113,17 km² em 2000) a partir do desmembramento em vários municípios, os quais hoje fazem parte da microrregião da Grande Florianópolis. Desta forma, emanciparam-se os atuais Municípios de Palhoça³⁷, Angelina, Rancho Queimado, e São Pedro de Alcântara.

2.3 ASCENSÃO E DECADÊNCIA DA ECONOMIA JOSEFENSE ATÉ 1950

São José era, na segunda metade do século XIX, um dos mais populosos e ricos municípios da Província de Santa Catarina, além de possuir uma enorme extensão territorial³⁸. Sua produção agrícola dava para o consumo interno e ainda exportava café, tapioca, açúcar, lenha, cachaça, mandioca e sub-produtos³⁹. O

³⁶ A referida colônia fazia parte de um projeto estratégico de povoamento da Capitania de Santa Catarina ao longo do caminho das tropas, que ligava a vila nossa Senhora do Desterro ao planalto catarinense (JOCHE apud BUSS et al 2002). Estes imigrantes introduziram em São José uma gastronomia, um linguajar e uma arquitetura especial que ainda hoje pode ser encontrada na localidade de Colônia Santana.

³⁷ Do Município de Palhoça emanciparam-se Bom Retiro (pegando parte também do Município de Lages), Santo Amaro da Imperatriz, Garopaba, Paulo Lopes e São Bonifácio.

³⁸ Nesta época, São José ainda não havia sofrido nenhum desmembramento.

³⁹ De acordo com um caderno especial do Diário Catarinense publicado em 1999. n° 6, p. 2, sobre São José .

algodão e o linho sobressaíram-se entre as principais culturas. Registros e relatos indicam que existiam, inclusive, pequenos e rudimentares teares na área do atual bairro Roçado. Assim, as três localidades de maior importância na época eram: Centro (pela concentração de funções políticas e administrativas), Ponta de Baixo (pela produção de artefatos de barro) e Praia Comprida (pelo comércio e serviços).

A diversificação de atividades nas colônias e as funções relacionadas à recepção e transporte de mercadorias dinamizaram atividades comerciais de São José. Já no ano de 1756, a localidade da sede foi elevada à condição de freguesia. Em 1833 transformou-se em vila e, posteriormente, em 1854, passou à categoria de município⁴⁰ (CABRAL, 1987).

Relatos de estudiosos dizem que a cidade dispunha, naquela ocasião, de um porto marítimo apreciável, freqüentado por considerável número de embarcações, que faziam o transporte de mercadorias e pessoas, notadamente para Florianópolis. Assim, São José teve importante papel na produção e no abastecimento de produtos para a capital, pois sem outro meio de ligação com a ilha até 1926 se não o mar, todos os produtos com destino a Florianópolis eram obrigados a uma baldeação em São José, o que impulsionou a economia local (Vide Figura 09).

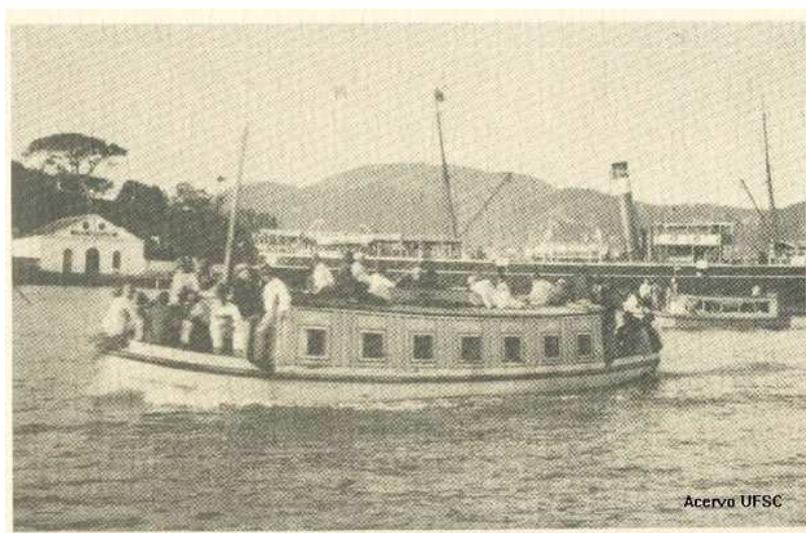


FIGURA 09 – Catraca de Travessia entre Ilha e Continente (década de 1920)

Fonte: Arquivo Velho Bruxo da Ilha. Disponível em www.ufsc.br/~esilva

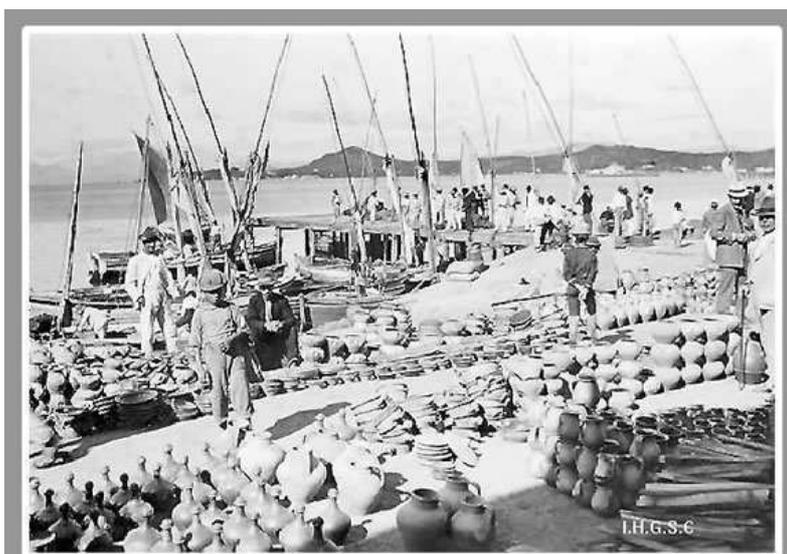
⁴⁰ Vale lembrar que inicialmente São José pertencia a Desterro, tendo seu desmembramento em 04/05/1833.

Desta forma, a dinamização de parte da economia regional era dada pelo intercâmbio comercial entre a vila Josefense e Desterro. Embarcações faziam o transporte de pessoas e principalmente de mercadorias (Vide Figuras 10 e 11), que eram comercializadas, notadamente no mercado público da capital, e a partir da área central, adentrava-se para o interior da ilha.



**FIGURA 10 – Mercado Público de Florianópolis:
Canoas Trazendo Gêneros (entre 1898 e 1935)**

Fonte: Arquivo Velho Bruxo da Ilha. Disponível em www.ufsc.br/~esilva



**FIGURA 11 – Venda de Louças de Barro no
Mercado Público (entre 1898 e 1935)**

Fonte: Arquivo Velho Bruxo da Ilha. Disponível em www.ufsc.br/~esilva

Comentários de Peluso Junior (1991) mencionam que na época, as colônias abasteciam basicamente a capital com produtos alimentícios (Vide Figura 12), primeiramente através de São José, vila localizada no fundo de uma enseada (baía sul) que possuía bom porto para pequenas embarcações⁴¹, posteriormente também, através de Palhoça.



FIGURA 12 – Mercado Público: Venda de Gêneros Alimentícios (entre 1898 e 1935)

Fonte: Arquivo Velho Bruxo da Ilha. Disponível em www.ufsc.br/~esilva

Ferreira (1998), ao se referir sobre a fixação de imigrantes estrangeiros nas proximidades da ilha de Santa Catarina, comenta relatos de Andrade (1981)⁴² e assim se expressa:

(...) com a instalação de imigrantes estrangeiros em colônias próximas à Ilha de Santa Catarina, a produção agrícola aumentou consideravelmente, fazendo com se fizessem necessários melhoramentos das vias de acesso à capital, para que a produção pudesse alcançar o mercado e o porto da capital, onde eram embarcados os produtos para exportação. Dessa forma, as antigas estradas foram melhoradas e novas foram abertas. Os produtos

⁴¹ Outros trapiches existentes no litoral do município também faziam essas conexões com Desterro. Porém, o de maior expressão era o de São José.

⁴² ANDRADE, Djanira Maria Martins de. Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

começaram a chegar com mais facilidade aos pontos de embarque, ou seja, São José, Estreito e Palhoça, e daí embarcados para o porto da capital (FERREIRA, 1998:27).

Além dos gêneros alimentícios produzidos nas colônias do município, outros produtos também foram importantes para o desenvolvimento da economia josefense. Destaca-se o gado em pé e, em especial, o charque, a madeira (pinheiro), proveniente do planalto lageano, e a madeira extraída da Mata Atlântica, usada como matéria-prima pelas madeireiras instaladas em Florianópolis e região.

Porém, esta dinamização da economia não foi duradoura. A precariedade de comunicação entre a ilha e o continente foi um dos fatores que levou a construção da Ponte Hercílio Luz (Vide Figura 13). Sem dúvida este foi um dos momentos marcantes da história de São José, pois, a ligação entre Florianópolis e Estreito (que naquela época pertencia a São José) passou a ser mais rápida e eficaz, provocando rápido crescimento e desenvolvimento de algumas localidades do lado continental, como Estreito e Coqueiros. Isso despertou em Florianópolis o interesse por aquelas áreas.



FIGURA 13 – Início da Construção da Ponte Hercílio Luz

Fonte: Arquivo Velho Bruxo da Ilha. Disponível em www.ufsc.br/~esilva

Em decorrência da construção da ponte Hercílio Luz, o território josefense vivenciou um período de estagnação econômica (entre as décadas de trinta e cinquenta do século passado), onde sua influência, juntamente com reflexos da evolução da indústria automobilística brasileira, “(...) fez desaparecer o papel de São José, enquanto pólo comercial-industrial regional, mergulhando a sua economia nas atividades agrícolas de subsistência e configurando o município como cidade dormitório” (Farias, 2004:204).

Neste íterim, o município perdeu significativa parcela da vida econômica que tinha – fazendo a baldeação e o transporte de mercadorias para a capital –, passando a viver, basicamente, das condições de sua proximidade em relação à Florianópolis. Como lembra Farias apud Pereira (1999), São José em particular, perdeu sua função de intermediação comercial, passando a ser apenas ponto de passagem, não retendo mais as mercadorias. Notadamente, o comércio do município sofreu impacto negativo e, assim como Palhoça e Biguaçu, São José também se tornou “refém” de padrões do crescimento urbano influenciados pelos fluxos da capital do estado.

Desse modo, muitos lugares litorâneos da região, ligados ao comércio marítimo, perdem sua função. Como exemplo destacam-se os trapiches e ancoradouros que, sem uso e preservação, foram desaparecendo ao longo do tempo, sem que houvesse a preservação de tão importante patrimônio cultural.

Também com o surgimento das primeiras linhas de ônibus – ligando localidades no continente próximo ao centro da capital –, a própria população passou a recorrer às casas comerciais de Florianópolis, e o traçado urbano passou a concentrar-se às margens das vias que conduziam à ponte. Isso originou uma série de problemas econômicos para os municípios vizinhos, notadamente São José, Palhoça e Biguaçu.

No entanto, um elemento teve grande importância para a economia josefense. A tradicional articulação entre São José e o planalto Lageano, que se manteve aproximadamente até a altura de 1960, não se deve apenas à economia do gado, mas, também, da madeira. O beneficiamento desta matéria prima era feito na localidade de Campinas, que passou a se constituir em importante local com

concentração de comércio atacadista, atraindo empresas de destaque, algumas das quais continuam existindo e são importantes até hoje. Entre elas, merecem destaque empresas dos grupos: Cassol S.A., Brasilpinho e Philippi & Cia. Hoje, estes grupos estão ligados a atividades diversificadas do setor industrial e comercial, da construção civil, produção de imóveis, entre outros.

Nesta perspectiva, gradativamente, Florianópolis foi se firmando como cidade pólo regional. A construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, representou um marco, pois integrou a capital de Santa Catarina não apenas com a área continental, mas, também, com o resto do estado e do país. Assim, em decorrência do dinamismo urbano e de seu desenvolvimento, a capital catarinense inicia, a partir da década de 60, um processo que, no entender de Lago (1968:175), significou a “*continentalização de Florianópolis*”.

A cidade expandiu suas estratégias urbanizantes e, com a substituição do transporte marítimo pelo rodoviário, a ocupação urbana passou a obedecer a uma nova lógica, decorrente, basicamente, do sistema viário instalado. Por vários anos o espaço da região conurbada assumiu papel de periferia da expansão urbana de Florianópolis, apresentando baixas densidades, altas taxas de crescimento demográfico e concentração das populações de baixa renda. Isto, por sua vez, condicionou a integração político-administrativa da região metropolitana, face às necessidades do planejamento integrado de toda a área, do qual faz parte o atual Município de São José (CNDU/IPUF, 1980).

Descortinavam-se assim novos rumos para a economia da florescente Grande Florianópolis onde, o Município de São José se destaca por ter servido, ao longo dos anos, de base fundiária para a localização de empreendimentos menos favoráveis à capital, como indústrias, loteamentos, conjuntos habitacionais populares, sistema de tratamento de esgoto, hospital psiquiátrico, etc. Em face disso, inicia-se, no eixo formado pelos Municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, um processo de periferia urbana.

2.4 ASPECTOS DA EXPANSÃO URBANA: O ESTADO COMO AGENTE PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL/INDUSTRIAL

O período que se inicia na década de 50 assinala o surgimento de políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal (Jucelino Kubitschek: 1956-1961). Também conhecido como 50 anos em 5 (cinquenta anos de progresso em cinco anos de realizações), este ideal desenvolvimentista foi consolidado num conjunto de 30 objetivos⁴³, a serem alcançados em diversos setores da economia, que ficou conhecido como Programa ou Plano de Metas⁴⁴.

O Plano mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, onde os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Entre eles estavam: energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. No entanto, os setores que mais recursos receberam foram energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados.

O Estado investiu maciçamente no setor público, principalmente na construção de estradas, construção de Brasília, etc., e na indústria de base, através da criação de novas siderurgias, ampliação da capacidade produtiva da Petrobrás, construção de usinas hidrelétricas e outros empreendimentos⁴⁵.

Naquela conjuntura, também inserida sob influências de contextos desenvolvimentistas, Florianópolis recebe atenção especial por parte do governo estadual, refletindo a tendência nacional. A capital catarinense passa, então, a ter novas perspectivas, relacionada à implantação de um aparato político-institucional, público e privado.

Entre os principais investimentos, está a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no início da década de 1960; a conclusão da BR-101, a construção da ponte Colombo Salles (ambas na década de 70); e ainda a

⁴³ Que acabaram sendo 31, pois, na última hora o plano incluiu mais uma meta, a 31ª, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a transferência da capital federal, o grande desafio de JK.

⁴⁴ Plano de Metas de Jucelino foi elaborado com base em estudos e diagnósticos realizados desde o início da década de 1940 por diversas comissões e missões econômicas.

⁴⁵ Já os outros dois setores, alimentação e educação, não mereceram o mesmo tratamento dos primeiros.

implantação de outras estradas de rodagem, ligando a capital a diferentes regiões do estado.

De acordo com Peluso Júnior (1991) também foram criados pelo Estado, órgãos financeiros, tais como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (1961); Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul – CODESUL (1961); e Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – FUNDESC (1963). Destaca-se ainda, a instalação da Central Elétrica do Sul do Brasil – ELETROSUL (1968), Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC (1955), Telecomunicações de Santa Catarina S.A. – TELESC (1974), Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC (1957), entre outras, que se configuram em importantes fatores para o desenvolvimento da economia local/regional.

O aumento de atividades ligadas a empresas estatais no Município de Florianópolis passou a atrair para aquele lugar, e adjacências, uma nova demanda, formada basicamente por estudantes, professores e diversos outros profissionais, que dão início a um processo de crescimento urbano.

Assim após os estímulos de políticas nacionais para o crescimento urbano na década de 60 e, posteriormente, com incentivos para o desenvolvimento do turismo, na década de 80/90, surgiu uma tendência de procura por imóveis (principalmente na área central), provocando uma supervalorização dos terrenos urbanos da capital.

Notadamente o aumento demográfico na ilha provocou um “inchaço” populacional, tornando evidente a falta de espaço e oportunidade de emprego. Neste processo alguns bairros de Florianópolis foram, gradativamente, se tornando seletivos, pois, com os investimentos estatais e a dinamização da economia urbana, ocorre a ampliação dos setores de classe média alta. Desta forma, com poder aquisitivo acima da média local, este novo mercado que estava se formando pode optar por fixar residência nos melhores locais da ilha, onde existiam os serviços e as infra-estruturas urbanas mais adequadas e sofisticadas, ao contrário do que ocorria no continente, onde se fixavam os grupos sociais de menor poder aquisitivo. Instalava-se assim a oficialização de paisagens urbanas segregadoras.

O Município de São José e entorno passaram a abrigar parte da população pobre que vinha migrando para a capital, proveniente de outras regiões do estado, cujo

processo, embora um pouco lento, já havia iniciado por volta dos anos 40. De acordo com Pereira (1999), a partir daquele período começou a ocorrer um intenso processo de migração rural-urbana para São José, com o objetivo de suprir, em parte, a demanda por mão de obra na indústria da construção civil e/ou outros serviços urbanos que ainda não exigiam muita qualificação.

Em virtude do surgimento de novas rodovias e, conseqüentemente, com o melhoramento do sistema viário, do transporte coletivo e de outras obras de infraestrutura, as localidades do Estreito, São José, Palhoça e Biguaçu vão, aos poucos, transformando-se em eixos de expansão urbana. Como resultado, aumentaram as possibilidades de se residir nos lugares mais distantes do centro da cidade, onde, por exemplo, os preços da terra eram mais acessíveis a grande maioria do contingente populacional que buscava a capital e suas ofertas de bens e serviços.

Essa conjuntura, associada a outras variáveis, indica que, aos poucos, rompiam-se as descontinuidades entre Florianópolis e São José. Não apenas a malha viária de grandes conexões, mas, também, a todo um conjunto de relações sócio-espaciais no complexo metropolitano.

2.4.1 Transformações no Espaço Josefense

Nas últimas décadas São José vem se sobressaindo entre os municípios que apresentam o maior crescimento populacional do Estado (3,46% ao ano). A proximidade com a capital catarinense foi, e continua sendo, *lócus* atrativo para migrantes, aonde, a partir da década de 1960, o município passou a receber elevado contingente populacional, oriundo de pequenas cidades, do campo, do interior do estado, além de outras regiões do país. De acordo com Müller (1997:5),

Em Santa Catarina, o êxodo rural foi semelhante ao que ocorreu no Brasil, levando muitas pessoas do meio rural para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, o que se subentende por mais oportunidades de empregos e uma maior quantidade de prestações de serviços,

acreditando ser o caminho ideal para o crescimento sócio-econômico, ou seja, uma condição financeira estável.

No entanto, a consolidação da área urbanizada de São José ocorreu com maior expressão na década de 70, período em que foi concluída a construção da BR-101 (iniciada em 1940, retomada em 1960). Esta ocupação se deu de forma intensa, uma vez que a rodovia possibilitou a ligação da capital à rede urbana nacional, impulsionando, principalmente o desenvolvimento do turismo regional.

Com as obras da BR-101 finalizadas ocorreu aumento do fluxo viário. Além disso, com a solidificação das atividades turísticas em Florianópolis e com o desenvolvimento de diversas atividades e serviços, principalmente na ilha (mas atingindo também, os municípios mais próximos) indicavam que, aos poucos, estava se formando um aglomerado urbano em volta da capital.

A partir daquela década no Brasil, e em Santa Catarina, houve o que Santos (1988) chamou de “aceleração do processo de urbanização”, onde uma crise financeira atingiu o campo⁴⁶, “(...) reflexo de uma ampla modernização do setor agrícola e falta de uma política pública que propiciasse ao pequeno agricultor a sua permanência no campo” (MÜLLER, 1997:26).

Estes fatores, juntamente com inúmeras propagandas de possibilidades de emprego e das belezas da região (principalmente de Florianópolis), trouxe para São José (onde o preço da terra era mais baixo em relação à Florianópolis) os “serranos”, tanto da região de Lages quanto do Oeste e Meio-Oeste catarinense (FARIAS, 2004).

Também vieram gaúchos, paranaenses, paulistas e nordestinos. Esta segunda leva, de acordo com Farias (2004), se localizou principalmente nos bairros Forquilha, Kobrasol, Bela Vista e outros loteamentos em localidades de origem recente no próprio Município de São José. Neste contexto, verificou-se considerável aumento da população, a partir da década de 1960, conforme mostra a Tabela 05.

⁴⁶ Estudiosos afirmam que esta crise no campo foi provocada por uma “crise financeira” que atingiu o Estado Brasileiro, e que se refletiu negativamente no campo. Soma-se a isso, os resultados da modernização tecnológica da agricultura, que provocou acentuado êxodo rural em certas regiões do país.

TABELA 05 – Evolução da Urbanização da População
Josefense: Período de 1960 a 2000

DÉCADA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	TAXA DE URBANIZAÇÃO
1960	31.192	3.230	10,35
1970	42.235	28.916	67,98
1980	87.817	79.200	90,19
1990	139.493	128.375	92,02
2000	173.239	170.958	98,68

Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 1960 a 2000

Os dados acima demonstram que entre as décadas de 70 e 80, ou seja, em dez anos, a população duplicou, passando de 42.235 habitantes (1970) para 87.817 habitantes (1980). O grau de urbanização passa de 10,35% em 1960, para 90,19% em 1980⁴⁷.

Em face deste aumento demográfico, surgem, também, necessidades de ampliação da rede de distribuição de produtos e serviços. Como consequência gerou o desenvolvimento do comércio de gêneros alimentícios e, principalmente, o comércio de material de construção⁴⁸ que, segundo Farias (2004), fez a riqueza de muitos madeireiros que transformavam a matéria prima na serra para depois beneficiá-la e comercializá-la em São José.

Além do desenvolvimento econômico, este acentuado crescimento demográfico trouxe consigo problemas de desorganização espacial e moradia, gerando ocupações irregulares, invasão de áreas que tradicionalmente eram rurais, para extensão da cidade por intermédio dos loteamentos, favelizações, entre inúmeras outras dificuldades que surgem em São José e outros municípios da área continental, como consequência do crescimento urbano de Florianópolis.

⁴⁷ Tal população fixou residência na sede ou nos bairros do município buscando melhores perspectivas de vida e de emprego para a família. Outros também vieram em busca de complementação de estudos para os filhos.

⁴⁸ Vale destacar que, o crescimento josefense tem possibilitado ao município se destacar entre os 10 maiores em termos de contribuição para o PIB estadual. Em 2002, o município contribuiu com cerca de 2,5 % ao PIB de Santa Catarina (que foi de 51,8 bilhões), estando na 8ª posição, atrás apenas de Joinville, Florianópolis, Blumenau, Jaraguá do Sul, Chapecó, Itajaí e Criciúma.

2.4.1.1 Conjuntos Habitacionais e Loteamentos no Município de São José

A intensa procura por moradia e por trabalho na região da Grande Florianópolis criou condições para o aparecimento de um imenso e irreversível problema: a questão social refletida no grande déficit da moradia. Em São José isso teve início com a acentuada migração que ocorreu já na década de 60, provocando crescimento da área urbanizada e começando a refletir práticas de especulação imobiliária na região.

Desta forma, assim como na maioria das cidades brasileiras, em São José o crescimento espontâneo, orientado por fatores econômicos e físicos, e a falta de um planejamento territorial, influenciaram na consolidação de problemas de desorganização espacial e inadequação de infra-estrutura. Surgiram assim loteamentos desconexos entre si, ligados, prioritariamente, aos principais eixos viários (que seguem em direção à ilha de Santa Catarina: BR-101 e BR-282), polarizando uma densa “mancha urbana” que, gradualmente, se expandiu para o interior.

No âmbito nacional este período é caracterizado nas estratégias de políticas públicas pela criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Administrado pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), o SFH foi idealizado para auxiliar na aquisição da casa própria, principalmente por famílias de baixa renda. Este sistema colocava a disposição da população recursos como da caderneta de poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)⁴⁹.

De acordo com o *site* do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br), o BNH era um banco de segunda linha, ou seja, não operava diretamente com o público. Sua função era realizar operações de crédito e gerir o FGTS, por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto. Com a criação desta política habitacional as chamadas vilas habitacionais do BNH

⁴⁹ Segundo as regras deste sistema, a casa a ser comprada deveria ser usada por quem a adquirisse, não podendo ser revendida, alugada ou ainda, utilizada para fins comerciais. Os interessados deveriam firmar contrato de financiamento no qual se comprometiam a pagar o imóvel. Em caso de não pagamento das prestações, o contrato era suspenso.

espalharam-se por todo o país, transformando-se, mais tarde, em bairros consolidados.

Semelhante ao que ocorreu no resto do país, em São José os Conjuntos Habitacionais foram implantados no final da década de 60 pela Companhia de Habitação de Santa Catarina (COHAB/SC), também através do financiamento do BNH⁵⁰. Dentre eles destacam-se os Conjuntos Habitacionais Bela Vista, Jardim Pinheiros e Forquilha.

A implantação destes, e também de outros, conjuntos habitacionais pela COHAB, impulsionou a ocupação das áreas adjacentes, consideradas rurais, onde loteamentos também foram implantados próximos a BR-101 (principalmente para a classe média), algo que continua a proliferar-se pela região até os dias de hoje.

Assim foi realizada a implantação da política habitacional, para atender o déficit de moradia existente em São José, onde diversos loteamentos foram aprovados, juntamente com a construção de novos conjuntos habitacionais. No entanto é preciso lembrar que a desarticulação das práticas oficiais levaram a promover um planejamento deficitário pelos órgãos públicos, que provocou

(...) a ocupação desordenada do espaço, permitindo o aparecimento de muitos loteamentos clandestinos sem infra-estrutura adequada, e por isso, tornam-se mais baratos e atrativos para as pessoas de menor poder aquisitivo (MÜLLER, 1997:27).

Reafirma-se, mais uma vez, que a construção da BR-101 também foi particularmente importante para o desenvolvimento do Município de São José, pois uniu algumas artérias de origem rural ao núcleo urbano, havendo a incorporação dessas áreas aos novos contextos da vida na cidade. Por outro lado, ao mesmo tempo em que ocorreu o crescimento urbano, com a expansão da cidade sobre a zona agrícola, provocando a supervalorização de “espaços vazios”, também houve a descaracterização desses espaços, que foram invadidos sem nenhum controle e

⁵⁰ Com a extinção do BNH em 1988, a Caixa Econômica Federal (CEF) assumiu e também aumentou as opções de financiamento.

planejamento, o que inviabiliza as atividades anteriormente praticadas como, por exemplo, agricultura, pecuária, entre outras.

Muitos desses loteamentos, que foram iniciados sem qualquer infra-estrutura, e em área rural, hoje formam verdadeiros bairros, com características de centralidades, serviços adequados e diversas possibilidades de usos e consumos, exercendo influência sobre as comunidades vizinhas.

No contexto então, de que várias áreas adquirem valor de uso, “(...) bairros inteiros surgem em áreas onde antes sem nenhuma ou pouca ocupação ‘aguardavam’ por destinações em fins urbanos (...)” (CAMPOS ET AL., 2003:22). Foi o que aconteceu em diversos conjuntos habitacionais e loteamentos, construídos em São José.

Exemplo disso é o Kobrasol, loteamento construído na década de 70, em área do antigo aeroclube da cidade (Aeródromo Nereu Ramos). Este loteamento, que anos depois seria elevado a bairro, apresentava ruas largas e pavimentadas, além da completa infra-estrutura urbana de comércio e serviços. Foi um dos primeiros bairros formados pela iniciativa privada.

Assim, em função da expansão urbana de Florianópolis, a lógica da ação sócio-econômica conjunta de capitais regionais (Koerich S/A Ind. e Com., Madeireira Brasilpinho e Cassol S/A Ind. e Com.), fez surgir o Parque Residencial Kobrasol, implantado em 1975 (PEREIRA, 1999). Essas três empresas,

(...) que fundaram a Kobrasol se uniram para viabilizar vários interesses: aumentar a área do loteamento, fortalecer o capital privado através da criação e valorização do solo urbano; ampliar a representatividade política; fortalecer a teia de relações comerciais entre si e com a Grande Florianópolis para manter as regras do loteamento (PEREIRA, 1999:95).

Pereira (*op. cit.*, p.63) ainda lembra que “(...) o Estado e a Kobrasol Empreendimentos Imobiliários Ltda. foram os principais agentes que contribuíram para a formação do loteamento Kobrasol (...)”, e diz que coube ao Estado investir principalmente no desenvolvimento da infra-estrutura urbana, intervir no

estabelecimento de leis para reger a estruturação deste espaço, e na captação tributária, além de aumentar a rentabilidade do investimento das terras urbanas. Restou então a Kobrasol Empreendimentos Imobiliários a regulamentação do uso do solo, o controle e a limitação dos preços de terras, e a estruturação do espaço através de inúmeras obras, que passaram a orientar a nova dinâmica daquele local.

Após serem concluídas as primeiras etapas daquele grandioso empreendimento, comercializado primeiramente para uso residencial e depois para fins comerciais, novas mudanças alteraram substancialmente a conformação urbana de São José, dando início ao processo de verticalização no município. Em poucos anos o Kobrasol se transformou em uma “verdadeira cidade”, muito mais movimentada e dinâmica, inclusive, que o antigo centro histórico, na sede municipal.

Ainda na década de 70 ocorre o crescimento da malha viária em torno do Centro Histórico, contribuindo para o surgimento de novos loteamentos periféricos, como Flor de Nápolis, Forquilha e Areias, o que refletindo as conseqüências dos incrementos populacionais intensos ocorridos neste período.

Desta forma, seja em decorrência da migração, pelo êxodo rural, ou ainda pelo elevado custo de moradia em Florianópolis, São José, a partir da década de 70, retoma o seu crescimento econômico. O município passa por diversos processos e marcantes transformações, que modificaram, de fato, a configuração daquele espaço urbano.

2.4.2 Atividade Industrial em São José

A conclusão da BR-101, na década de 70, assinala a retomada do crescimento do Município de São José e adjacências. O eixo formado pela passagem de cargas e passageiros criou um fluxo dinâmico e resultou, hoje, na inter-relação entre São José e os municípios vizinhos (Florianópolis, Palhoça e Biguaçu).

Esta conformação, que se estruturou através de espaços formados principalmente a partir de eixos rodoviários, representou o início do desenvolvimento em escala extra-regional que, juntamente com reflexos dos tentáculos de urbanização de Florianópolis, deu lugar ao crescimento urbano de São José.

Decorrente desses processos, o espaço josefense foi se estruturando de modo que na década de 70 as primeiras atividades de diversos tipos de indústrias começaram a aparecer. Consideradas de pequeno e médio porte, aquelas tinham como origem à base familiar, e surgiram “aleatoriamente” pelo município. No entanto, logo se expandiram por todo o território.

Contudo, ressalta-se que outras indústrias de grande expressão, inclusive atuando no mercado internacional, também escolheram o Município de São José para sediar suas instalações, como é o caso da fábrica de rendas e bordados Hoepcke (ainda na década de 70). Mais tarde, outras como Macedo, Koerich e Intelbrás se tornaram os maiores grupos de indústrias josefenses (FARIAS, 2004).

A industrialização em São José foi, aos poucos, alterando a estrutura de produção e, com isso, transformando as paisagens locais. Percebe-se assim que com o crescimento e desenvolvimento do setor, houve a necessidade de acompanhamento, também, da infra-estrutura na cidade.

Por conseguinte, como suporte e complementação ao desenvolvimento econômico, se estruturou uma reorganização na distribuição industrial por meio de um parque industrial. Dessa forma, contemplando uma política de Centros Empresariais, o Distrito Industrial de São José teve sua concessão dada pela lei nº 836, de 11 de julho de 1972. No entanto, sua implantação ocorreu somente em 1975 (OSTROSKI, 1988).

Localizado às margens da BR-101, no quilômetro 212, ao longo do Rio Imaruí, na divisa do Município com Palhoça, e a 12 km de Florianópolis, o Distrito Industrial de São José compreende terrenos que, originalmente, pertenciam ao BESCTUR (Banco do Estado de Santa Catarina – Empreendimentos e Turismo S/A). Em 1978, aqueles passaram a ser administrados pela CODISC (Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina).

Contando com uma área de aproximadamente 113 ha, quando recém criado, o Distrito Industrial passou a atrair diversas empresas, que receberam uma série de incentivos (concedidos pela prefeitura municipal) para que se instalassem naquele local. De acordo com Lago *apud* Pereira (1999), destaca-se: a isenção de impostos (de cinco a dez anos, dependendo do capital investido), o fornecimento de água, energia, terraplenagem, telecomunicações, pouco ou nenhum controle rígido de poluição, saneamento, arruamento, concentração de mão-de-obra operária, uma área somente industrial (longe de moradias), proximidade com a capital do estado e, por fim, facilidade de acesso a BR-101 (principal rodovia de escoamento de materiais de Santa Catarina).

Nota-se assim que a preferência de localização das indústrias é decorrente das facilidades de acessos e interações com o escoamento regional. E este, é um dos pontos fortes do Município de São José, pois, assim como Palhoça e Biguaçu, têm localização privilegiada, e está na malha viária de grandes conexões, nas margens da BR-101 e próxima a Florianópolis. Portanto, foi dessa forma que a atividade industrial passou a introduzir transformações na base econômica do Município de São José, dando início à consolidação de grandes mudanças no espaço josefense.

2.4.4 Urbanização e Impactos Sócio-Ambientais

Nas últimas três décadas o processo de urbanização acelerado na região da Grande Florianópolis resultou na consolidação de uma ampla área conurbada, envolvendo a parte continental da capital catarinense e de municípios vizinhos. Neste processo, a valorização de áreas próximas à BR-101 levou tanto o poder público quanto o privado a engendrar novos e imensos loteamentos, fortalecendo ainda mais os tentáculos da urbanização desses lugares.

Assim, em São José, a expansão urbana, que ocorreu de forma desordenada em todo território, desencadeou no processo de verticalização em quase todo o

município, principalmente nos bairros de Campinas e Kobrasol. Hoje, prédios de até vinte andares caracterizam o cenário urbano⁵¹, que culminou em um considerável aumento na densidade urbana do município, se comparado às décadas passadas.

As transformações que ocorreram, principalmente nos últimos dez anos, fizeram com que São José deixasse de ser apenas uma “cidade dormitório”, passando a se enquadrar entre os maiores centros urbanos do estado. O antigo núcleo central foi, aos poucos, traçando vetores em direção a bairros como Campinas, Kobrasol e Barreiros. Estes últimos passaram a “dominar” praticamente todas as atividades de comércio e serviços, resultando na descentralização da maior parte dos órgãos administrativos do centro histórico, para as proximidades do Shopping Itaguaçu⁵² (nas imediações dos cruzamentos das BR's 282 e 101).

Com os deslocamentos o centro histórico perdeu a função de centro administrativo, provocando queda considerável nos serviços e no comércio local. Grosso modo, pode-se dizer que, o centro histórico ficou quase que abandonado, sendo hoje “mantido” basicamente pela população local.

Percebe-se neste contexto, algo que foi dito por Carlos (1999:179), ao afirmar que

(...) o espaço dominado, controlado, impõe não apenas modos de apropriação, mas comportamentos, gestos, modelos de construção que excluem/incluem. Produz a especialização dos lugares, determina e direcional fluxos, originando centralidades novas.

Para esses novos processos sociais, Corrêa (1990) lembra que as centralizações e as descentralizações ocorrem em razão de vários fatores. Percebemos, então, que São José não fugiu a regra, tornando seu espaço urbano

⁵¹ A área que compreende estes dois bairros é constituída por uma planície quaternária, formada por sedimentos recentes de solos brejosos. O substrato rochoso da planície é desconhecido, e muitos prédios já apresentam sinais de comprometimento em suas estruturas. Muitos edifícios foram construídos com base em estruturas de madeiras. Em virtude do abaixamento do nível do lençol freático, as madeiras ficam expostas e apodrecem, comprometendo assim a estrutura dos prédios.

⁵² No Centro Histórico restou apenas no antigo prédio da prefeitura, onde hoje é a Câmara de Vereadores do município.

mais complexo, com novas áreas centrais, com grandes amplitudes de possibilidades para consumidores, comércios, indústrias e promotores imobiliários.

Portanto, o que vem se verificando nas últimas décadas é que, São José passou a assimilar estratégias de renovações urbanas, sendo alvo de diversos investimentos em infra-estrutura, pavimentação, paisagismo, saneamento, eletrificação, iluminação pública, sinalização, áreas de entretenimento e lazer⁵³.

Muitas destas obras foram iniciadas na gestão do então prefeito do município, Sr. Dário Berger (atual prefeito de Florianópolis), e outras tiveram continuidade no mandato de seu sucessor, Fernando Elias (atual prefeito de São José). Nessas administrações, diversos projetos foram concretizados e outros ainda estão em andamento. Entre os principais, destaca-se o Calçadão da Avenida Central, a Operação Tapete Preto, a Beira Mar Continental, Escola do Mar, Avenida das Torres (conectando os bairros situados na porção norte à oeste da BR-101 e os municípios limítrofes – Florianópolis e Biguaçu)⁵⁴, Centro Multiuso, Centros Empresariais, Universidades, Colégio de Aplicação, Centro de Atenção à Terceira Idade, entre outros.

Notadamente esses investimentos permitem enxergar, sob diferentes escalas, que o Município de São José está vislumbrando, a partir de ações conjuntas entre o setor público e/ou privado, ganhar identidade própria, com características complementares àquelas encontradas na capital catarinense. Tal perspectiva vem se manifestando a partir de possibilidades locais, que têm se revelado como fontes inspiradoras de crescimento econômico e (re)valorização sócio-cultural para o lugar.

No entanto, antes de adentrar em questões relativas as possibilidades e perspectivas para o lugar, é preciso (re)lembrar que o acelerado processo de urbanização de São José ocorreu, proporcionalmente, como em outros centros

⁵³ Somente em determinados locais, pois, a grande maioria dos bairros não dispõe de infra-estrutura nem locais destinados a atividades de lazer.

⁵⁴ A Avenida das Torres, no Distrito de Barreiros, que segue a rede de transmissão de energia elétrica, possui, no projeto original, seis quilômetros de extensão, ligando o bairro Biguaçu à BR-282 (Via Expressa). Foi executado um trecho de três quilômetros, que inicia no bairro Bela Vista e é interrompido no bairro Ipiranga. Com boa parte da obra sem calçamento, calçadas para pedestre, sinalização, meio fio e equipamentos de redução de velocidade, transformou-se em um local perigoso para a comunidade, principalmente os moradores do conjunto habitacional Bela Vista. Infelizmente, o que poderia tornar-se um eixo de geração de renda para o município, pois dificilmente será um espaço de convivência (por estar situada na faixa da rede de transmissão de energia, as áreas dos canteiros centrais não são indicadas para uso de atividades de lazer), pode vir a ser somente mais um espaço de especulação imobiliária, consequência direta das melhorias urbanas de grande porte.

urbanos no país, acompanhado de uma série de problemas, dificuldades e conflitos, e apresentando graves distorções no que diz respeito ao uso de seus recursos naturais e paisagísticos.

Em decorrência dos tipos de crescimento urbano, principalmente na década de 70, São José se consolidou em um adensamento populacional sem qualquer critério de orientação, sem seguir um modelo de zoneamento ou instrumentação legal para controle do uso do solo. É possível notar, nos dias de hoje, que o município possui muitas ocupações irregulares, loteamentos clandestinos, entre vários problemas de ordem social.

Neste aspecto conflituoso a segregação espacial é uma realidade presente no cotidiano de São José. A ocupação do território josefense por diferentes classes sociais, e em porções bastante distintas, surge a partir das relações sócio-espaciais existentes entre as diferentes partes que garantem a articulação deste espaço. Conforme destaca Corrêa (2003), o processo de segregação residencial representa uma divisão social do espaço – essencialmente, uma segregação social –, uma vez que as residências constituem formas espaciais ligadas “sobretudo à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais”.⁵⁵ Dias acrescenta que,

(...) a diferenciação da paisagem urbana capitalista é fortemente marcada pela distribuição das residências no espaço, uma vez que estas traduzem, através de suas formas, o conteúdo social das populações que ocupam cada porção da malha urbana na organização da cidade (DIAS, 2005:104).

Por sua vez a segregação espacial, notadamente residencial, desencadeia outros problemas de ordem social, como por exemplo, ocupação desordenada e necessidade de ocupação de encostas. Desta forma, dirigindo o foco do processo migratório da pobreza para as periferias, notamos cada vez mais evidências que o resultado deste processo encontra-se estampado nas ocupações de encostas de morros e baixadas, ocasionado pelo surgimento de loteamentos clandestinos e irregulares, além das áreas em favelização.

⁵⁵ Corrêa, op. cit. p.59.

As populações residentes dessas áreas de encostas são, em sua maioria, procedentes de municípios do interior do Estado de Santa Catarina e de outros estados da federação. Isso contribui para o aumento dos contrastes na urbanização local, tornando a situação cada vez mais problemática para as autoridades locais nas tentativas de redução dos problemas que as situações exigem.

É evidente que um problema desencadeia outro, e assim sucessivamente. São José, como não poderia deixar de ser, acumula problemas na maioria dos seus bairros, uma realidade onde há especulação imobiliária, exclusão social, áreas de risco de inundação, acúmulo de lixo nos canais, falta de saneamento, poluição sonora e, principalmente, violência.

No que diz respeito à exploração dos recursos naturais, se percebe que a “necessidade” de crescimento da área urbana vem acarretando em desequilíbrio ambiental, e provocando a degradação daquelas áreas. Esses processos se tornam evidentes logo que se percorre o Município de São José.

As praias⁵⁶ do lugar, por exemplo, Ponta de Baixo e Beira Mar, estão poluídas (Vide Figura 14), e de acordo com relatórios de balneabilidade da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), são impróprias para banho. As areias desses locais também são focos de contaminação. Os rios e córregos existentes naquele município também se encontram na mesma situação (Vide Figura 15).

Quanto às encostas dos morros, se constituem em problemas para o município, pois, além de serem ocupadas de forma irregular (a maior parte por favelas), também são, na sua maioria, áreas de inundação. Assim, todo o lixo que comumente é lançado, e se acumula nesses locais, é levado para os canais, criando problemas para a drenagem das águas de chuva.

⁵⁶ Praias como Ponta de Baixo se transformaram em depósitos de lixo. Além disso, os esgotos feitos com ligações clandestinas são despejados no mar e na areia da praia.



FIGURA 14 – Esgoto Lançado Direto na Praia (Ponta de Baixo)
Fonte: arquivo da autora (Agosto 2006)



FIGURA 15 – Assoreamento e Poluição de Rios e Córregos na Sede do Município
Fonte: arquivo da autora (Agosto 2006)

Outros problemas referentes a aterro em áreas de mangues, crescimento urbano desordenado, ocupação indevida do solo, poluição do ar e sonora, presença já confirmada (por Herrmann, Mendonça & Campos, 1993) de “ilhas de calor”, nos bairros Kobrasol, Fazenda Santo Antônio e Picadas do Sul, além áreas de risco de enchentes e deslizamentos, também estão presentes no município.

Sob esses contextos, outra questão que chama atenção refere-se ao sistema de esgoto sanitário de São José. De acordo com reportagens publicadas em jornais locais, a Lagoa de Anaeróbica da Estação de Tratamento de Esgoto, localizada no bairro Potecas, que está integrada ao da área continental de Florianópolis, encontra-se comprometida. A Lagoa vem (há bastante tempo) sendo alvo de diversas reivindicações por parte comunidade local, que reclamam do mau cheiro.

De acordo com o jornal Oi São José⁵⁷, a Lagoa recebe todo o esgoto da região continental de Florianópolis e parte de São José, o que resulta numa série de conseqüências. Entre elas, a principal é o mau cheiro insuportável no entorno da lagoa, que atinge outros bairros, como Potecas e Jardim Ipiranga; além disso, nos períodos de fortes enxurradas pode ocorrer transbordamento da lagoa e, conseqüentemente, maior poluição dos rios, que vão desembocar na Baía Sul.

A comunidade local, revoltada, está exigindo providências imediatas de caráter definitivo. Já fizeram diversos protestos⁵⁸ o que até então, pareceu não resultar em soluções definitivas. Notas divulgadas pela CASAN⁵⁹ (Companhia Catarinense de Água e Saneamento) afirmavam que até o início de 2007 deveria ser concluído o projeto que prevê a construção de dois reatores anaeróbicos e uma lona de PVC, que será instalada sobre eles. De acordo com o Diretor de operações da CASAN, isso aumentará a eficiência da estação e também sua capacidade.

Em meio a tantos fatores negativos, que provocam a degradação ambiental no Município de São José, não se pode deixar de mencionar a existência de locais como o Parque Ambiental dos Sabiás, localizado no bairro Forquilhas. O parque tem como objetivo principal fomentar a possibilidade de uma nova consciência para que a sociedade privilegie a sustentabilidade ambiental. O local possui açude, trilha

⁵⁷ Oi São José. Maio/2006. p. 5.

⁵⁸ Através de abaixo-assinados, passeatas, etc.

⁵⁹ Publicada no Diário Catarinense de 17/06/2006.

ecológica, playground, minhocário, horta, pomar e viveiro de plantas da Mata Atlântica, auditório, biblioteca, dois aquários, e mini museu ecológico, entre outros atrativos que proporcionam a população uma opção de lazer, aliada a educação ambiental.

O Município de São José também possui outras alternativas de locais voltados ao lazer da população, embora as opções existentes não sejam muito expressivas, conforme veremos a seguir no Capítulo 3. Contudo, o que se percebe no município, é uma carência no que diz respeito a áreas verdes, praças públicas, entre outros locais destinados ao encontro, ao lazer e a prática de atividades físicas para a população local. Notadamente isso ocorre pelo fato da cidade estar crescendo de forma desordenada, sem planejamento adequado, e praticamente sem controle oficial.

Percebe-se assim que são relativamente poucas as áreas públicas destinadas ao convívio social no município de São José e, estas, concentram-se nos bairros de maior, e/ou melhor, poder aquisitivo. Além disso, nota-se que estas áreas públicas estão onde já existem as maiores possibilidades de atividades de comércio, serviços e infra-estruturas, como é o caso dos bairros de Campinas, Kobrasol e proximidades.

CAPÍTULO III – (RE)CONHECIMENTO DOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE LAZER E TURISMO: AS POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC

3.1 ESTRUTURA ATUAL: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS

Diversos condicionantes em conjunto vêm transformando São José em um município industrial, comercial e de serviços, diversificando, significativamente, o cenário sócio-econômico do seu território. As inúmeras transformações que o lugar vem sofrendo ao longo de sua história alteraram a sua dinâmica espacial, e hoje, apresentam-se articuladas e manifestadas de formas distintas.

Assim a estrutura urbana foi rapidamente se modificando, buscando se adaptar às novas funções que se estabeleceram a partir da cidade. Neste processo nota-se a pouca preocupação do Estado com a ordenação daquele espaço urbano, onde a organização interna da cidade tem se estruturado com ausência de planejamento e/ou não cumprimento do Plano Diretor, ora vigente. Percebe-se que isso ocorre tanto por parte do poder público, como de setores privados, que vêm provocando radicais mudanças na região de Campinas e Kobrasol, gerando como conseqüências diversos congestionamentos, tanto em termos de concentração de edifícios, como em artérias de circulação por aqueles locais.

Os adensamentos têm ocorrido sem qualquer tipo de controle e/ou restrições e são também, de fato, resultantes das influências exercidas por Florianópolis. Verifica-se, portanto, naquele município, que o aglomerado urbano, com prédios comerciais e residenciais, principalmente, vem reduzindo acentuadamente os espaços livres, restando, hoje, poucos locais destinados às práticas de atividades realizadas ao ar-livre. Sob essas condições o espaço físico fica limitado, tornando-se “(...) reflexo tanto de ações que se realizaram no presente como também daquelas

que se realizaram no passado (...)” (CORRÊA, 2003:8), expressando dinâmicas territoriais dos diversos segmentos de agentes sociais.

Quanto ao processo de verticalização, que já algum tempo “tomou conta” da cidade, hoje reflete as diversas necessidades que, naquele contexto, foram deixadas de lado. Entre as quais, os espaços e os equipamentos destinados ao lazer⁶⁰, entretenimento, prática de exercícios físicos e ao convívio da população local, como: praças, áreas verdes, jardins, teatros, museus, entre outros⁶¹.

No entanto nota-se que a partir de processos de renovações urbanas, e dos “diferentes” usos que são dados à “antigos” espaços, diversas possibilidades acabam surgindo e passam a ser exploradas na construção de novos espaços, como é o caso de uma obra específica, que é a Avenida Beira Mar. O local, que antes era ignorado e utilizado inclusive como depósito de lixo, ganhou novas formas, não apenas com o aterro mas, sobretudo, pela implantação de infra-estruturas. Conseqüentemente novos usos surgiram e, a partir das funções diferenciadas, naquele local e adjacências, os objetos lá implantados criaram novas dinâmicas paisagísticas.

Sob este aspecto é possível perceber que, nos últimos anos, o município tem manifestado interesse pelo incremento das receitas geradas pela atividade turística na economia municipal. Isso vem despertando uma inovadora mentalidade, advinda tanto do setor público quanto do privado, que, cada vez mais, está mostrando-se capaz de direcionar São José para novas “trilhas” da atividade turística na região da Grande Florianópolis.

Finalmente, ao perceber no turismo uma “saída estratégica” para o desenvolvimento local, a gestão municipal passou a idealizar a atividade como possibilidade significativa em termos sócio-econômicos, capaz de proporcionar benefícios para São José, e acarretar na geração de emprego, renda e aumento na arrecadação de impostos.

⁶⁰ Vale lembrar, que o lazer é visto na sociedade contemporânea como uma “necessidade” humana, onde a reconstituição física e mental se torna necessária e indispensável ao desenvolvimento do Homem.

⁶¹ Notadamente, estas estão entre as conseqüências de agressivas intervenções na paisagem local que, grosso modo, decorrem da falta de planejamento urbano e/ou da omissão do poder público, o qual, muitas vezes, não cumpre com seu dever em conter o crescimento desordenado e assegurar proteção ao meio ambiente, entre outras questões de interesse social.

Entretanto não se pode esquecer que, ao ocorrer em determinado território, o turismo tende a provocar impactos (positivos e/ou negativos) em todos os níveis, passando a atuar na economia, no meio ambiente, cultura, etc., produzindo mudanças sócio-espaciais. Daí a importância de compreender claramente a natureza desses impactos, especialmente no que se refere a sustentabilidade dos locais onde é implementado, a fim de tentar evitar divergências e descontentamentos entre os diferentes agentes que participam do processo de produção e reprodução daquela atividade.

Assim, se a opção do município de São José for pelo desenvolvimento do turismo, deve conciliar-se aos objetivos de manutenção do patrimônio, da cultura e da identidade local, pois estes são essenciais para sua consolidação. Além disso, é de fundamental importância a atuação do poder público como coordenador do espaço turístico, cabendo a ele apoiar, orientar, fiscalizar e fomentar o desenvolvimento da atividade, bem como, muitas vezes, desenvolver infra-estrutura e condições para tal. Quanto ao setor privado, este deve atuar como agente de transformação daquele espaço, assumindo funções de planejar e investir em empreendimentos que garantam a sustentabilidade econômica da atividade turística.

Tanto o setor público como o privado, juntamente com outros agentes sociais e políticos, e a comunidade local, devem agir de forma integrada, discutindo e buscando alternativas próprias para o desenvolvimento da atividade turística, dentro da realidade em que o município está inserido.

Vale (re)lembrar que antes de uma cidade/localidade ser turística ela deve, em primeiro lugar, ser considerada “boa” para seus moradores. Só assim, e a partir de um desenvolvimento turístico planejado⁶², integrando a comunidade local e buscando rentabilidade por meio da gestão e otimização dos recursos, bem como não deixando de lado peculiaridades locais, é possível que a atividade turística se torne viável em qualquer localidade, trazendo benefícios para a população local e para os visitantes, evitando que ocorram impactos territoriais irreversíveis.

⁶² Tendo o cuidado de preservar as características locais (tanto culturais como ecológicas), a fim de evitar efeitos negativos dos recursos que possam destruir ou esgotar as possibilidades de uso e conservação desses patrimônios.

3.1.1 Antecedentes das Atividades de Turismo em São José

Embora São José ainda não apresente dados oficiais relativos a atividade turística, registros históricos apontam que, a partir do final da década de 1920, aquele município já contava com a presença de visitantes. Assim, Ferreira (1998) comenta como e por que São José passou a ser um lugar procurado, principalmente por moradores de Florianópolis.

Conforme aquele autor, até 1926 a ligação entre a Ilha de Santa Catarina com o continente, bem como com o resto do país, se dava apenas por via marítima. Na época as estradas existentes eram “(...) apenas meras picadas a ligar as freguesias” (FERREIRA, 1998:25). Contudo, a partir daquele ano, com a inauguração da Ponte Hercílio Luz (13 de maio de 1926), Florianópolis pode contar com travessias mais rápidas e seguras, além destas também se tornarem mais constantes.

A “facilidade” que se estabeleceu para chegar a porção continental contribuiu para que as praias daquele continente, como por exemplo, Coqueiros e Ponta do Leal, passassem a ser percebidas pelas elites florianopolitanas, como locais favoráveis a práticas do lazer, notadamente para banhos de mar e piqueniques⁶³.

A partir então da década de 1930, quando o florianopolitano passou a descobrir outras praias, que se encontravam além dos limites da Ilha, São José passou a ser conhecido por suas “belezas naturais”. Coqueiros e Ponta do Leal (que até o momento pertenciam aquele município) se tornaram os focos principais desta “descoberta”. As duas localidades passaram a ser muito procuradas para veraneio,

⁶³ Vale lembrar, que em Florianópolis (antiga Desterro), até o fim do século XIX, o mar e as praias não eram locais de lazer, mas sim de trabalho (para muitos ainda é até hoje). A relação dos homens com o mar, era de dependência, onde buscavam sobrevivência através da pesca. Ainda nesta época, de acordo com Cabral (1979), em que existiam mínimas condições de higiene (não só em Desterro, mas também do Brasil e da Europa), a praia era lugar de despejo de lixo e dos dejetos da população (conforme determinava o Código de Posturas de 1830), e as construções ficavam com os fundos voltados para a praia. Porém, no fim daquele século, com a preocupação de melhorar as condições sanitárias da cidade, o lançamento de dejetos no mar foi concentrado em pontos mais afastados do centro da cidade. Assim, a orla do centro recebeu melhoramentos para servir de local de passeio para as famílias. Conforme Ferreira (1998), somente anos mais tarde, o mar iria adquirir nova significação, ou seja, as construções passaram a ter suas fachadas voltadas para ele, valorizando a paisagem local, e a praia passou a ser considerada um local de lazer.

o que se deu, basicamente, devido à proximidade com o centro urbano de Florianópolis, diferente do que ocorria com as praias do interior da ilha.

Ferreira também comenta que de colônia de pescadores, estas praias, tornaram-se, gradativamente, balneários da elite da capital, repercutindo na imprensa local. Ainda menciona que os jornais da época começaram a noticiar o fato, permitindo com que se tornassem as praias chiques das décadas seguintes⁶⁴.

Andrade (1981) lembra que as praias de Coqueiros e Itaguaçu surgiram como lugares indicados para o descanso, e diz: “Nos domingos de verão, os auto-ônibus levavam banhistas até aquelas praias. Logo os bairros tornaram-se local de moradia permanente (...)” (ANDRADE, *op. cit.* p.124).

A busca pela praia para fins de lazer passou a ser tão intensa que,

A especulação imobiliária foi aos poucos concentrando suas atenções no continente. Na praia de Coqueiros, a partir da década de 1930, alugavam-se e vendiam-se casas para temporada, bem como eram abertos muitos loteamentos para veraneio (FERREIRA, 1998:84).

Aquele autor, citando trecho do jornal O Estado de 1931, diz que era “(...) grande o número de famílias de nossa capital que ali se achavam usufruindo as delícias destas manhãs praieiras” (FERREIRA, 1998:83), e menciona que a praia do Meio era a mais procurada pelos banhistas. Outra notícia do mesmo jornal se refere às praias “(...) da Saudade, Desportiva (praia do Meio) e Santa Cruz (Itaguaçu) (...)”, como sendo “(...) pontos de reuniões de inúmeros banhistas (...)”.

Como reflexo desta procura alguns moradores das praias mencionadas vislumbravam na referida prática (de ir a praia), a possibilidade de aumentar a renda familiar. Assim, segundo aquele autor, já havia gente preocupada com o “bem estar dos visitantes”. É o caso do “Sr. Cícero Cláudio”, antigo morador da praia do Meio que, conforme um artigo do jornal O Estado, organizou em sua residência um

⁶⁴Até então, segundo Ferreira, (1998), antes da inauguração da ponte Hercílio Luz (1926), a imprensa ainda não havia falado de banhos de mar nas praias de São José.

“Galpão Balneário”, para que fosse desfrutado por “(...) banhistas, principalmente famílias, que estão afluindo àquele pitoresco sítio do lado continente” (Ferreira, 1998:83). O Galpão também fornecia lanches, e possuía chuveiros e quartos, que podiam ser alugados por dia, semana ou mês.

Quanto às praias do Estreito, aquelas já atraíam veranistas desde 1910, principalmente Ponta do Leal, que estava entre as preferidas. Entretanto, foi a partir da década de 30 que o lugar foi loteado e passou a ser maciçamente ocupado, inclusive por famílias importantes da sociedade florianopolitana, que lá fizeram suas casas de veraneio.

Conforme lembra Ferreira, Ponta do Leal juntamente com Coqueiros e Rita Maria, destacavam-se por organizar “famosos” banhos de mar à fantasia, que abriam as festas de carnaval a partir da década de 30. Os eventos resgatavam tradições de antigos carnavais, já então em desuso, como as batalhas de limões-de-cheiro (bolas de cera cheias de líquidos perfumados que explodiam ao atingir as pessoas) e o entrudo, brincadeira em que os foliões jogavam uma mistura de água com farinha uns nos outros.

As praias de Coqueiros (Vide Figuras 16 e 17) e também Ponta do Leal tornaram-se os balneários preferidos da elite florianopolitana até a década de 1960. O crescente e promissor desenvolvimento desses distritos (até então pertencentes ao Município de São José) despertou na capital interesse por aquelas áreas, o que ocasionou, em 1944, a transferência de jurisdição do Distrito de João Pessoa e de Coqueiros para o Município de Florianópolis.

A partir daí, em decorrência do intenso crescimento imobiliário e comercial que se deu naquelas localidades, e também no centro de Florianópolis⁶⁵, uma nova ordem foi se estruturando e influenciando nas dinâmicas urbanas⁶⁶.

⁶⁵ A região central da cidade foi loteada e ocupada, em sua maior parte por edifícios de doze pavimentos. A Praia de Fora (centro da cidade) foi aterrada, dando espaço para a construção da avenida Rubens de Arruda Ramos (hoje Beira Mar Norte).

⁶⁶ Conforme mencionado em passagens anteriores, São José perdeu importantes fontes de renda, que eram os abatedouros de gado e as madeireiras. Este fato, juntamente com outros fatores, contribuiu para que entre as décadas de trinta e cinquenta, do século passado, o território josefense vivenciasse um período de estagnação econômica.



FIGURA 16 – Praia do Bom Abrigo (década de 1950)

Fonte: Arquivo Velho Bruxo da Ilha. Disponível em www.ufsc.br/~esilva/

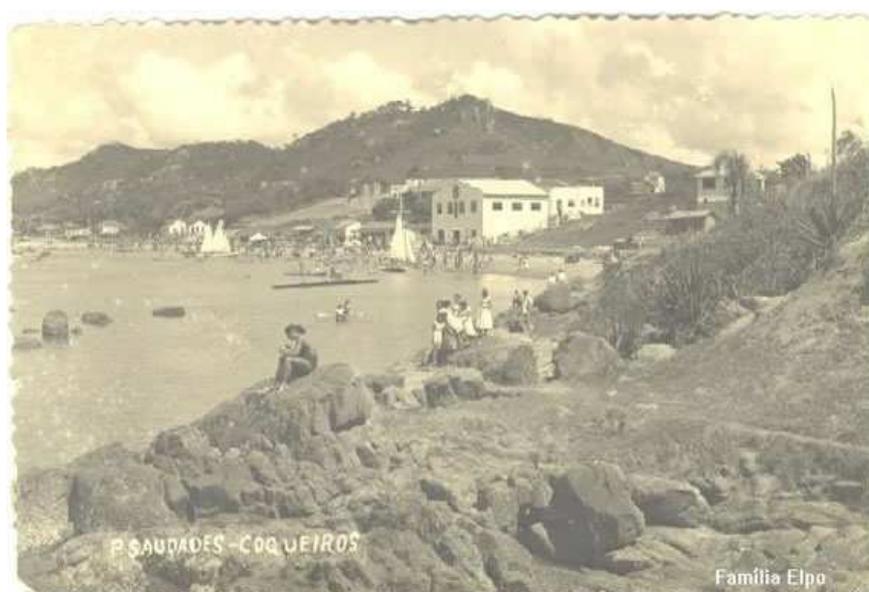


FIGURA 17 – Vista da Praia da Saudade em Coqueiros (década de 60)

Fonte: Arquivo Velho Bruxo da Ilha. Disponível em www.ufsc.br/~esilva/

Essas mudanças refletiram diretamente na paisagem, notadamente nas praias do continente e naquelas localizadas no centro de Florianópolis, onde a poluição das águas das baías norte e sul foram fatores determinantes para que perdessem sua balneabilidade, tornando-se bairros residenciais.

Gradativamente, com a expansão urbana para o interior da Ilha, houve o deslocamento dessas funções de lazer para outras praias da capital catarinense.

Este processo ocorreu primeiramente naquelas que ficam voltadas para as baías (entre o Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa), posteriormente alcançou as praias oceânicas do Leste, Norte e Sul⁶⁷.

Tais deslocamentos se tornaram possíveis à medida que ocorreram melhoramentos e construções de estradas e acessos, que seguiam do centro em direção ao interior da Ilha⁶⁸. A popularização do automóvel também contribuiu, significativamente, para mudança dos eixos de interesse dos veranistas, que conforme lembra Ferreira (1998:103), antes da década de 70, “(...) freqüentavam, no máximo, Cacupé e Sambaqui, ao Norte e Ribeirão da Ilha, ao Sul”.

Aos poucos a cidade foi se expandindo e, com isso, Florianópolis passou a receber intensos processos de investimentos (tanto públicos como privados), refletindo a tendência desenvolvimentista nacional. Assim, ao serem descobertas as “belezas naturais”, juntamente com incentivos e políticas de turismo, inicia-se à exploração turística na Ilha de Santa Catarina.

3.1.2 O Turismo Hoje

A existência de um fluxo turístico no Município de São José é um pressuposto que norteia nossos questionamentos, uma vez que a falta de dados estatísticos consistentes e oficiais, como o número de visitantes, por exemplo, impossibilita a identificação de quantos e quais os tipos de atividades sócio-econômicas a cidade se beneficia atualmente. Apesar disso, já é possível apontar algumas pistas de como o turismo, está cada vez mais, está se estruturando e se tornando uma das

⁶⁷ Até a década de 1970 os veranistas conheciam algumas praias voltadas para as baías. Ao sul até o Ribeirão da Ilha, e ao Norte até Cacupé. Com a abertura de novas estradas (para o Norte, Sul e Leste da Ilha), casas de veraneio (segunda residência) começaram a ser construídas nas praias oceânicas, até então de difícil acesso à maior parte da população, que morava no centro e proximidades.

⁶⁸ O acesso ao norte da ilha foi iniciado em 1961, no governo de Celso Ramos, e seu asfaltamento ocorreu no governo de Colombo Salles (1971- 1975), propiciando mudanças nesses lugares, até então de difícil acesso.

prósperas fontes inspiradoras de crescimento econômico e (re)valorização sócio-cultural para o lugar.

Como reflexo dessa tendência turística, e no que se refere a atividades complementares, como locais de entretenimento e lazer, pode-se dizer que muito embora tenha “estrutura” própria, São José confunde-se com a capital. Isso, pois, muitas pessoas não sabem, bem ao certo, onde termina uma cidade e começa outra. No entanto mesmo não existindo nenhum tipo de registro oficial de fluxo turístico, como se falou anteriormente, acredita-se que entre os inúmeros visitantes que vêm à Florianópolis, muitos deles circulam, passeiam e/ou se hospedam até em São José, deixando também divisas naquele lugar.

É bem verdade que São José, ainda hoje, não é referência em atrativos turísticos como a capital catarinense, e este trabalho nem tem a pretensão de afirmar isto. O que se quer, é despertar nos órgãos municipais (públicos e privados), na população local, nos investidores e demais interessados que, mesmo não sendo um formal “pólo turístico”, São José possui dimensões complementares de atrativos e opções de lazer que podem suprir não apenas algumas necessidades turísticas de Florianópolis, eventualmente, mas, sobretudo, para determinados tipos de circuitos que se organize e/ou articulados com segmentos sociais de consumidores, conforme as ofertas proporcionadas e demandas esperadas.

A busca de hospedagens mais baratas, e de qualidade, por exemplo, também pode tornar-se uma opção para os visitantes, principalmente pela proximidade com a capital catarinense. Os preços dos meios de hospedagens, atualmente, são muito convenientes e atrativos, isso se comparados aos praticados na ilha, notadamente na área central, que cada vez mais seletiza clientes com empreendimentos de “grife” e ligados a grandes redes internacionais. Durante a temporada de verão e/ou em feriados prolongados os preços se elevam consideravelmente, algo que não impede de muitos estabelecimentos ficarem lotados, visto que a clientela que os frequenta está entre aquelas consideradas solváveis nesse tipo de negócio.

Já com relação à gastronomia, o município também não decepciona. Concentra expressivo número de estabelecimentos voltados para fornecer

alimentação com culinária diversificada, valorizando traços da influência cultural luso-açoriana-brasileira.

Quantos aos locais destinados aos circuitos de consumo propriamente ditos de turismo e lazer, notadamente, no que diz respeito às ofertas de praias, lagoas e dunas, a ilha oferece condições para práticas de banhos, passeios e diversidades de atividades desportivas. Entretanto, estas não são as únicas opções da região.

Outros municípios da Grande Florianópolis também se destacam e preenchem lacunas nas preferências dos consumidores, proporcionando aos visitantes e turistas diferentes opções de lazer, compras, entretenimento, etc. Dentre eles, merece destaque: Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas (termalismo/esportes radicais), Nova Trento (santuário da Madre Paulina), São João Batista (indústria calçadista/consumo), Governador Celso Ramos (praias), Biguaçu (gastronomia, Big Fest), Palhoça (praias como Guarda do Embaú e Pinheira, e Parque da Serra do Tabuleiro), Antônio Carlos (parques aquáticos, ecoturismo e turismo rural), São Pedro de Alcântara (turismo rural e festa do colono), entre outros.

Mesmo com a diversidade de opções existente nos municípios vizinhos, a Ilha de Santa Catarina ainda está entre as cidades mais procuradas por turistas no estado. É também, um dos principais destinos turístico do país. Todavia, é relevante reafirmar que, quando se fala em turismo em Florianópolis e/ou no litoral catarinense, não se pode deixar de dizer que o mesmo caracteriza-se, de modo geral, por atividades balneárias. Assim, esta prática fica condicionada ao fator climático, ou seja, acontece apenas em determinadas estações do ano, que no caso é o verão.

Naquele período, que compreende os meses que vão de dezembro a fevereiro, nota-se, todos os anos, que em Florianópolis, nos dias em que não faz sol, ou quando chove, alguns locais da cidade, que praticamente dobram sua população nesta época do ano, vira caos total. A opção mais procurada então pelos turistas sempre foi o único grande shopping, existente⁶⁹ na ilha (Beira Mar), que fica quase

⁶⁹ Em Novembro de 2006 um novo empreendimento foi inaugurado em Florianópolis (Floripa Shopping), às margens da SC 401 – rodovia que liga o Centro ao Norte da Ilha –, surgindo como outra opção para diferentes tipos de consumo. Além dele, em abril de 2007, outra grande obra iniciou suas atividades em Florianópolis, o Shopping Iguatemi (localizado no bairro Santa Mônica). Estes centros de compra e lazer vêm ampliar a oferta de equipamentos na ilha, não apenas para o uso dos turistas, mas, sobretudo, para os moradores do local e região.

que totalmente lotado, podendo-se levar horas pra chegar até lá. Além disso, o trânsito fica caótico e as ruas da cidade se tornam intransitáveis.

Esses são somente alguns exemplos de problemas decorrentes da sazonalidade do turismo em Florianópolis. Outros, relacionados à infra-estrutura urbana e básica, além de empregos temporários, também estão entre os principais. Isso ocorre pelo fato do desenvolvimento turístico depender de diversos investimentos. Estes, não produzem retorno econômico em outros períodos do ano além da temporada de verão, se configurando como grande problema enfrentado não apenas pela capital, mas por todas as cidades litorâneas do estado.

Acredita-se, portanto, que outras atividades poderiam ser desenvolvidas a fim de captar novos fluxos de turistas nos demais períodos do ano. Isso reduziria a sazonalidade do turismo, abastecendo a infra-estrutura técnico-turística de ofertas durante os outros nove meses (março a novembro), considerado período de baixa estação. Notadamente as manifestações culturais (artesanato, folclore, música, gastronomia e religiosidade) e o turismo de negócios e eventos, se constituem em excelentes mercados a serem explorados.

Outra alternativa a contribuir na diminuição da sazonalidade do turismo em Florianópolis (e de qualquer cidade litorânea), é a ampliação da oferta dos destinos turísticos. Estes, não se restringiriam apenas à capital e, integrariam os demais municípios da região metropolitana. Acredita-se que esta integração se apresenta como excelente oportunidade que, se articulada, tem potencial para formar circuitos turísticos bastante promissores. O que está se propondo é que a capital catarinense se torne área polarizadora e os demais municípios da grande Florianópolis, os “pontos-satélites”.

A atividade turística se apresenta, portanto, como importante agente reorganizador das configurações espaciais, capaz de criar núcleos de inclusão e de exclusão. É possível notar que essas tendências já estão sendo percebidas na região da Grande Florianópolis, aonde o perfil de turistas, que vinham somente em busca de “sol e mar”, tem sistematicamente se alterado. Estes visitantes, que estão se tornando cada vez mais exigentes, também vêm em busca de outras atividades, como esportes, informação, cultura, entre outras opções de lazer.

Foi então com base nessa importância que o lazer adquiriu na sociedade contemporânea que, segundo Castelli (2003), a atividade passou a ser uma preocupação constante por parte da grande maioria das pessoas. Assim, cada vez mais cresce o número de indivíduos que buscam se refazer psíquica e somaticamente de desgastes que o ritmo da vida moderna lhes impõe. Desta forma, durante seu tempo livre, as pessoas têm procurado por locais que lhes possam oportunizar relaxamento mental, descanso, diversão e emoção, satisfazendo anseios e necessidades cotidianas.

Gradualmente percebe-se que estas condições estão sendo oportunizadas no Município de São José, onde as opções de consumo, destinadas às práticas do lazer e do turismo, existentes, caracterizam-se como potencialidades locais. Assim, entre os aspectos que passam a ser relevantes para o desenvolvimento da atividade turística naquele município, destacam-se elementos de valor histórico, cultural e natural, como: a Beira Mar, o Centro Multiuso, Centro Histórico de São José, Ponta de Baixo, Shopping Itaguaçu, o Calçadão da Avenida Central, a Escola de Oleiros, Lago da Pedreira, Camelão, Horto e Parque Ambiental dos Sabiás, Calçadão da Avenida Central, Morro da Pedra Branca, Clube 1º de Junho, CTG Os Praianos, CATI – Centro de Atenção a Terceira Idade, entre outros.

Tem se verificado que estes locais/equipamentos possuem significados de valor sócio-cultural para os indivíduos que os utilizam, no caso os moradores locais. Reafirma-se então, mais uma vez, que a partir dessas condições locais, é possível propiciar e articular entretenimento e integração da comunidade josefense com turistas/visitantes.

Nesta perspectiva destaca-se a importância do poder público, como agente coordenador e regulador, atuando na ordenação do território josefense e objetivando um modelo de desenvolvimento sustentável da atividade turística. Este diagnóstico se apresenta como importante documento, que visa contribuir (a partir dos levantamentos e análises), na medida do possível, para que o desenvolvimento do turismo no Município de São José se dê de forma planejada, evitando perdas e impactos irreversíveis, preservando suas condicionantes paisagísticas, históricas e culturais.

3.2 ATRATIVOS LOCAIS: LEVANTAMENTO DOS RECURSOS TURÍSTICOS

Os espaços turísticos são, grosso modo, aqueles que possuem algum fenômeno/ou atrativo capaz de despertar a sua visitação. Desta forma, as razões que levam à procura destes espaços se dão, geralmente, pelos atrativos⁷⁰ por eles ofertados que, conforme Barretto (1991), podem dividir-se em naturais e culturais⁷¹.

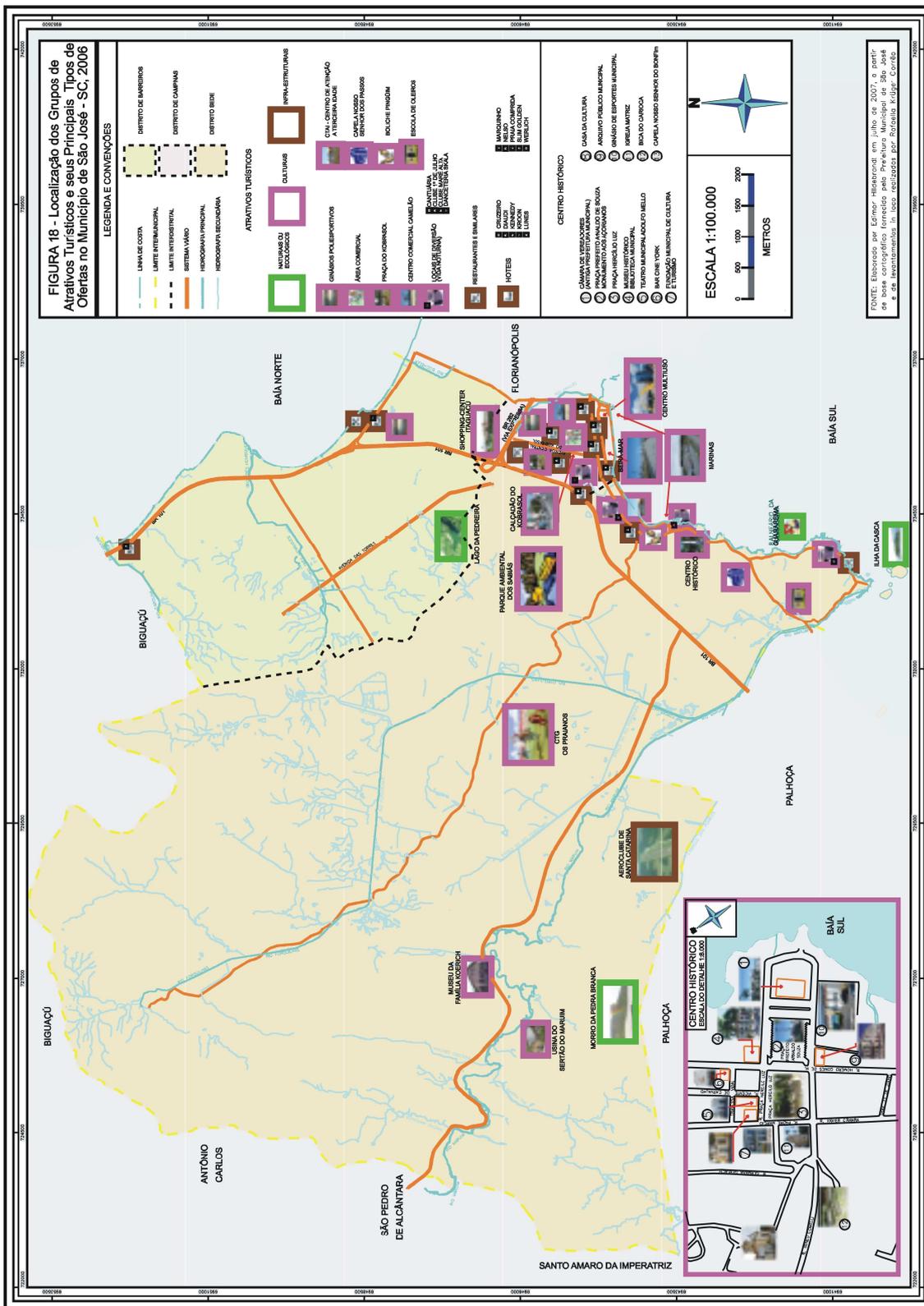
Os atrativos locais organizados e estruturados, juntamente com equipamentos e infra-estruturas, formam o produto turístico⁷², que nada mais é que algo que possa ser oferecido a um mercado para satisfazer necessidades e/ou desejos. Contudo, o conceito de produto não está limitado a objetos físicos. Qualquer coisa capaz de satisfazer uma necessidade pode ser denominada produto. Portanto, além de bens e serviços, produtos incluem lugares, organizações, atividades e idéias. Nesse caso o termo produto também pode ser substituído pela palavra oferta, onde ambos revelam o potencial de determinado lugar.

Nota-se então que o (re)conhecimento das características como recursos ofertados pelo Município de São José, em termos de atrativos a serem considerados turísticos (Vide Figura 18), eles se revelam como indispensáveis na consolidação da atividade no lugar, tornando-se capazes de gerar desdobramentos ante as peculiaridades de um processo de desenvolvimento local. Assim, com os levantamentos realizados (Vide Anexo 02) e discutidos nos sub-capítulos seguintes, pode-se evidenciar como essas características dão dimensão a atividade e a partir de suas peculiaridades, suscitar diferentes formas de aproveitamento, as quais integradas às dinâmicas florianopolitanas, constituem-se em permanente evolução e suas implicações sócio-espaciais.

⁷⁰ Por atrativos turísticos entende-se a matéria-prima na qual se pode praticar alguma modalidade turística, e com a qual se pode planejar e dimensionar a atividade em uma base física.

⁷¹ Lembramos também, que os atrativos turísticos podem ser de origem histórica, artificiais (como as construções modernas, os *shoppings centers*), ou ainda, podem ter a sua atratividade atrelada aos seus movimentos econômicos e/ou culturais, aos negócios, eventos, congressos, dentre outros.

⁷² Não se pode deixar de mencionar que sozinhos estes atrativos não têm condições de suprir “todas” as necessidades dos turistas. Por tanto soma-se a eles algumas facilidades, como meios de hospedagens, equipamentos de alimentação, entretenimento, além de infra-estrutura urbana e outros equipamentos de apoio que, em conjunto, formam o produto turístico.



3.2.1 Atrativos Ecológico-Naturais

Os atrativos naturais são aqueles que aparecem em uma determinada base física, constituindo o que tradicionalmente se convencionou associar com paisagem. A paisagem natural se torna, assim, em elemento relevante no reconhecimento e na seleção dos espaços destinados ao desenvolvimento da atividade turística. Nesse contexto, Santos (1996) lembra que:

(...) tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (SANTOS, 1996:61).

E sob estas perspectivas são engendradas as diversas formas de especulação da paisagem na produção e consumo de lugares turísticos.

Os vários destinos turísticos, estruturados em função da existência de elementos naturais significativos, passam a atrair grande fluxo de visitantes. Por conseguinte, aquilo que é dito como patrimônio natural é composto por praias, balneários, cânions, montanhas, picos, rios, lagos, cascatas, cachoeiras, fontes, bosques, parques, florestas, desertos, dunas, ilhas e outros fenômenos associados às bases ecológicas.

Como mencionado em passagens anteriores, além de praias existem outros elementos de base natural que apresentam grande valor turístico. Em São José esses atrativos, embora (alguns) se encontrem, no momento, em precário estado de monitoramento (falta de sinalização adequada, pouca ou nenhuma manutenção), possuem, como diferencial, um conjunto paisagístico específico e de relevância cênica para práticas, por exemplo, de ecoturismo.

Nesse contexto, situado a 4 Km do centro da cidade, o Morro da Pedra Branca, se configura como um atrativo capaz, nas devidas ações de usos e consciência ecoturística, de propiciar vantagens a serem agregadas socialmente por

um patrimônio dessa espécie. O local é costumeiramente visitado por pessoas que gostam de subidas “morro acima”, onde é possível se chegar ao topo a pé, a cavalo, ou de moto. Com 450 metros de altitude, o pico da Pedra Branca é um local propício para a prática do alpinismo, caminhada, trekking e outras observações. Lá de cima, tem-se um dos mais belos observatórios de paisagens da região litorânea catarinense, integrantes basicamente nesse ecossistema, partes da baía sul e da Ilha de Santa Catarina com seus atributos.

Entretanto pode-se dizer que o mais conhecido recurso natural do município é a praia da Ponta de Baixo, antigo Balneário Guararema (Vide Figura 19). Ainda hoje, nesse bairro (que também leva o nome da praia) situado cerca de 3 km do centro, é possível encontrar significativo número de freqüentadores que, mesmo com índices perceptíveis de degradação, aproveitam das potencialidades, notadamente em banho de mar, ali existentes.

Dentre outros pontos do litoral josefense, este é o único que dispõe de uma mínima infra-estrutura, envolvendo restaurantes, bares, e casas noturnas. É também local onde se pode constatar a presença de antigos casarões residenciais, que até recentemente se constituíam em segundas residências (para uso nos fins de semana e durante o veraneio) de segmentos sociais mais abastados naquele município. Nos dias de hoje a aceleração da urbanização do bairro está cada vez mais inserida aos “padrões de vida própria”, conseqüentemente, tornando-se similar às condições de “periferias” da cidade josefense e/ou da capital, conforme a lógica atual que inscreve a metropolização regional.

Outro local que se revela com “possibilidade” de tornar-se atrativo turístico para o Município de São José é a Ilha da Casca, que se encontra logo enfrente à praia da Ponta de Baixo (Vide Figura 20), na baía sul. Entretanto, esta ilha ainda está sob domínio particular, por concessão do SPU⁷³, o que impede, atualmente, qualquer planejamento e implantação de infra-estrutura para fins turísticos.

⁷³ SPU – Serviço de Patrimônio da União.



FIGURA 19 – Beleza Cênica na Praia da Ponta de Baixo (Baía Sul)
Fonte: Arquivo da autora (2006)



FIGURA 20 – Ilha da Casca
Fonte: Arquivo da autora (2006)

Por fim merece ser citado o “Lago da Pedreira”. A propriedade onde hoje ele se encontra foi adquirida a mais de 20 anos pela empresa Saibrita⁷⁴, para a extração de pedras. Ao longo do tempo os trabalhos de extração daquele recurso resultaram na formação de um grande buraco, formado por inúmeros paredões de rochas, que

⁷⁴ Empresa de mineração e construção que atua retirando pedras destinadas à construção civil.

deram origem a tal lago. Entretanto com o passar dos anos acabou sendo ocupado pelas águas da chuva, formando o que passou a ser conhecido como “Lago da Pedreira” (Vide Figura 21).

Situado a 3 km do centro, no bairro Bela Vista II, o local onde está o lago pode ser utilizado para caminhadas, trekking, banhos, *pic-nic*, e quem sabe até refuncionalizado, a partir de inspirações preservacionistas, como se fez em alguns tipos de locais de Curitiba – PR, e nele serem implementadas infra-estruturas que também articulam condições para fins culturais.

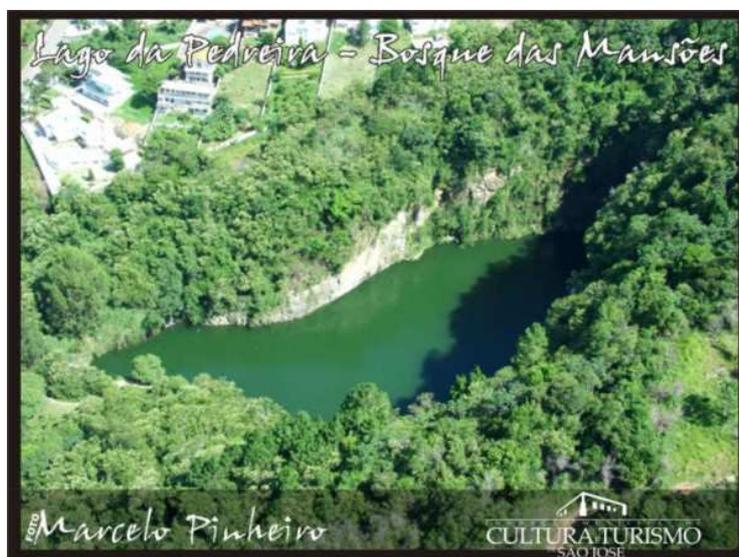


FIGURA 21 – Vista Aérea do Lago da Pedreira

Fonte: disponível em www.ctpsmj.sc.gov.br (Foto de Marcelo Pinheiro)

Embora São José não seja um município grande em extensão e “rico” em atrativos naturais, os elementos paisagísticos que podemos lá encontrar merecem ser preservados. Não apenas para fins turísticos, mas também para oferecer aos moradores uma área destinada ao lazer. Locais como este deveriam, inclusive, receber proteção legal, assegurando sua manutenção e preservação, dotando-lhes de finalidades melhor planejadas e coletivamente apropriadas pelos usos.

Assim, a paisagem urbana vem sendo modificada em consonância com as transformações no mundo do trabalho e da cultura, sendo resultante de um processo histórico, onde o homem sempre assumiu sua contribuição. Isso, pois a paisagem, bem como a cultura, nunca se encontra finalizada, mas em constante transformação.

3.2.2 Atrativos Histórico-Culturais

Os atrativos histórico-culturais são aqueles construídos e criados pela atividade humana, que, por sua relevância, tornaram-se atrações turísticas. São elementos que de alguma forma fizeram (e ainda fazem) parte da história, da cultura e da memória de um povo, preservando traços e características de um determinado tempo. Pode-se citar como exemplo de atrativos histórico-culturais, os castelos, igrejas, museus, palácios, fortalezas, casarios, santuários, edifícios, festas, tradições, etc., geralmente identificados como elemento da “memória tangível”.

Em São José estes elementos estão expressos principalmente na sede municipal, estando presentes na arquitetura da cidade, na praça, nos casarios antigos e em alguns atos e costumes de tradições que ainda hoje são preservados. A maior parte do “acervo” histórico josefense está concentrada no chamado “Centro Histórico”, e forma importante conjunto cultural para a cidade e para a própria região, expressando as influências açorianas no lugar.

O Centro Histórico, onde se consolidou a primeira estrutura urbana de São José, concentra grande parte da história da cidade. Representa a memória coletiva do lugar e assim, de acordo com Abreu (1998), é um elemento essencial da sua identidade. Para aquele autor, “(...) o que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações” (ABREU, 1998:14) e, portanto, é o que se pode dizer das significações que aquele espaço e seus objetos têm para os josefenses.

Um patrimônio de tamanha importância, ele, o Centro Histórico de São José, vem sendo preservado, recuperado e (re)valorizado, pois representa não apenas um espaço simbólico, mas, sobretudo, toda uma dinâmica de vivências e memórias de determinada sociedade, materializada em formas espaciais distintas, cada qual com suas especificidades, desempenhando diferentes funções com o passar do tempo.

Como forma de preservação deste patrimônio, informações obtidas junto a Secretaria de Turismo do município revelam que a principal meta para 2007 é a revitalização do Centro Histórico. Uma parceria entre o município e o Instituto

Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (INADES), as obras de restauração terão início logo que estiver concluído o levantamento arqueológico, que já foi iniciado, segundo aquela secretaria.

O projeto, orçado em trinta milhões de reais, pretende garantir o tombamento nacional das edificações lá existentes, que ainda hoje estão preservadas, parcialmente modificadas. Outra intenção é impulsionar o turismo no local, valorizando aspectos históricos, culturais e arquitetônicos, além de estimular outras atividades ligadas ao lazer. Nota-se assim, que o Centro Histórico caracteriza a centralidade urbana que o Município de São José exerceu no período que se inicia no final do século XVIII e se estende até meados do século XIX.

Entre as edificações existentes está a Igreja Matriz, que foi construída em 1765 (Vide Figura 22). Destaca-se por ser considerada uma das obras mais antigas da região. Depois de várias reformas, e inclusive desabamento da torre central, a igreja se mantém no mesmo local em que os colonizadores ergueram a primeira capela. Além disso, possui um acervo de obras sacras, onde se destaca a imagem de São José, padroeiro do município.



FIGURA 22 – Igreja Matriz de São José

Fonte: Arquivo da autora (2006)

Outra edificação preservada no Centro Histórico é o “Solar dos Ferreira Mello” (Vide Figura 23), um grande marco arquitetônico no município. Construído em fins do século XVIII, o prédio pertenceu à família de Luiz Ferreira do Nascimento Mello, político importante⁷⁵ da época. O local já serviu, além de residência, de quartel, escola militar, e até mesmo cortiço. Foi desapropriado pelo município em 1980 e tombado como objeto do patrimônio histórico de Santa Catarina em 1986.



FIGURA 23 – Solar dos Ferreira Mello: Museu e Biblioteca
Fonte: Arquivo da autora (2007)

Outro exemplo de elemento cultural existente em São José é o sobrado onde funciona a Fundação Municipal da Cultura e Turismo. Edificado em 1851, o prédio serviu no passado de residência para a família de um comerciante português. Posteriormente passou a ser propriedade do imigrante e também comerciante polonês Gottieb Burgstaller Gerlack, que já no século XIX, mostrava sua preocupação com a educação e o incentivo a cultura, cedendo duas salas para a criação de um colégio de primeiras letras.

Entre 1912 e 1959, naquele prédio também funcionou o Café Social, que na época, era ponto de encontro da sociedade josefense. Posteriormente, serviu de sede para a Câmara Municipal durante mais de dez anos. A partir de 2003 passou a abrigar o projeto de extensão universitária Casa da Cultura da Universidade Estácio

⁷⁵ Ferreira Mello chegou à Vice-Presidência da Província de Santa Catarina (1875) e se destacou por diversos cargos ligados a atividade política.

de Sá, funcionando como centro cultural, atuando e divulgando atividades ligadas com educação e lazer, com base nas memórias culturais josefenses.

A partir de abril de 2006, o local transformou-se na sede da Fundação de Cultura e Turismo de São José, passando a funcionar na parte superior do prédio as atividades administrativas. A parte inferior, chamada “Salão Nobre”, destina-se a diversas atividades com programações variadas de eventos (Vide Figura 24).



FIGURA 24 – Prédio da Fundação Municipal de Cultura e Turismo

Fonte: Arquivo da autora (2006)

O Theatro Adolpho Mello teve sua pedra fundamental lançada em setembro de 1854 por um grupo de teatro da Vila São José com o nome de Sociedade União Theatral. Estes resolveram realizar um velho sonho: edificar uma casa para aquele tipo de espetáculos. Foi inaugurado então, dois anos mais tarde, em 21 de junho de 1856, no mesmo dia em que se festejara a transformação de São José em cidade.

Vinte e sete anos depois da inauguração o teatro passou a se chamar "Theatro Adolpho Mello", em homenagem ao ilustríssimo maestro e violinista josefense José Adolpho Ferreira de Mello, chamado por Gerlach & Machado (1982), de “deus-da-música”. Em 1924 o Theatro sofreu uma reforma para adaptá-lo em sala de projeções, passando a chamar-se Cine York. Conforme Silva (2004.b.), foram

levantadas platibandas nas suas quatro paredes externas em estilo neoclássico, o que fez com que perdesse o aspecto de casarão colonial. Segundo aquela autora, foi fechado novamente na década de 50 para mais uma reforma de quase dois anos.

Reaberto em 1955, como Cine Rajá, funcionou até 1979, quando novamente foi fechado por estar completamente abandonado. Neste mesmo ano o Poder Público e a Fundação Catarinense de Cultura assinaram um acordo para uma reforma geral, voltando ao seu original, somente para peças teatrais. Foi reinaugurado em 1981 com nome de Theatro Adolpho Mello e hoje, é considerado o mais antigo do estado (GERLACH E MACHADO, 1982). Já restaurado, aquele, funciona como palco de diversas atrações (Vide Figura 25).



FIGURA 25 – Theatro Adolpho Mello

Fonte: Arquivo da autora (2006)

A “Bica da Carioca”, localizada próximo da Igreja Matriz, é um local onde se é possível imaginar o que era o cotidiano dos escravos, lavando as roupas de seus senhores, ainda em tempos de trabalho servil, no século XIX (Vide Figura 26). Construída num bosque, próximo a Igreja Matriz, a fonte também era destinada ao abastecimento de água potável a toda população. Foi local de lazer, namoro e descontração de muitos josefenses nos séculos passados. Atualmente a fonte da Carioca está quase que totalmente abandonada e um tanto descaracterizada, algumas conseqüências dos efeitos perversos de usos urbanos.



FIGURA 26 – Bica da Carioca

Fonte: Arquivo da autora (2007)

Quanto ao “Casarão” (Vide Figura 27), sobrado onde funcionava a antiga Casa de Câmara e Cadeia, sua construção data de 1852, pelo então presidente da Província João José Coutinho. Naquela época, “(...) essa construção era muito necessária, uma vez que a Vila ganhava foros de cidade”⁷⁶. O pavimento térreo se destinava aos presos e o superior a Câmara Municipal, Júri e Audiência.



FIGURA 27 – Antiga Casa da Câmara e Cadeia: Hoje Casa da Cultura

Fonte: Arquivo da autora (2006)

⁷⁶ Diário Catarinense, 29 de Março de 1999 p. 6. Caderno nº 11 São José origens e destino de uma cidade industrial.

Em 1910 a edificação passou pela primeira reforma, que modificou a planta original. Alguns vãos do piso térreo foram fechados, e as grades de ferro da sacada foram substituídas por elementos decorativos. A segunda grande reforma modificou todas as aberturas da parte inferior e substituiu telhas originais por outras francesas. Mais tarde concentrou funções de Delegacia de Polícia e Arquivo Público até sua total desapropriação por falta de condições de habitação. Depois de restaurado, em 1981, pela administração municipal, recebeu feição mais próxima da original, e passou a abrigar a Secretaria de Finanças. Atualmente no local funciona a Casa da Cultura, onde diversas oficinas são oferecidas à comunidade.

O prédio do Cine York também integra os equipamentos do Centro Histórico. Este casario, em falso estilo arquitetônico luso-brasileiro (Vide Figura 28), inaugurado em 1998, é uma réplica do antigo bar existente, onde hoje se encontra o Teatro Adolfo Mello. Este espaço procura recriar, permanentemente, um clima cultural na cidade de São José, desde começo do século XX, quando o primeiro Cine York foi inaugurado junto ao teatro municipal, em 1928 (Vide Figura 29).



FIGURA 28 – Atual Cine York

Fonte: Arquivo da autora (2006)



FIGURA 29 – Bar Cine York (1925) no Saguão do Theatro
Fonte: Gerlach e Machado (1982)

Na parte inferior do atual prédio funciona um café-bar, que além de possuir rica decoração, com fotos antigas da cidade, é um excelente espaço para conversas e *happy hour*, oferecendo, em alguns dias da semana música ao vivo. Na parte superior se encontra uma luxuosa sala de cinema, com 132 lugares (poltronas estofadas de veludo) cuja acústica é considerada de primeira qualidade. Possui em suas paredes quadros e cartazes de filmes antiqüíssimos, o que o dá um charme todo especial, memória de épocas passadas, reveladas pelo conteúdo dos filmes que muitas vezes naquele local foram exibidos.

A Praça Hercílio Luz, ponto focal do Centro Histórico, foi implantada nas comemorações alusivas ao centenário da independência brasileira, em 7 de setembro de 1922. Onde se encontra o Jardim Carlos Napoleão Poeta, antigo pasto no século XIX, foi local onde D. Pedro II e Dona Tereza Cristina passaram em sua visita à municipalidade. Urbanizado no ano de 1920, hoje ainda preserva as palmeiras plantadas em 1901.

Subindo uma pequena ladeira no Centro Histórico encontra-se a Capela Nosso Senhor do Bonfim, erguida em 1851. A edificação, localizada no morro do mesmo nome, foi financiada por doações de fiéis, e ainda hoje conserva seu piso original. Entre as esculturas sacras lá existentes, está a imagem do Senhor do Bonfim, que veio da Bahia em 1852.

A Capela Nosso Senhor dos Passos, construída em 1857 (localizada na entrada da Ponta de Baixo) e a Capela Santa Filomena, edificada em 1879 (na Praia Comprida), também são importantes obras históricas, culturais e religiosas, encontradas em São José.

Outros locais também são atrativos histórico-culturais para o Município de São José, como é o caso do Clube Recreativo 1º de Junho, fundado em 1913. Considerado a primeira associação da elite josefense, situava-se inicialmente, em um casarão já demolido fronteiro à atual Praça Arnaldo de Souza, no Centro Histórico. Chegou a ter pelo menos outras duas sedes até adquirir o “Casarão”, edifício do fim do século XIX, e se mudar definitivamente em 1976. Após passar por reformas na década de 90, o clube oferecia entre suas opções de lazer: piscina, quadras de esporte e churrasqueiras. Além disso, aos domingos, também funcionava como boate, “Boate Casarão”, considerado na época, importante ponto de encontro entre jovens e adolescentes.

A Usina Sertão do Maruim, que teve sua construção iniciada em 1907, também pode ser considerada elemento do patrimônio histórico. Foi o então Governador do Estado de Santa Catarina, Gustavo Richard que, em acordo com a municipalidade de Florianópolis, mandou construir esta usina, que tinha potência de 600 KW (3 máquinas de 200 KW), para fornecer energia elétrica para a capital.

Construída, por uma firma inglesa, que a partir de 1910 ficou como arrendatária dos serviços, a usina operou ininterruptamente durante 65 anos com suas máquinas originais. Em 1972 foi definitivamente desativada para as finalidades a qual havia sido implantada.

Poderá ser incorporada ao cotidiano e as vantagens turísticas, a partir de um adequado processo de revitalização. Isso, não apenas nas condições infra-estruturais, mas, sobretudo, dinamizando programas culturais associados às identidades locais/regionais, e até articulando atividades que favorecem complementariedades aos estabelecimentos de ensino fundamental.

Por fim, cita-se o Museu da Família Koerich⁷⁷, localizado no bairro Colônia Santana. Em estilo alemão, a casa que além de residência foi armazém de secos e molhados, guarda mobiliário e máquinas das empresas do Grupo Koerich. Lá é possível conhecer um pouco da história e da trajetória da família e o início de suas atividades comerciais, que tiveram como fundador Eugenio Raulino Koerich. O acervo conta com fotos, objetos particulares, objetos dos estabelecimentos, além do primeiro caminhão da família, que fazia o trajeto, por exemplo, para Florianópolis.

3.2.2.1 Artesanato, Manifestações Folclóricas, Artísticas e Culturais

Sendo um município de colonização açoriana, São José mantém vivo aspectos da tradição deixada pelos lusos, de transformar barro (argila) em arte. Trata-se de trabalhos artesanais, que consiste no molde, na secagem e na queima (que dura em média doze horas) da cerâmica, para confecção de utensílios (louças) domésticos e decorativos (Vide Figura 30). Este ofício surgiu como meio de sobrevivência, inspirado na história e na cultura dos colonizadores, e hoje, é visto como resgate daquela tradição.

Realizado pelo oleiro, que trabalha no torno (roda onde se modela e se fabrica peças) tocando com os pés (Vide Figura 31), o processo consiste em dar forma a uma porção de barro com as mãos e umas poucas ferramentas. A argila é colocada no centro de um prato giratório, e com os dedos posicionados, externa e internamente, levantam-se as paredes da peça na forma e altura desejada.

⁷⁷ Família tradicional de Florianópolis que, em sua trajetória, já atuou nos ramos de móveis e eletrodomésticos, lojas de departamento, revendas de automóveis e motos, consórcios e construção civil, além de participações em empreendimentos imobiliários, administração de shopping e abate de aves, empregando quase três mil pessoas. As principais marcas do grupo eram as Lojas Koerich, a Koesa (revenda e consórcio de veículos), Kimoto (lojas e consórcio de motocicletas), Construtora Zita, Construtora Koerich e Kilar – vendida recentemente para a rede paulista Magazine Luiza.



FIGURA 30 – Exposição de louças de barro na 5ª edição da Açorfesta

Fonte: Arquivo da autora (2005)



FIGURA 31 – Oleiro Demonstrando Processo de Fabricação de Peças em Barro na Açorfesta (2005)

Fonte: Arquivo da autora (2005)

No passado, em São José, surgiram diversas olarias ao longo de seu território. O bairro Ponta de Baixo foi o local escolhido para a construção das primeiras, pois, constatou-se ausência desta técnica para a fabricação de louças de barro cozido. Além disso, a proximidade da matéria-prima, a riqueza do solo e as facilidades de transporte das mercadorias, estão entre os fatores de escolha daquela localidade.

Assim, as olarias da Ponta de Baixo foram essenciais para o desenvolvimento e sobrevivência da população de modo geral, pois, elas eram imprescindíveis para a realização de diversas tarefas do dia-a-dia, como a fabricação de telhas e tijolos, louças e utilitários. Conforme Diário Catarinense⁷⁸ (de 19 de março de 1997), nos anos 40 (século XX) existiam mais de cinquenta olarias em São José, quase sempre constituídas como empresas familiares.

Este foi o período em que se teve o maior número de oleiros ativos em São José. De acordo com Beck (1984), a atividade oleira manteve-se forte e indispensável até a chegada das grandes indústrias no país, nas décadas de 50/60, quando as pessoas deixaram de usar louça de barro, o que contribuiu para que muitas olarias fechassem. Alguns oleiros foram embora para interior do estado atrás de trabalho, e outros mudaram de profissão.

Tal mudança no processo produtivo não se deve apenas ao surgimento de um novo mercado. Está relacionada, também, ao crescimento econômico brasileiro que, precisamente naquele período, dinamizava sua grande escala desenvolvimentista. Hoje em dia não há mais olarias em São José. Os antigos oleiros, em sua maioria, faleceram, e seus filhos não deram continuidade à produção. No entanto, a tradição está sendo preservada pela Escola de Oleiros Joaquim Antonio de Medeiros⁷⁹ (Vide Figura 32), fundada em 1992 pela Secretaria da Educação e Cultura⁸⁰.

Considerada a única instituição do tipo no Brasil, a escola é mantida pela Prefeitura Municipal, e tem como finalidade resgatar o ofício ora em extinção, além de recuperar, valorizar e repassar técnicas de uma das atividades mais tradicionais da cultura catarinense. Isso se dá através de oficinas gratuitas que são oferecidas para a comunidade em geral. Nesta escola existem exposições permanentes de trabalhos realizados por alunos, como forma de valorizar e divulgar a arte e a cultura.

⁷⁸ Caderno: Suplemento Especial (p. 9).

⁷⁹ Em homenagem ao antigo proprietário.

⁸⁰ O objetivo da criação da escola era impedir a extinção deste ofício secular, que já foi responsável pelo sustento de muitas pessoas no Município de São José, há poucas décadas atrás.



FIGURA 32 – Escola de Oleiros em São José

Fonte: Arquivo da autora (2007)

Nas várias manifestações folclóricas, artísticas e culturais encontradas em São José, pode-se observar parte da herança deixada pelos colonizadores. Além da cerâmica, como se abordou anteriormente, outros artefatos também fazem parte da cultura josefense, e muitos deles podem ser observados em Feira permanente de Artesanato - São José Feito a Mão (Vide Figura 33) – que é realizada todos os sábados no pátio da Prefeitura Municipal de São José, ao lado do shopping Itaguaçu.

**feira
são José
feito à mão**

Data: TODOS OS SÁBADOS
Horário: 9h às 18h
Local: Pátio externo Prefeitura
Municipal de São José, em frente ao
Shopping Itaguaçu

O melhor do artesanato e da cultura regional

PARTICIPE

Mais de 100 artesãos expositores • Praça de alimentação
Atrações artísticas e culturais • Estacionamento gratuito

Realização

São José
CULTURA · TURISMO
em SÃO JOSÉ
SEBRAE

APOIO:

GrafColor
Gráfica
Fone: 3357-6924
graficolor@turbo.com.br

Oleo & Oleo
Varejo de produtos artesanais
(48) 3241-0068
www.oleoecia.com.br
oleoecia@oleoecia.com.br

SÃO JOSÉ - SC
CORDEIRO PLACAS
E-mail: cordeiroplacas@hotmail.com
Fone: (48) 3241-3991 / 3035-1155

FIGURA 33 – Folder de Divulgação da Feira

Com apoio do SEBRAE/SC (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José (FMCT), e da Agência Empreender, esta feira surgiu como oportunidade de comercializar e inserir os produtos e as peças artesanais nos circuitos econômicos, se tornando um importante canal de comercialização e geração de renda para parcela da população local e/ou da região.

Destinada à valorização das artes e do artesanato local, são mais de 4.500 produtos colocados à venda semanalmente na feira. Destacam-se os artigos em tecido, tecelagem, cerâmica, metal, *biscuit*, madeira, vidro, *patchwork*, telas, velas, resina, feltro entre outros, que são fruto do trabalho de mais de cem artesãos. A feira conta com completa infra-estrutura: praça de alimentação, palco com apresentações artísticas e culturais, fácil acesso e estacionamento gratuito. Como se vê, uma excelente oportunidade para práticas do lazer, entretenimento que, conseqüentemente, pode tornar-se parte integrante de circuitos turísticos.

Quanto aos eventos, a Açorfesta, que ocorre anualmente no município, é uma oportunidade de exposição, divulgação e comercialização do artesanato joesense. Esta festa, que promove a cultura açoriana, conta com apresentações de grupos folclóricos, shows locais e nacionais, exposições e gastronomia (Vide Figuras 34, 35, 36 e 37). Outros eventos e festas promovidos em São José, cada vez mais têm se revelado como “possibilidades” de atrair visitantes para o município (Vide Anexo 03). Entre eles, ganham maior destaque a Festa do Divino⁸¹ e o Carnaval⁸².

⁸¹ Tradição açoriana realizada em data móvel, no mês de maio, que apresenta, todos os anos, um novo imperador e sua esposa, escolhidos entre representantes da comunidade. Envolve vários rituais e representa a forte fé católica dos imigrantes.

⁸² Neste ano (2007), a cidade de São José foi homenageada no Carnaval de Florianópolis pela Sociedade Recreativa Cultural e Samba Embaixada Copa Lord.



FIGURA 34 – Renda de Bilro
Fonte: Arquivo da autora (2006)



FIGURA 35 – Artefatos de Cerâmica e Renda de Bilro
Fonte: Arquivo da autora (2006)



FIGURA 36 – Exposição de Artesanatos na 5ª Açorfesta
 Fonte: Arquivo da autora (2005)



FIGURA 37 – Artesanatos Confeccionados da Palha de Bananeira – Açorfesta/2006
 Fonte: Arquivo da autora (2006)

Ainda no que diz respeito ao folclore, outras manifestações, que são consideradas bens imateriais, destacam-se, por também fazerem parte do patrimônio cultural do Município de São José. Entre elas estão as danças, como: Fandango, Ratoeira, Chimarrita, Pau de Fita (Vide Figura 38) e Quadrilha, os Folguedos como Malhação de Judas, Boi de Mamão, Terno de Reis, Cantoria do

Divino, as Festas como a Junina e Farra do Boi. Na Literatura Popular pode-se citar o Pão por Deus, Pasquim (fofocas), Casos (causos), Adivinhações, Ditados Populares, Religiosidade e o Pagamento de promessas. Já os Mitos e Lendas, merecem destaque: o Lobisomen, Bruxas, Assombrações.

Todos estes aspectos compreendem o chamado patrimônio intangível⁸³, e fazem parte da herança cultural deixada pelos colonizadores do município. São manifestações que fazem parte dos valores e dos significados culturais do lugar, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo.

Constituem assim, importantes atrativos a serem explorados turisticamente pelo município. No entanto, para que isso se torne possível, é preciso que sejam preservados e protegidos do risco de desaparecimento. Processo este, que parece estar acontecendo, principalmente, em função do desinteresse das novas gerações por aquelas tradições.



FIGURA 38 – Apresentação de Dança: Pau de Fitas
Fonte: arquivo da autora (2005)

⁸³ A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) entende que o patrimônio cultural imaterial ou intangível, transmitido de geração a geração, é recriado pelas comunidades e grupos em função de seu meio, da sua interação com a natureza e sua história. A salvaguarda deste patrimônio é uma garantia da preservação da diversidade cultural. Dessa forma, o patrimônio não se restringe apenas as edificações, objetos materiais musealizados e documentos escritos e audiovisuais. São também considerados patrimônio as tradições e expressões orais, as artes do espetáculo, as práticas sociais, lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas, e a dimensão cultural pressuposta entre grupos sociais e étnicos com diferentes elementos da natureza, e também respeito às culturas indígenas e afro-descendentes.

Ainda como “atrativo turístico-cultural”, não se pode deixar de mencionar a introdução de CTG – Centro de Tradições Gaúchas no município. Sua presença é marcante em São José, devido, principalmente, à transferência de costumes que houve desde a época da colonização, pois a região foi passagem para tropeiros vindo de outros estados, como, por exemplo, Rio Grande do Sul. Com isso, instalaram-se locais específicos de conservação das tradições gaúchas.

Hoje o CTG “Os Praianos”, por exemplo, é um local que atrai pessoas que gostam de cavalgar, são adeptos ou apenas simpatizam com a música e a tradição gaúcha, ou mesmo aqueles que queiram conhecer manifestações de lazer através de uma cultura diferente, que não a do açoriano. Assim a maior e mais freqüentada festa que se destaca no município, em nível nacional e internacional, é o “Rodeio Internacional do CTG Os Praianos” que, a cada dois anos, reúne grande contingente de pessoas de vários estados e até mesmo de outros países, que vêm em busca de atrações artísticas, campeiras, bailes, shows e muita festa.

Vale salientar, finalmente, que há no Município de São José, outros grupos organizados, no sentido de manter vivas tradições locais como a açoriana e alemã. Verifica-se também, a existência de corais, grupos de danças e músicas, entre outros, que têm a finalidade de preservar a cultura dos antepassados.

Com estas informações é possível se ter idéia dos atrativos, tanto histórico-culturais, como ecológico-naturais, encontrados em São José, que podem servir de base para muitos usos turísticos. Entretanto, a existência desses atrativos não é suficiente para que sejam considerados efetivamente turísticos. Para tanto, também é preciso, entre outros fatores, que haja equipamentos urbanos e infra-estruturas, a fim de receber os visitantes. Em seguida, faremos considerações acerca da infra-estrutura já existente no município de São José.

3.3 INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA

3.3.1 Meios de Hospedagens

Meios de hospedagens, segundo a EMBRATUR, são empreendimentos ou estabelecimentos destinados a prestar serviços de hospedagem em aposentos mobiliados e equipados, alimentação e outros, necessários aos usuários. É considerada empresa hoteleira a pessoa jurídica que explore ou administre meio de hospedagem, e que tenha em seus objetivos sociais o exercício da atividade hoteleira. Em síntese, são considerados serviços de hospedagens, aqueles prestados por empreendimentos ou estabelecimentos que ofertam alojamento temporário para hóspedes, mediante adoção de contrato (tácito ou expresso) de hospedagem e cobrança de diária pela ocupação da Unidade Habitacional (UH).

Boullón (2005) define três tipos de hospedagens: as hoteleiras, para-hoteleiras e a hospedagem extra-hoteleira. O primeiro, conforme aquele autor, compreende os hotéis, motéis, hospedarias, pousadas e pensões; o segundo abrange os apart-hotéis, conjuntos de chalés, albergues, trailer *parks* e *campings*; e o terceiro compreende os apartamentos em condomínios e as casas e chalés particulares.

Tomando como base a primeira categoria, ou seja, hoteleira, foram realizados levantamentos in loco no Município de São José, além de coletas de informações na internet, lista telefônica, assim como na Secretaria de Turismo municipal, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e Ministério do Turismo (Mtur), por se tratarem de entidades do *trade* turístico, a fim de determinar a oferta dos meios de hospedagens lá existentes.

No entanto, cabe ressaltar que houve dificuldades de encontrar um banco de dados coeso e com grau de confiabilidade, pois o Ministério do Turismo não dispõem de cadastro atualizado e os hotéis do município não são obrigados a se cadastrarem na ABIH. Já na Secretaria de Turismo, os registros eram os mesmos disponíveis no *site* daquela entidade (www.ctpmsj.sc.gov.br), com exceção apenas para o hotel

Slaviero Slim Golden, que por ter sido inaugurado recentemente (cerca de um ano), ainda não está disponível na internet.

Dos levantamentos realizados, estes indicam a existência formal de dez hotéis em São José, que estão distribuídos nas principais localidades do município, conforme está demonstrado no Quadro 01.

QUADRO 01 – Hotéis Existentes no Município de São José Distribuídos por Localidades

Hotéis	Bairros
1- Diaudi	Kobrasol
2- Kennedy	Campinas
3- Kroon	Barreiros
4- Lunes	Campinas
5- Marquinho	Campinas
6- Nelso	Campinas
7- Praia Comprida	Praia Comprida
8- Slim Golden	Barreiros
9- Werlich	Campinas
10- Cruzeiro	Kobrasol

Fonte: Organizado pela autora (2006)

Aparentemente pode-se considerar que se trata de um número bastante satisfatório, principalmente, porque não se sabe qual é a demanda existente. Até então, oficialmente, é desconhecido qualquer que seja o perfil dos clientes. Além disso, não se pode negar a superioridade numérica de estabelecimentos hoteleiros da capital catarinense, principalmente se comparado aos municípios vizinhos, como é o caso de São José que pela quantidade e variedade de serviços oferecidos, atinge várias dimensões de demandas.

Dentre os hotéis pesquisados, verificou-se que o único que está cadastrado no Ministério do Turismo é o Hotel Slim Golden. Quanto a registro na ABIH-SC, somente o Diaudi foi encontrado. Isso sem falar na Embratur, que menos de um terço está cadastrado.

De todo modo, na tentativa de identificar a capacidade instalada de UH's e leitos naquelas unidades empresariais comentadas, buscou-se, junto às mesmas, uma definição quanto aos números existentes. A primeira informação (do número de UH's), de fato, foi de fácil acesso. Porém, a maior parte dos estabelecimentos teve dificuldade em informar a quantidade de leitos existentes. De qualquer forma, os dados obtidos podem ser conferidos no Quadro 02.

QUADRO 02 – Equipamentos Hoteleiros: Capacidade Instalada em 2007

HOTEL	Nº UH's	Nº LEITOS
Diaudi	49	112
Kennedy	60	124
Kroon	20	46
Lunes	48	116
Marquinho	52	85
Nelso	38	78
Praia Comprida	30	100
Slim Golden	122	244
Werlich	49	89
Hotel Cruzeiro	64	109
TOTAL	580	1.103

Fonte: organizado pela autora (2007)

A oferta hoteleira de São José soma 580 UH's. Quanto ao número de leitos, aqueles equipamentos têm condições de receber, nas devidas unidades habitacionais, até 1.103 pessoas.

A base da oferta existente, da indústria hoteleira, no Município de São José, é formada por hotéis de pequeno e médio porte, predominantemente de propriedade familiar. Na sua grande maioria, são estabelecimentos bastante simples, no entanto, alguns se diferenciam pela qualidade nos serviços, e por oferecer melhor infraestrutura aos hóspedes.

Com relação aos valores cobrados nas diárias é possível notar, através dos dados que estão evidenciados no Quadro 03, que as tarifas, de modo geral, são semelhantes. No entanto, algumas apresentam valor mais elevado, por apresentar

diferencias na qualidade e nos serviços oferecidos, como já mencionado anteriormente.

QUADRO 03 – Valor das Tarifas Cobradas nas Diárias pelos Estabelecimentos Hoteleiros

HOTEL	VALOR DA DIÁRIA ⁸⁴ POR APARTAMENTO		
	APTO. SGL	APTO. DBL	APTO. TPL ⁸⁵
Diaudi	120,00	170,00	210,00
Kennedy	55,00	75,00	99,00
Kroon	35,00	62,00	79,00
Lunes	55,00	75,00	95,00
Marquinho	36,00	60,00	80,00
Nelso	32,00	58,00	80,00
Praia Comprida	27,00	50,00	65,00
Slim Golden	109,00	119,00	-
Werlich	45,00	69,00	-
Cruzeiro	27,00	46,00	69,00

Fonte: organizado pela autora (janeiro de 2007)

Pelas informações disponíveis observa-se que, mesmo com diversidade de preços nas diárias dos apartamentos, os valores ainda são bastante convidativos, principalmente, se comparados à capital catarinense. Além disso, outra vantagem, se comparado a Florianópolis, é que estes valores não se alteram na alta temporada (verão) e em feriados prolongados. Certamente essa diversidade de tarifas, bem como de tipos de instalações e de serviços prestados, demonstram a adaptabilidade da oferta hoteleira da região aos diferentes tipos de visitantes. Assim os hotéis que possuem as tarifas mais elevadas são também, aqueles que dispõem de melhor infraestrutura, como bar e restaurante, garagem, ar-condicionado, TV, frigobar, entre outros serviços, que muitas vezes estão entre as preferências dos hóspedes, e que podem ser visualizados na Figura 39.

⁸⁴ De acordo com a Embratur, entende-se por diária o preço de hospedagem correspondente à utilização da UH e dos serviços incluídos, observados os horários fixados para entrada (*check-in*) e saída (*check-out*) (Deliberação Normativa nº 433 de 30 de dezembro de 2002).

⁸⁵ Apartamento para uma, duas e três pessoas.

Hotéis:	
Cruzeiro	 
Diaudi	          
Kennedy	       
Kroon	   
Lunes	        
Marquinho	    
Nelso	    
Praia Comprida	 
Slim Golden	           
Werlich	     

FIGURA 39 – Ilustração dos Serviços Hoteleiros⁸⁶ Ofertados em São José

Fonte: Organizado pela autora (Janeiro de 2007)

⁸⁶ Legenda:



Nos vários tipos de direcionamentos dados pelos estabelecimentos hoteleiros, nota-se que estes, estão voltados para todos os segmentos de mercado. Portanto o que se percebeu é que os hoteleiros estão tentando, cada vez mais, se diferenciar no mercado, oferecendo acomodações especializadas, que visam atender diferentes perfis de clientes. Entre eles, estão aqueles que buscam serviços e preços diferenciados, e que atendam às suas expectativas.

Notadamente outros estabelecimentos hoteleiros estão dispersos ao longo do território josefense. Assim, na tentativa de identifica-los, coletou-se informações na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), a fim de obter os registros de estabelecimentos de meios de hospedagens ativos no Município de São José. Os dados disponibilizados estão divididos entre aqueles que pertencem a empresários, e aos que são de sociedade (Vide Quadros 04 e 05).

QUADRO 04 – Meios de Hospedagens do Tipo Empresário Existentes no Município de São José (Ativos no Cadastro da JUCESC)

EMPRESÁRIO	QUANTIDADE
Hotéis	03
Pensões (Alojamento)	01
Outros Alojamentos ⁸⁷	02
Outros Tipos de Alojamentos ⁸⁸	07
TOTAL	13

Fonte: Organizado pela autora a partir de dados coletados junto a JUCESC (Janeiro/2007)

⁸⁷ Não especificados anteriormente.

⁸⁸ Não especificados anteriormente.

QUADRO 05 – Meios de Hospedagens do Tipo Sociedade Existentes no Município de São José (Ativos no Cadastro da JUCESC)

SOCIEDADE	QUANTIDADE
Hotéis	03
Motéis	04
Campings	01
Pensões (Alojamentos)	05
Outros Alojamentos ⁸⁹	07
Outros tipos de Alojamentos ⁹⁰	05
TOTAL	25

Fonte: Organizado pela autora a partir de dados coletados junto a JUCESC (Janeiro/2007)

Pelas informações disponíveis é possível constatar o cadastro de trinta e oito meios de hospedagens ativos na JUCESC. Notadamente este número difere, bastante, daqueles encontrados em nossas pesquisas. Com relação a campings, pensionatos e outros tipos de alojamentos, estes estabelecimentos não foram localizados no município.

Quanto aos equipamentos de hospedagens existentes em São José, encontrou-se, além dos hotéis (que já foram citados), um dormitório (Vieira), uma pensão (Luar do Sertão) e motéis, entre os quais pode-se citar: Las Vegas, Ylang Lang, Kalipso, 2001, Dallas, Recanto, Corsário, Libido e Candelabro. Pousadas, Albergues e Colônia de Férias, ainda não fazem parte da realidade do município.

Todos esses equipamentos têm papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento da atividade turística no Município de São José. No entanto, a falta de dados concisos impede determinar o fluxo de visitantes que a cidade recebe, bem como o de pessoas que lá se hospedam. Também não foi possível identificar, com precisão, o perfil da demanda existente, ou seja, quem é, de onde vêm, por que veio, e quanto tempo permaneceu na cidade ou na sua área de influência.

⁸⁹ Não especificados anteriormente.

⁹⁰ Não especificados anteriormente.

Nesse contexto acredita-se que a melhoria na qualidade e nos serviços oferecidos por aqueles equipamentos, bem como o aumento da oferta hoteleira no município, se dará a medida que em que esta demanda passar a ser mais bem conhecida. A partir de então, seus anseios e necessidades poderão ser reconhecidos pelas autoridades e/ou órgãos interessados no crescimento do setor, bem como suas características e participações na vida sócio-econômica local/regional.

Contudo percebe-se que alguns meios de hospedagens estão modificando suas ofertas, através de variados tipos de equipamentos para acomodações e serviços. Isso, pois, na contemporaneidade, os diferentes tipos de consumidores não querem somente um local para passar a noite e descansar, mas, também, um espaço diferenciado, onde os serviços prestados sejam de qualidade e com preços acessíveis. Além do mais os hóspedes também buscam espaços que ofereçam opções de lazer e entretenimento, como forma de criar opções nos momentos de tempo livre, mesmo quando estiverem hospedados em algum estabelecimento.

Assim é que, nessa perspectiva, dois novos empreendimentos hoteleiros estão surgindo em São José. Um deles, localizado às margens da BR-101, no bairro Serraria, tem chamado a atenção dos que transitam por aquela rodovia. Da rede paranaense de hotéis Slaviero⁹¹, foi inaugurado em fevereiro de 2006 o hotel Slim Golden, a primeira unidade no estado de Santa Catarina e a segunda fora do Paraná.

O hotel dispõe de 122 apartamentos (sendo 12 suítes com vista para o mar), e possui completa infra-estrutura de serviços: restaurante de categoria contemporânea, centro de eventos (com quatro salas moduláveis com capacidade para até 230 pessoas em auditório), completo *business center*, área de lazer com academia, sala de jogos e piscina.

Este empreendimento, instalado em São José, veio suprir carências de hospedagem de alto padrão, similar aqueles de rede internacional na categoria econômica⁹². Assim, o perfil dos hóspedes que procuram o hotel é uma mescla de

⁹¹ Uma das principais marcas do mercado hoteleiro do Estado do Paraná.

⁹² Á nível de informação, vale destacar que, conforme Anuário EXAME – 2007/2008 (Ed. Abril, p.90/91), edição dedicada ao tema TURISMO, figuram entre os novos (150) projetos de empreendimentos no Brasil (11 na

turistas e executivos, que buscam boa localização, com facilidade de locomoção, além de bons preços e ótima infra-estrutura.

Próximo daquele estabelecimento, ao lado do Bosque das Mansões (um dos locais mais valorizados do continente), a idéia de um grandioso empreendimento está sendo comercializada pelo grupo empresarial paulista Santa Paula⁹³.

Trata-se do empreendimento Altos de São José Home Village, um condomínio imobiliário que, de acordo com material divulgativo (Vide Anexos 05 e 06), contará com completa infra-estrutura, com salão de festas, *fitness* e sauna, quadra de tênis, etc.

Chamado também de “Club House”, no projeto do condomínio está incluída a construção de um hotel-resort, que conforme o *site* do Grupo Santa Paula (www.stapaula.com.br)⁹⁴, pertencerá a rede hoteleira internacional Hawthorn. O complexo contará com piscinas (coberta e aquecida e externa), quadra de tênis, restaurante, bar, salão de convenções, várias praças, *fitness*, sauna e *playgrounds*.

Nota-se assim que na esteira desses novos empreendimentos, o Município de São José, gradativamente, está se inserindo nas tendências globais. Neste processo, a implantação de infra-estruturas, no caso hotéis, são apresentados como elementos que se manifestam nas formas de “modernização” do lugar.

região sul), a implantação de uma filial da rede IBIS, em São José, dentro da categoria desse tipo de oferta de hotéis (Grupo *Accor Hotels*) que se expande pelo mundo. Os investimentos para essa unidade estão estizados em R\$ 10.560.000,00, devendo criar na oferta local/regional mais 132 unidades de apartamentos e a possibilidade de gerar 26 novos postos de empregos diretos. A previsão de abertura desse empreendimento é para 2009.

⁹³ Com sede na cidade de Ourinhos, interior do Estado de São Paulo, e escritórios em diversas regiões do Brasil, O Grupo Santa Paula é responsável hoje, por mais de 30.000 loteamentos, distribuídos nos Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

⁹⁴ Acessado em 12/04/2006.

3.3.2 Equipamentos de Alimentação (Bares, Restaurantes e Afins)

A satisfação das necessidades alimentares é uma condição indispensável para a manutenção da vida. A partir daí, o aproveitamento da diversidade gastronômica é um bom negócio para qualquer município. O turismo gastronômico, que tem crescido muito nos últimos anos, surge como possibilidade de se tornar referência para atrair turistas de diferentes regiões.

De acordo com Barretto (1999) é considerada rede gastronômica, o conjunto de restaurantes, lanchonetes, bares e similares, com oferta alimentar. Neste sentido, todo estabelecimento que visa comercialização de alimentos preparados ou prontos para serem ingeridos, é considerado equipamento complementar de alimentação, podendo ser restaurante, bar, lanchonete, cafés, quiosques, ou ter ainda, uma outra nomenclatura.

Através deste estudo foi possível identificar que a presença da atividade gastronômica em São José é bastante expressiva⁹⁵ e diversificada. O município concentra número significativo de equipamentos de alimentação, localizados principalmente na Avenida Central do Kobrasol e proximidades que, atualmente, vêm se constituindo como local de destaque no setor, e alternativo para a cidade de Florianópolis.

Entre as opções existentes alguns estabelecimentos merecem ser destacados, pela qualidade na gastronomia e nos serviços oferecidos. Entre eles a Churrascaria Meu Cantinho, O Galpão Pegorini, Macarronada Italiana, e outros, internacionalmente conhecidos, como as redes de *fast food* Mac Donald's, com duas franquias na cidade (uma avenida Presidente Kennedy e outra no shopping Itaguaçu), Subway, Bob's, etc. Casa do Pão de Queijo, Mini Calzone e Myoshi, também são bastante procurados, tanto por consumidores locais, como por aqueles que estão em trânsito na cidade.

⁹⁵ Dados do Cadastro Econômico da Secretaria da Receita Municipal mencionam a existência de mil e cem bares e restaurantes em São José. Já a JUCESC, registra cadastro ativo de mil quatrocentos e dezenove empresas daquele tipo.

Também merece destaque empresas como Pizzarias e Cantinas Italianas da cidade, que fazem parte da rotina de muitos moradores locais, inclusive florianopolitanos. Situadas muito próximas umas das outras, as casas: Vó Luzia, Cia das Massas, Juca Pato, Parma Pizzaria, Yellows, La Toscana, Hipopótamus, Tio Patinhas, etc., constituem um mercado bastante promissor em circuitos gastronômicos que, nas devidas proporções, lembram ares de renome de cidades como São Paulo (Bexiga) ou Curitiba (Santa Felicidade), onde se tornaram referências, principalmente para fluxos de turistas.

Portanto, ao mesmo tempo em que competem entre si para atrair a clientela, aqueles estabelecimentos também se complementam, pois, cada um deles possui um diferencial, alguma especificidade, que faz com que as pessoas, dentro de suas preferências, os freqüentem. Uns por causa das massas, outros dos tipos de pizzas, alguns por funcionarem no sistema de rodízio, etc. Até o preço também é um fator atrativo bastante importante, que influencia na escolha do estabelecimento, inclusive chegando a competir com estabelecimentos florianopolitanos, notadamente com aqueles que estão localizados no próximo a área central da capital.

Com relação às lanchonetes, são diversas as opções para atender públicos diferenciados, com preços também bastante variados. Quanto às churrascarias, entre as mais conhecidas estão: Galpão Pegorini, Gaitaço, Meu Cantinho, Meneghini, Mein Haus, Tropolha Grill, Barriga Verde e Terra Firme.

Não se pode deixar de mencionar o Shopping Itaguaçu, que além de ser um local de diferentes consumos e lazer, também dispõe de número significativo de restaurantes e lanchonetes, oferecendo culinária diversificada em *fast food*.

A localidade da Ponta de Baixo também vem se constituindo como referência, quando se trata de gastronomia típica regional. Neste balneário de águas calmas (porém com indícios de poluição) e cenário indescritível, diversos bares e restaurantes oferecem pratos à base de frutos do mar (de procedência confiável). A típica comida de base açoriana se revela, assim, um tipo produto a ser comercializado, se destacando como o principal atrativo daquela localidade, que, gradativamente, tem sido recomendado como sugestão para a demanda turística.

A Ponta de Baixo é, portanto, uma daquelas áreas dos arrabaldes florianopolitanos que, se melhor refuncionalizado, e dentro um planejamento sustentável, tem potencial para atender às expectativas josefenses, assim como expandir e consolidar a rede de localidades sob a influência da capital catarinense.

Sob esses contextos verificou-se que de toda a infra-estrutura gastronômica existente no Município de São José, os estabelecimentos de bares e restaurantes que estão cadastrados na Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) são apenas os seguintes: Cafeteria São Paulo, Bobs's, Mac Donald's, Batatas e Poemas, Caravelas Bar e Restaurante, Boliche Pingüim, China in Box, Meu Cantinho Churrascaria, Galpão Pegorini, Companhia do Frango, Companhia do Mar, Boriba Grill.

Notadamente são relativamente poucos os estabelecimentos associados aquela entidade. Verifica-se então, que há falta de “preocupação” do setor com questões relativas ao aperfeiçoamento dos funcionários, da contratação de mão-de-obra especializada e segurança alimentar. Esses dados, certamente, são diferenciais entre os indicadores na hora de se escolher um estabelecimentos, por parte das clientelas.

Por fim, pode-se dizer que são considerados serviços de alimentação turísticos, aqueles que se caracterizam pela adequação do atendimento ao turista, com cardápios em idiomas diferentes, culinária típica ou internacional, ou ainda aqueles que estão localizados nas “áreas turísticas” das cidades. Portanto, este ainda não é um mercado muito explorado no Município de São José.

O fato é que, a falta de infra-estrutura, de mão de obra especializada, segurança alimentar, qualidade nos serviços, bom atendimento, e mesmo de divulgação destes locais, muitas vezes acaba por restringir o desenvolvimento do setor. Neste caso afirma-se, grosso modo, que os equipamentos de alimentação ofertados naquele município atendem perfeitamente aos moradores. No entanto com relação aos turistas, ainda deixam a desejar.

Acredita-se assim, que as opções gastronômicas ofertadas no Município de São José, possuem potencial a ser explorado, inclusive turisticamente. Ressalta-se então, a importância do resgate permanente da gastronomia típica local, uma vez

que, hoje, praticamente ela só é encontrada expressivamente na área da Ponta de Baixo. Desta forma, esse tipo de alimentação não se caracterizará somente como um atrativo turístico para o município, mas, sobretudo, irá resgatar e valorizar a identidade cultural do lugar.

Contudo, para que a gastronomia possa se tornar, de fato, um chamariz para o município, se constituindo em forte atrativo turístico e contribuindo para seu desenvolvimento econômico, é preciso, antes de mais nada, uma tomada coletiva de consciência, acerca dos benefícios que atividade pode gerar. A partir daí todos os agentes, direta ou indiretamente envolvidos no setor, precisam entender que não basta apenas oferecer serviços, mas, que é preciso, também, conquistar clientes. Quanto a isso, é inevitável a presença e o apoio estatal através dos serviços da vigilância sanitária, bem como dos órgãos responsáveis pela fiscalização desses estabelecimentos, garantindo a qualidade nos produtos e serviços oferecidos.

3.3.3 Infra-Estrutura Urbana e Equipamentos de Apoio

Para que a atividade turística possa se desenvolver em um determinado lugar, é preciso que este disponha de infra-estruturas adequadas, principalmente no que diz respeito às condições de abastecimento de água, esgoto e sistema viário. Também são necessários outros serviços e/ou equipamentos de apoio, que são indispensáveis ao desenvolvimento não apenas à comunidade local, mas também, com capacidade para atender os fluxos turísticos, como agências bancárias, correios, supermercados, lojas, papelarias, postos de gasolinas, farmácias, hospitais, oficinas mecânicas, hotéis, restaurantes, pontos de táxi, entre outros. Todos esses tipos de serviços fazem parte do cotidiano josefense, e vários deles dizem respeito à infra-estrutura urbana do lugar e que se destacam:

- Transporte: São José não possui transporte urbano nem rodoviária, apenas duas sub-agências, uma da empresa Catarinense e outra da Reunidas;
- Energia Elétrica: É distribuída pela CELESC, para cerca de 64.581 consumidores (SEBRAE, 2002);
- Água: O abastecimento de água é responsabilidade da CASAN;
- Esgoto: O município possui rede de esgoto sanitário, que é tratado através de lagoas de estabilização;
- Lixo: A coleta do lixo no município é feita pela empresa Engepasa⁹⁶;
- Telefonia: As comunicações telefônicas são administradas pela TELESC Brasil Telecom, e GVT;
- Veículos de Comunicação: São José dispõe de duas Emissoras de Rádio - Luar (FM) e Guararema (AM), quatro Jornais Locais - Oi São José, Tribuna Josefense, Jornal Regional, Correio de Santa Catarina, uma Emissora de TV por assinatura - TV São José veiculado através da Viamax.

Esses dados, juntamente com outros já citados em passagens anteriores, são indispensáveis para a estruturação e o desenvolvimento de qualquer cidade. No entanto, sozinhos não são suficientes para caracterizar uma infra-estrutura turística. Para o fomento e desenvolvimento da atividade, alguns elementos devem ser levados em consideração, como a implantação de centros ou postos de atendimento e informações ao turista, agências de viagens, agências de turismo receptivo, diversidade nos meios de hospedagens e alimentação, centros de eventos, sinalização turística, espaços de lazer, atrativos turísticos consolidados, centros de compras e artesanatos, além de material divulgativo do destino, como *folders*, mapas, etc.

⁹⁶ Atualmente a questão do lixo está gerando polêmica no Município de São José, pois ao ser desvinculado do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), moradores afirmam que houve em 2007, aumento na taxa cobrada pela coleta. Muitos deixaram inclusive de pagar a tarifa, que em alguns casos, chega a ser 85% mais alta que o ano anterior.

Quanto a isso, observa-se uma carência muito grande no Município de São José, onde a falta destes equipamentos de apoio, associado a outros fatores, como a restrita divulgação do município e de seus atrativos, a pouca manutenção nos locais que são considerados “potencialidades turísticas”, além é claro, da grande influência exercida por Florianópolis, que, grosso modo, “rouba” as atenções, restringindo a vinda de turistas para São José.

Dados disponíveis no sistema de cadastros – CADASTUR – do Ministério do Turismo (disponível em www.cadastur.turismo.gov.br) referentes aos prestadores de serviços turísticos no Município de São José, indicam os equipamentos registrados, conforme está dispostos no Quadro 06.

QUADRO 06 – Oferta de Serviços Turísticos no Município de São José,
Cadastrados no Ministério do Turismo

NOME DA EMPRESA	TIPO DE SERVIÇO
Encanta Brasil Tur	Agência de Viagens
Franlau Turismo	Agência de Viagens
Hoffmatur	Agência de Viagens
Ideal Tur	Agência de Viagens
Ilhasul	Agência de Viagens
J. Jê Turismo	Agência de Viagens
Ondehospedar	Agência de Viagens
Santostur Transportes Ltda-Me	Agência de Viagens
Shopping Tur	Agência de Viagens
TLS – Viagens	Agência de Viagens
Veratur	Agência de Viagens
W Trip Viagens e Turismo	Agência de Viagens
Infoview	Agência Organizadora de Eventos
Innovar	Agência Organizadora de Eventos
Alexandre Turismo	Transportadora Turística
Opening Representações Turísticas	Transportadora Turística
Pendente	Transportadora Turística
Ricardo Turismo	Transportadora Turística

Fonte: Organizado pela autora, a partir de dados obtidos no Mtur (2007)

As empresas cadastradas no Mtur representam uma parcela dos equipamentos existentes no município. Entretanto além das que foram citadas, existem outras, que não aparecem naqueles registros, e que também compõem a

oferta de prestadores de serviços considerados turísticos em São José, como é o caso dos meios de hospedagens e os equipamentos de alimentação (bares e restaurantes), já mencionados em passagens anteriores. As agências e transportadoras turísticas identificadas, porém que não aparecem no CADASTUR, podem ser visualizadas no Quadro 07.

QUADRO 07 – Oferta de Outros Serviços Turísticos Existentes em São José

NOME DA EMPRESA	TIPO DE SERVIÇO
Acaturn	Agência de Viagens
Atlântico Sul	Agência de Viagens
Floritur	Agência de viagens
Lazetur Turismo	Agência de Turismo
Manubatur	Agência de Viagens
Rosar Tur	Agência de viagens
Via Brasil	Agência de Viagens
Cristal Festa	Organização de Eventos
Diferencial Com. e Eventos	Organização de Eventos
Estratégia	Organização de Eventos
Sul Brasil Prom. e Eventos	Organização de Eventos
Work Store Prom. e Eventos	Organização de Eventos
WT Produções	Organização de Eventos
Brenda Tur	Transportadora Turística
José Maciel Neis e Cia	Transportadora Turística
RB	Transportadora Turística
Transmacedo	Transportadora Turística

Fonte: Organizado pela autora (2007)

Pelas informações disponíveis é possível perceber que em São José só existem agências de viagens que trabalham com a emissão de turistas, não havendo nenhuma responsável pelos serviços receptivos. Notadamente este se constitui em fator negativo para o município.

Outros aspectos negativos são: a inexistência de casas de câmbio, a falta de guias turísticos, e a pouca e/ou inexistência de sinalização turística nos diversos locais mencionados ao longo deste estudo. Entre os fatores que restringem o desenvolvimento da atividade turística em São José, também está a falta de um

portal ou posto de recepção, orientação e informações aos turistas, com material de divulgação do município e pessoal qualificado e apto para atender diferentes tipos de visitantes, como também, a população local.

Com relação a isso, informações obtidas junto a Secretaria de Turismo do município confirmam que entre as metas para o ano de 2007 está a construção de um portal, denominado “Portal do Lazer”. No entanto, não se sabe, ao certo, qual será sua exata localização. Quanto ao material de divulgação dos atrativos locais, verificou-se a existência de alguns (Vide Anexo 04), embora não são comumente vistos circulando pelo município e/ou hotéis e restaurantes da região.

Contudo, a partir do que foi exposto até agora, acredita-se que São José possui diversos elementos que podem ser considerados atrativos para o município, e contribuir para o desenvolvimento do setor turístico, oferecendo serviços que, de modo geral, podem ser considerados de qualidade.

Nesse contexto grandes investimentos, resultado de parcerias entre o setor público e privado, possibilitaram em São José a construção de obras de infraestrutura, como aterros, avenidas e modernos edifícios. Entre eles destacam-se: a Avenida Beira Mar, o Centro Multiuso, e a Avenida das Torres. Outras ações de investimentos também estão sendo realizadas, como melhoria das estradas e aplicação de recursos em segurança.

Estes elementos são fatores que têm contribuído, significativamente, na criação de novos empreendimentos que, cada vez mais, estão inserindo São José no mundo globalizado. Portanto percebe-se que o Estado, na instância municipal, está participando das relações locais, contribuindo na produção do território, e inserindo aquele município ao chamado mundo global, onde São José se torna, também, elemento integrante da reprodução capitalista.

3.4 TURISTIFICAÇÃO E ESPAÇOS DE MODERNIDADE CONTEMPORÂNEOS: SÃO JOSÉ NA LÓGICA DO MUNDO GLOBALIZADO

Conforme ficou evidenciado ao longo deste trabalho, São José possui diversos espaços de lazer, públicos e/ou privados, distribuídos ao longo de sua extensão, que são constantemente refuncionalizados, reproduzindo a dinâmica e lógica das atividades do mundo capitalista.

São investimentos que estão sendo direcionados na construção de um território voltado para atender às exigências do mercado universal, onde há pontos de modernização, como se fossem “placas luminosas” que refletem as tendências contemporâneas, onde estes espaços, ao mesmo tempo em que parecem ser “únicos”, se revestem de características e formatos comuns a certos lugares, tendendo a uma homogeneização globalizada.

Nesse tempo que estamos vivenciando, que Santos (1996) chama de período técnico-científico-informacional, a velocidade, a renovação e a inovação, constituem-se nas mais importantes forças produtivas, agindo diretamente na transformação do espaço. Neste ínterim o espaço é constantemente produzido e reproduzido, revelando diferentes estágios do processo de mundialização.

Em São José, percebe-se que essas inovações concentram-se em maior número nos bairros de Campinas e Kobrasol. São também nestes bairros onde está significativa parte das atividades comerciais e também de serviços, como os restaurantes, bares, centros de compras, bancos, escritórios, supermercados, etc.

Sob este prisma destaca-se como primeira manifestação de um local destinado ao lazer, que procurou trazer “ares de modernidade” para o Município de São José, o Shopping Center Itaguaçu. Inaugurado em 1982, está situado entre a confluências das BRs 282 (Via Expressa) e 101, e é passagem, quase que obrigatória, na região metropolitana da Grande Florianópolis.

Por se um empreendimento pioneiro⁹⁷, aquele shopping transformou-se em ponto de referência no tipo de comércio que empreende na região. Dispõe de aproximadamente cento e quarenta lojas, e gera, segundo a gerência, cerca dois mil empregos diretos e indiretos.

Atualmente com a inauguração de novos estabelecimentos do gênero na ilha (Floripa Shopping e Iguatemi), o Itaguaçu está procurando expandir suas estratégias, criando e modernizando suas instalações. Com acréscimo de 3.700 metros quadrados de área construída, o shopping está passando por reformas, e ganhará, brevemente, onze novas lojas, outras cinco salas de cinema e um restaurante, além de 250 vagas para estacionamento. Todo esse investimento, que está calculado em cerca de dez milhões de reais, tem como perspectiva de retorno em médio prazo, e está, também, dentro das novas perspectivas de concorrência que aquelas atividades tendem a gerar, notadamente como expansão de fluxos turísticos a partir de Florianópolis.

Nisso tudo, no que concerne aos shoppings, vale lembrar, que eles desenvolvem papel importante nas dinâmicas do lazer urbano. De acordo com Andrade (2001:94), eles “(...) recebem e têm condições de atender as pessoas de todas as faixas etárias e com os mais variados gostos”. Este autor diz ainda que os shoppings são locais de

(...) passeios, visitas e passatempo; de distração e perambulação; de encontro de amigos; de espaços para encontros sociais e de paquera; de circunstâncias especiais para higiene mental de todos quanto apreciam movimentação de pessoas e/ou necessitam apreciar situações múltiplas para desanuviar-se. Lazer, repouso e turismo juntam-se, em harmonia, nos sons e nos movimentos e imagens multidiferenciados que caracterizam os shoppings (ANDRADE, 2001:94).

Mas não é apenas isso. Estes modernos espaços de lazer também são destinados à aquisição e ao consumo cotidiano de bens. Dentro desta lógica percebe-se que cada vez mais, o uso do tempo livre tem uma “conotação

⁹⁷ Foi o primeiro shopping construído no Estado de Santa Catarina.

consumista”, seja de espaços de comércio, de serviços ou de lazer. Sobre isso, Rodrigues lembra, que na lógica atribuída ao tempo livre, este,

(...) torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo [...] A evolução da sociedade mostra que o tempo livre, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregados de novos valores (RODRIGUES, 1997:109).

Portanto assim como existem diferentes formas de “usos” e “consumos”, estas também podem ocorrer em espaços diferenciados, como se pode perceber na região do Kobrasol, a partir da construção do Calçadão (inaugurado em 2001), obra que mudou a imagem de uma das principais ruas do bairro (Avenida Lédio João Martins ou, como é mais conhecida “Avenida Central”).

O Calçadão possui usos bastante diversificados, sendo estes, retratos do bairro onde está inserido. Assim, ao analisa-lo, observou-se que além de ser um local de circulação, cercado por fluxos de pessoas, bens, mercadorias e serviços, também propicia à comunidade um espaço voltado ao lazer.

Costumeiramente se vê alguém tomando chimarrão, “jogando conversa fora”, “vendo” o movimento, paquerando, ou simplesmente descansando antes de retomar o trabalho. Aos sábados também acontece naquele local uma pequena feira de artesanato, que além de representar opção cultural para a comunidade josefense, artesãos da região têm a oportunidade de exercerem atividade lucrativa.

Contudo nota-se que os usos que se dão naquele local não estão totalmente consolidados, aptos a mudanças que poderão acontecer de acordo com as tendências obedecidas pela dinâmica do espaço. Assim, quaisquer que sejam os motivos pelos quais as pessoas utilizam-se daquele espaço, ele deve ser entendido como um espaço social, de integração, um lugar de encontro de diferentes estilos de vida, classes sociais e culturas.

O Centro Comercial Camelão aparece como outro importante local destinado a diferentes “consumos” na região, notadamente de lazer e compras. Localizado no bairro Campinas, o Camelão é um tanto diferente daqueles tradicionalmente

conhecido na Ilha (camelódromo). O local transformou-se em um mini-shopping, com ampla infra-estrutura, estacionamento, restaurante, cafeteria, salão de beleza, banca de revistas, ar condicionado, entre outros serviços que proporcionam aos visitantes, mais conforto e diversão, entre as diversas opções de consumo.

Em entrevista dada ao jornal Correio de Santa Catarina⁹⁸ o empresário Amilton José da Silva, que idealizou aquele centro de comércio, mencionou sobre as novas mudanças de hábitos e costumes dos consumidores. De acordo com ele a tendência é haver mudança nos horários dos comércios, a fim de dar mais opções aos consumidores (que segundo ele, são justamente as pessoas que trabalham o dia todo). Esta perspectiva revela que existe um projeto em transformar o Camelão (em um futuro breve), num espaço 24 horas.

Como se vê, essa iniciativa de acompanhar as tendências contemporâneas está atrelada às dinâmicas capitalistas, onde, cada vez mais, criam-se novas possibilidades, a fim de aumentar os fluxos de consumo. Nesses processos a expansão do tempo para consumo é uma estratégia para atrair novas demandas, oportunizando aqueles que trabalham o dia inteiro, condições de adquirir novas mercadorias em tempo integral. Esta, sem dúvida, se constitui em excelente oportunidade para práticas lazer, entretenimento e, conseqüentemente, de turismo.

Contudo verifica-se que de todas as opções existentes no Município de São Jose, a mais moderna e de maior impacto em proporção, é a Avenida Beira Mar, ou Avenida Litorânea (que trataremos com detalhamento a seguir). Neste local diversas modalidades de lazer são diariamente praticadas, como caminhadas, corridas, ginástica, etc. Lá também é costume andar de bicicleta, *roller*, skate, patinete, além de outras atividades e eventos que acontecem, como campeonatos, shows, carnaval e “esquentas”. Muitas pessoas também vão até à Beira Mar para encontrar amigos, olhar a paisagem, “pensar na vida”, tomar chimarrão, e até namorar.

Naquela Avenida se destaca o Centro Multiuso, o mais recente empreendimento inaugurado na cidade (março de 2006), e com a promessa de colocar o Município de São José na rota dos grandes acontecimentos, como os espetáculos artísticos. O centro de eventos também é referência quando se fala em

⁹⁸ Correio de Santa Catarina, de 10/09/2006 p. 03.

espetáculos artísticos. O centro de eventos, também é referência quando se fala em lazer. São 11,5 mil metros quadrados de área construída e capacidade para estacionamento de mais de mil veículos (Vide Figuras 40 e 41)



FIGURA 40 – Entrada Principal do Centro Multiuso

Fonte: Arquivo da autora (2006)



FIGURA 41 – Vista Lateral do Centro Multiuso

Fonte: Arquivo da autora (2006)

Construído com um custo orçado em pouco mais de dez milhões de reais, o centro multiuso pode comportar até seis mil pessoas em sua platéia, e dispõe de infra-estrutura versátil (quadras que se transformam em arquibancadas, por exemplo), em condições técnicas e apropriadas para grandes realizações (que já reuniram e ainda pretendam reunir grandes públicos). Possui um teatro em espaço separado, com capacidade para quase 900 espectadores. Sua entrada é independente, e o estacionamento é exclusivo.

Além de receber eventos esportivos o local pretende abrigar outros tipos, de cunho cultural, convenções, shows nacionais e internacionais, congressos, feiras de negócios, etc. Como se vê, este é um espaço tipicamente produzido e direcionado às condições de “fabricação de um lugar”, cujas intenções estabelecem conexão com usos pelo/para o turismo, que com seus desdobramentos, cria novas expectativas para os destinos locais/regionais, em relação ao potencial daquelas atividades.

Quanto ao Centro de Atenção à Terceira Idade – CATI –, ou “Cidade do Idoso” como é mais comumente conhecido, este é, de acordo com o *site* na UNISUL⁹⁹ (Universidade do Sul de Santa Catarina), um local de “encontros e relações, fomentado por atividades diversas voltadas para a pessoa idosa”. Localizado na Avenida Beira Mar, oferece aulas de ginástica e dança, lazer, cultura e assistência à saúde, buscando proporcionar qualidade de vida aos idosos do município.

Contudo, em termos de revelar ares de modernidade, dois prédios que não passam despercebidos são destaque em São José: o Fórum do Município e o Centro Empresarial Terra Firme. Situados ao lado do shopping Itaguaçu e do prédio da Prefeitura, ambos chamam a atenção e se destacam entre todos os demais, por seus designers futurísticos (Vide Figura 42 e 43), acompanhando a tendência da moderna e discutível arquitetura mundial. Pode-se, inclusive, dizer que estes empreendimentos, juntamente com Centro Multiuso, representam ícones da modernidade no Município de São José, e revelam, em suas aparências, não apenas uma tendência de desenvolvimento da indústria da construção civil, mas,

⁹⁹ Disponível em www.unisul.br.

toda uma ideologia de superação aos “traços atrasados” do antigo centro histórico. Nessa refuncionalização e transferência de atividades da área central da cidade, a dinâmica do lugar atrai uma “valorização de paisagem”, e cria um ambiente de fluxos, ente os quais os de interesses turísticos, e estarão entre aqueles que poderão consumir novas mercadorias.



FIGURA 42 – Fórum Municipal

Fonte: Arquivo da autora (2006)



FIGURA 43 – Centro Empresarial Terra Firme

Fonte: Arquivo da autora (2007)

Diante do quadro apontado, observa-se que estes elementos, em conjunto, são suficientes pra evidenciar como São José está se inserindo nas tendências globais de mundialização, acompanhando a evolução e modernização nos serviços e infra-estrutura tecnológica. São, de fato, várias horizontalidades e verticalidades, que aumentam a articulação da escala local com consumos globais.

Assim, o município, que tem recebido maciços investimentos em infraestrutura, possui como vantagem sua localização estratégica, pois está nas rotas de entrada de Florianópolis e no traçado da BR-101, que corta seu território no sentido norte-sul. Desta forma São José se torna uma artéria importante no “Corredor Mercosul”, que tem em seu trajeto, uma das áreas mais desenvolvidas do Estado de Santa Catarina.

3.5 EQUIPAMENTOS DE LAZER: O CASO DA BEIRA MAR DE SÃO JOSÉ – ALGUNS COMENTÁRIOS

O grandioso projeto que transformou a orla marítima sul do Município de São José na “Beira Mar Continental” (Vide Figura 44), como assim é denominada, trata de uma obra decorrente das novas possibilidades de aterros sobre a baía sul. Este empreendimento público (apesar de amplamente questionável), apresenta usos diversificados, tanto para especulação imobiliária, como para fins de lazer e turismo.

Inicialmente chamado de Projeto de Desenvolvimento Urbano da Angra de São José, a construção da Beira Mar (em local antes praticamente abandonado, que servia inclusive como depósito de lixo - Vide Figura 45), surgiu com a finalidade de solucionar parte do sistema viário na Grande Florianópolis, desafogando o intenso tráfego rodoviário local, e interligando os Municípios de Florianópolis, São José e Palhoça, em direção ao sul do estado.



FIGURA 44 – Vista Parcial da Avenida Beira Mar Após o Aterro
Fonte: Arquivo da autora (2006)

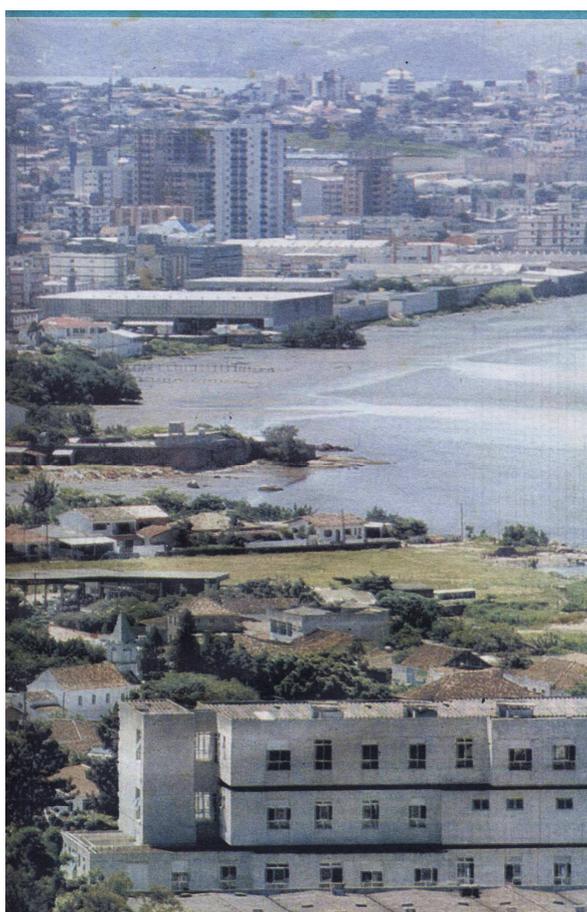


FIGURA 45 – Vista da Beira Mar antes do Aterro
Fonte: Diário Catarinense (19 de março de 1998 p.1)

A proposta original, orçada em trinta milhões de reais (O ESTADO¹⁰⁰ 1999:8), consistia na construção de um aterro hidráulico-mecânico, que serviria de substrato para a construção da Avenida Beira Mar. Com extensão de 4,5 quilômetros, o projeto iniciava-se no trevo de Capoeiras, e ia até a localidade da Ponta de Baixo, passando pelos bairros de Campinas, Kobrasol, Praia Comprida e pelo Centro Histórico de São José.

Em síntese o projeto se constituía de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Governo Federal, e baseava-se na construção de uma via rápida com seis pistas, que percorreriam toda a orla marítima do município. Posteriormente seria feita a ligação com o Município de Palhoça. Também estava prevista a construção de calçadão, pista de ciclismo, praças, píer, vila gastronômica, serviços de hotelaria, além da implantação de diversos equipamentos de esporte, lazer, e cultura. Estes investimentos começariam a impulsionar o mercado imobiliário local e no seu entorno, passando a incentivar outras atividades, como o turismo.

No entanto este ambicioso empreendimento não saiu do papel, pelo menos não daquela forma. A falta de jazida de areia para a realização do aterro provocou o embargo da obra¹⁰¹. Assim, após ser alvo de muita polêmica, discussões, especulações, ações judiciais e embargos, o projeto da Beira Mar foi substituído por outro, denominado “Via Litorânea”.

Esta foi a solução encontrada pelo então prefeito do município, Dário Berger, para alcançar a licença ambiental, tão necessária para dar início as atividades de construção. O novo projeto, com as modificações e alterações necessárias, representou trinta por cento do original. Agora com apenas três pistas, que percorreriam três quilômetros, a obra teria início na altura do Rio Araújo (divisa com Florianópolis) no bairro de Campinas, e chegaria até o bairro Ponta de Baixo.

A diferença entre as duas propostas, de acordo com o Jornal O Estado¹⁰², é que a Via Litorânea iria requerer menos aterro: “A quantidade de aterro necessário reduz de 4 milhões de metros cúbicos para 1 milhão de metros cúbicos. Outra

¹⁰⁰ Jornal O Estado, de 07 de abril de 1999 p. 08, Caderno Geral.

¹⁰¹ Inicialmente, seria utilizada como “área de empréstimo” para retirada de areia, a jazida de Tipitinga, na Tapera, a mesma que foi utilizada na construção da Via Expressa Sul em Florianópolis. No entanto, a jazida estava embargada pelo Ibama, o que impediu a execução da obra.

¹⁰² Jornal o Estado de 1ª e 2 de maio de 1999.

vantagem: pode ser executada com aterro mecânico”. Assim o aterro foi feito com sedimentos retirados da baía em frente à atual avenida, por meio de dragagem. Contudo o que mais se destacou foi a diferença de custos entre as duas propostas. O que antes sairia por trinta milhões de reais, possivelmente passaria a custar apenas sete milhões.

A construção da Via Litorânea teve início em janeiro de 2000, e a primeira etapa foi inaugurada em março de 2004 (nas comemorações do aniversário da cidade). De acordo com o Jornal Diário Catarinense, a obra foi entregue com:

(...) 359 mil metros de aterro, pista com três faixas de rolamento, calçada com cinco metros de largura, ciclovia com três metros, pista de skate, praça com acesso a para portadores de deficiência e rampa na praia para entrada de barcos (DIÁRIO CATARINENSE, 2004:7)¹⁰³.

Popularmente chamada de Beira Mar, a Via Litorânea foi avaliada em vinte milhões de reais, ou seja, quase que o triplo do valor previsto. Porém nem tudo na obra saiu conforme se esperava, pois, em 2002 a justiça concedeu uma liminar aos moradores que fazem parte da Associação do Centro Histórico, que moveram uma Ação Civil Pública, denunciando várias irregularidades. Entre elas estavam os prejuízos que a obra iria causar ao meio ambiente, além da descaracterização que provocaria no Centro Histórico¹⁰⁴. O trecho que passava pelo Centro Histórico, e se estendia até a Ponta de Baixo, foi embargado.

A questão aqui apresentada não é de assumir posicionamento contrário ou a favor da continuação das obras até o bairro Ponta de Baixo, como estava previsto. O que se pretende é discutir o assunto, uma vez que o Centro Histórico é um relevante Patrimônio Histórico-Cultural, um símbolo vivo da cultura, da memória e da identidade do lugar, e por isso precisa ser preservado.

¹⁰³ Jornal Diário Catarinense de 19 de março de 2004. Caderno Especial de aniversário p.7).

¹⁰⁴ Vale lembrar que com as diversas transformações que o município passou ao longo dos anos, o Centro Histórico sofreu intervenções, que descaracterizaram suas características iniciais. Notadamente o que é mais visível são as construções do prédio da Prefeitura Municipal (hoje Câmara dos Vereadores) e do Ginásio de Esportes, em local onde havia um campo de futebol. Grosso modo, as novas edificações formaram uma barreira, obstruindo a paisagem e modificando a relação que aquela comunidade tinha com o mar.

Nessas condições chama-se a atenção para o cuidado em que se deve ter quando se planeja e se executam obras daquele porte, evitando que desapareçam importantes registros da história em “nome do progresso” e da “modernidade“. Esse movimento provoca o desaparecimento das marcas e referências do passado histórico, presente nas construções, nas fachadas, nas ruas e praças, transformando toda a paisagem urbana (FIGUEIREDO, 2005). Foi o que já ocorreu em São José, com a demolição de pelo menos três casarios antigos, além de tantas outras edificações.

Torna-se evidente então, que a falta de políticas públicas claras neste setor possibilitam grandes e irreversíveis perdas arquitetônicas para o município, fato que levou o atual prefeito, Sr. Fernando Elias, a decretar o tombamento de vinte e dois bens históricos no ano de 2005. Alguns locais como o Theatro Adolpho Mello e a Igreja Santa Filomena, agora são monumentos considerados histórico-arquitetônicos pelo município¹⁰⁵.

Por sua vez percebe-se que deveria ser função do poder público preservar tais patrimônios. No entanto, o que se vê é justamente ao contrário, ou seja, alguns representantes conjunturais do poder público agindo de acordo com interesses discutíveis e momentâneos. Verifica-se, portanto, a existência de “alianças” entre o Estado e o mercado imobiliário na construção de “novos espaços”. Notadamente os dois agentes se unem na intensificação do processo de incorporação de determinadas áreas, que são, em algumas situações, de interesse comum entre ambos. Portanto, o Estado assume o contraditório e duplo papel de favorecer a concentração e a conseqüente especulação imobiliária¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Outros monumentos também foram tombados, como: Igreja do Bonfim (Centro Histórico), Igreja da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos (entrada da Ponta de Baixo), antiga Casa da Câmara e Cadeia (Centro Histórico), Sobrado da Casa de Cultura Estácio de Sá (Centro Histórico), Sobrado do Arquivo Histórico Municipal de São José (Centro Histórico), Sobrado estilo colonial com escadaria (Centro Histórico), Fonte da Carioca e Tanque de lavagem de roupas (Centro Histórico), Casario da Rua Gaspar Neves (Centro Histórico), Casarão antiga sede do Clube Recreativo 1º de Junho (Centro Histórico), Casa em frente ao Corpo de Bombeiros (Praia Comprida), Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros (Ponta de Baixo), Bar Praça 11 (Praia Comprida), Píer do Rio Maruim (Ponta de Baixo), Usina de Geração de Energia do Sertão do Maruim, Casa em estilo Germânico (Sertão do Maruim).

¹⁰⁶ Entre as atuações do estado, está a sua interferência na mudança da legislação, criando novas leis e alterando antigas. O estado também age criando mecanismos que permitam o remembramento de terrenos urbanos, além de ter o poder de aumentar o coeficiente edificável.

Assim sendo, a Beira Mar de São José é um exemplo claro dessa atuação do Estado. O mesmo assumiu e dirigiu os processos de desapropriação dos terrenos, além de implantar as infraestruturas necessárias. Desse modo,

(...) sob a forma de renovação urbana as transformações necessárias a reprodução do capital aparecem travestidas de necessidade social imposta pelo Estado enquanto de 'interesse público'(...) o Estado interfere na reprodução espacial, não apenas redefinindo usos e função do espaço, mas alterando, substancialmente a prática espaço-temporal (CARLOS, 2003:14).

Contudo após o aterro, muitos moradores e proprietários de comércios e terrenos na região próxima a Beira Mar tiveram seus bens comprados por grandes construtoras e/ou outros investidores que, se ainda não começaram, têm grandes planos de investimentos futuros no local. Confirma-se assim, que o espaço se reproduz enquanto mercadoria, sob a forma de áreas incorporáveis pelo mercado imobiliário.

Vale ressaltar, que diversos empreendimentos que já antecederam a Beira Mar, acabam por se aproveitar desta obra pública, e “usufruem” de sua localização privilegiada, transformando um espaço público em privado. Isso acontece quando se utilizam deste espaço para fins particulares, como, por exemplo, utilizando-se dele para fazer estacionamento de seus estabelecimentos.

Enfim, são muitos descasos que deveriam ser repensados e analisados, e que merecem mais atenção do poder público. Entretanto, no que diz ainda respeito à discussão que concerne na passagem da Avenida Beira Mar pelo Centro Histórico, acredita-se que, por ora, a conclusão da obra na forma prevista não seria de grande eficácia, visto que o maior problema do trânsito se concentra nos bairros de Campinas e Kobrasol, atingindo maior expressão no máximo até a Praia Comprida, locais estes onde os fluxos de comércio são mais intensos. Num futuro, uma melhor solução técnica poderá viabilizar a expansão da via em direção ao bairro Ponta de Baixo e Município de Palhoça, com suas conexões pela BR-101 e demais áreas do sul do estado.

Desta forma o discurso inicial e politiquero de que a Beira Mar seria a “solução total” para os problemas do sistema viário da região demonstrou-se um tanto ilusório, pois, aquela alternativa, criada para resolver problemas do trânsito no município, não se mostrou eficaz nem mesmo adequada, fazendo com que a população ainda pouco se utilize para a circulação de automóveis. Quanto a isso, Silva (2003: 7), diz que aquela via:

(...) não teria, em hipótese alguma, a capacidade de promover a integração do sistema viário da Grande Florianópolis, como prevê o EIA e conforme justifica o Poder Público do Municipal de São José, por se tratar de uma via periférica, sem conexão com outras vias rápidas em suas extremidades (...) e com os municípios do Norte da Região.

Mesmo assim nota-se como pequenos fluxos de carros particulares, que passam pelo local, acabam por formar consideráveis filas, uma vez que no trecho atual que passa ao lado do rio Araújo em direção à Florianópolis, a situação causa afunilamento em duas pistas, por conta dos dimensionamentos estruturais ali existentes. Sem falar nos semáforos que articulam o trânsito com as avenidas Josué Di Bernardi, Presidente Kennedy e Beira Mar. Quando aberto para quem está passando pela Via Litorânea, indo em direção ao centro de Florianópolis, o tempo de passagem é tão curto, que não chega a dar vazão para tantos veículos, causando congestionamentos.

Nos horários de pico se formam intermináveis filas para todo os lados, criando um certo caos. E como se não bastasse, a Via Expressa, rodovia (BR-282) que liga a ilha ao continente, possui apenas quatro pistas (duas em cada sentido). Há bastante tempo, elas já têm se mostrando insuficientes para desenvolver o fluxo viário, que diariamente em dois turnos (de manhã e final de tarde), se estendem por diversos quilômetros.

Os problemas produzidos pelo tráfego de automóveis e as crescentes dificuldades de deslocamentos naquelas imediações. Elas surgem e até impõem que um outro sistema de transporte mais eficiente seja implementado, onde se acredita, por exemplo, que o hidroviação seria a alternativa mais viável no momento. Esta seria

uma forma de minimizar tais deficiências, até mesmo para que o fluxo de pessoas seja mais bem deslocado entre as localidades que participam daquela região.

A ligação entre os municípios do continente com a ilha, além de ser feita por terra poderia acontecer também por mar, nas Baías Norte e Sul, através de balsas ou catamarãs que realizariam a travessia de pedestres e/ou mercadorias. A viabilização desse meio de transporte já foi discutida em décadas recentes, porém, não saiu das intenções políticas e de projetos, como também da Secretaria da Prefeitura Municipal, nos últimos governos.

Definitivamente, falta decisão administrativa e vontade para enfrentar barreiras, entre as quais o monopólio de empresários do sistema de transporte, que parece não ter afinidades com medidas dessa realeza.

O que está se propondo, por ora, é a construção de terminais de transporte na região do aterro, na Beira Mar de São José (Via Litorânea). Isso, pois, acreditamos ser aquele o melhor local para acolher embarcações, visto ser uma região que compreende bairros densamente habitados. Quanto à ilha de Santa Catarina, um outro terminal hidroviário-urbano poderia ser articulado na Baía Sul, com micro-ônibus que realizariam os deslocamentos até a área central da cidade.

Considerando que os custos operacionais desta (possível) linha de transporte hidroviário (São José-Florianópolis, e vice-versa) são bastante baixos, ela constitui-se em importante alternativa a fim de contribuir para a resolução de diversos problemas urbanos, notadamente os produzidos pelos intensos fluxos do sistema viário no cotidiano dos moradores e nas eventuais formas de usos para lazer em atividades turísticas.

Ressalta-se também a importância para que órgãos responsáveis “despertem” quanto as necessidades de renovações e de adaptações das estruturas já existentes às novas possibilidades de formas e funções que emergem com o crescimento da população. Daí também a importância do planejamento urbano ser constantemente analisado e repensado, visando sempre articular e atender as demandas causadas pelas transformações do espaço urbano, articulado com interesses sociais.

Por fim, mas não menos importante, não se pode deixar de mencionar que, embora não tenha exercido a função esperada, a Beira Mar se tornou em excelente local destinado às práticas de lazer para a comunidade josefense, principalmente para os que residem em locais como Campinas e do Kobrasol. Estes bairros, densamente ocupados, já apresentam limitações, fruto da ocupação e da verticalização desenfreada, e provocam carências, no que diz respeito a locais destinados a práticas de exercícios físicos e de atividades realizadas ao ar livre.

A falta de áreas verdes, praças entre outros logradouros públicos e/ou privados, destinados ao lazer e ao convívio da população, é claramente visível na paisagem urbana de São José, cujo território estruturou-se nos últimos tempos em função das atividades comerciais e de serviços. Nesse contexto a região da Beira Mar absorve boa parte da demanda existente, pois, além de infra-estrutura para caminhadas, corridas, ginástica, etc., ainda dispõe de ciclovia, pista de *skate*, quadra esportiva, entre outros equipamentos de lazer. No futuro, com o desenvolvimento turístico, outros imobiliários urbanos poderiam ser introduzidos, como forma de complementar as necessidades locais.

Contudo percebe-se que a Beira Mar de São José, por seus diferentes usos, está se estruturando como um espaço de múltiplas funções, com ambientes destinados à cultura e ao lazer, entretenimento, estudo, comércio e trabalho. Isso já pode ser observado a partir dos diferentes tipos de empreendimentos que lá estão se instalando, como Centro Multiuso, CATI, Clubes, Instituições de Ensino (em construção), além de outros estabelecimentos ligados a atividades de comércio (supermercados, revendedora de veículos, loja de materiais de construção, etc).

Portanto o aterro apresenta-se como uma oportunidade para dinamização de empreendimentos de diversos tipos de atividades, entre as quais, aquelas ligadas também ao setor turístico. Assim, diante da demanda de novos investimentos, empresas do ramo hoteleiro estão entre os possíveis e prováveis equipamentos a vierem se instalar naquele local, apresentando-se com possibilidades de realização de viáveis negócios. Isso, se levado em consideração as finalidades dos tipos de serviços, atrativos, demandas e, sobretudo, padrões de sustentabilidade às peculiaridades sócio-ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município de São José tem passado por várias transformações ao longo das últimas décadas, causadas, principalmente, por influências do processo de urbanização acelerada na região da Grande Florianópolis, que resultou na constituição de uma ampla área conurbada. Desta forma, assumindo características de pólo econômico de atração de migrantes desde década de 70, São José, assim como Palhoça e Biguaçu, se transformou em eixo de expansão urbana/metropolitana.

As transformações que lá ocorreram, em diferentes níveis (econômico, político, social, etc.), bem como as estratégias de desenvolvimento de capital para sua hinterlândia, contribuíram para o crescimento do município, permitindo significativa expansão demográfica, que se revela hoje, através de acelerado processo de verticalização.

Neste contexto a falta de planejamento urbano e muitas vezes até a omissão do Estado, vem provocando outros problemas de ordem social, como crescimento da violência, prostituição, tráfico de drogas, miséria, além de tipos de ocupação desordenada em quase todo o território josefense. Isso desencadeou numa certa desorganização de usos territoriais e inadequação de infra-estrutura, que restringiu, significativamente, os espaços de lazer e as áreas destinadas a atividades ao ar livre no município.

Contudo ficou evidenciado que muito embora alguns bairros de São José já estejam saturados, como é o caso de Campinas e Kobrasol, pelas tendências de inchaço urbano, é possível notar que a expansão da cidade ainda está ocorrendo, através de demolições e da construção de grandes edifícios, e, aliado á outras manifestações de crescimento do município, estas, fomentam a geração de necessidades para a produção de espaços (públicos e/ou privados), possíveis de usos em tempo livre (lazer, entretenimento e turismo).

Além disso, tem se verificado, nas últimas décadas, que o resgate de manifestações histórico sócio-culturais (cultura de base açoriana, preservação do

patrimônio histórico), através de festas, feiras e outros eventos, têm servido de estratégias para viabilizarem empreendimentos em São José, muitos dos quais, estão associados às perspectivas de novas condições “impostas” pelos tentáculos da urbanização e de desenvolvimento turístico de Florianópolis. São iniciativas que, por ora, podem ser caracterizadas de repercussões locais, mas têm suas estratégias articuladas às possibilidades de complementaridades aos tipos de fluxos articulados pela capital.

Nesses processos observou-se que no Município de São José já se está almejando incrementar a economia municipal através das receitas que podem ser geradas pela atividade turística, e das novas oportunidades que conseqüentemente daquelas atividades podem surgir.

Assim, através da sistemática de C.D.P., foi possível fazer um (re)conhecimento dos espaços produção e consumo de lazer e turismo em São José, bem como identificação de fatores que limitam o desenvolvimento daquelas atividades no município.

Os levantamentos realizados permitiram uma leitura sintética da realidade josefense, onde se constatou, grosso modo, que o município não apresenta ainda uma oferta adequada de equipamentos de lazer (públicos e/ou privados), tanto na quantidade como na qualidade, que atenda a população em geral. Os poucos existentes não estão distribuídos de forma minimamente concentrada no município, estando presentes nas áreas mais centrais da cidade, se contrastando com os setores que apresentam alto grau de exclusão social, já que esses compreendem as áreas de maior carência e que, por sua vez, são aqueles onde mais necessitam da instalação de tais equipamentos.

Dessa forma a escassez e os esgotamentos de terrenos nas áreas centrais para a construção de novos espaços de lazer, constitui-se num dos maiores desafios para o Município de São José, a fim de se criar alternativas de entretenimento para a população e, é claro, contribuir para que os espaços já existentes se mantenham e continuem preservados nos diversos tipos de usos públicos.

Contemplando esta visão, acredita-se que embora existam diferenciações presentes em cada realidade, o turismo pode se constituir em importante aliado,

capaz de reinventar e criar novas funções, recuperando antigas práticas e bens culturais, e possibilitar a revitalização de áreas já devastadas e/ou má conservadas.

No entanto é preciso lembrar dos possíveis impactos que podem advir a partir do desenvolvimento desta nova atividade, pois o turismo tende a produzir mudanças sócio-espaciais, muitas das quais, negativas, especialmente no que se refere a sustentabilidade dos locais onde são implementados equipamentos e fluxos, induzindo a fortes descontentamentos.

Mesmo assim, acredita-se que se houver interesse e preocupação do poder público, juntamente com a participação de outros atores sociais na organização de estratégias para o desenvolvimento e difusão da atividade turística planejada, ela poderá sim, trazer muitos benefícios para todos.

Ficou então evidente através das opções hoje existentes no Município de São José, como por exemplo, em locais do Centro Histórico, do aterro da Beira Mar, na região da Ponta de Baixo, e até mesmo na Escola de Oleiros, entre outros, que estes atrativos se destacam não apenas pelo seu potencial histórico-arquitetônico-cultural, mas, por se constituírem em importantes fixos para o desenvolvimento de fluxos turísticos.

Todavia o turismo, assim como o espaço, “(...) não resulta da soma das partes (...)” (RODRIGUES, 2001:74), mas de uma totalidade, onde cada uma de suas partes são elementos, que nos dizeres de Santos (1985:7) “(...) se entrelaçam, fundem-se e se confundem, contêm-se uns nos outros e são por eles contidos”. Desse modo, não são apenas os atrativos que constituem o produto turístico. O desenvolvimento da atividade requer, como um todo, suportes, em termos de infra-estruturas, como por exemplo, acomodação, alimentação, transporte, comunicação, segurança, dentre outros elos dessa cadeia produtiva.

Quanto a isso, tem se observado mais recentemente em São José que diversos investimentos têm sido feitos, refletindo o aumento das preocupações por parte do poder público, com relação ao melhoramento e a modernização da infraestrutura local. Além disso, percebe-se que algumas ações pontuais estão sendo estruturadas, na tentativa de inserir, definitivamente, aquele município nos circuitos turísticos do estado. Entre elas destaca-se a produção de materiais para divulgação,

como *folders* e mapas, e a criação de uma feira de artesanato local, “Feio a Mão”, que está programada para acontecer todos os sábados, no estacionamento do prédio da Prefeitura. No entanto outras ações de maior relevância ainda deverão ser realizadas, como a revitalização do Centro Histórico, a construção de um portal turístico, denominado “Portal do Lazer”, a definição de um Plano para o desenvolvimento do turismo, a criação de circuitos para visitas na cidade, e a reformulação do *site* da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José.

Outro aspecto aqui destacável, que talvez esteja contribuindo negativamente para o desenvolvimento da atividade turística, é que o município não dispõe ainda de nenhum banco de dados e/ou mesmo um controle da existência de fluxos turísticos. Ou seja, não sabe dizer, precisamente, quantos e quais serviços se beneficiam atualmente com esta atividade. Essa se constituiu, certamente, em uma das maiores dificuldades e entraves na realização de estudos e pesquisas como esta, pois se tornou difícil encontrar dados precisos e consistentes, com grau de confiabilidade, pois nem os órgãos ligados ao *trade* turístico, nem mesmo a Secretaria de Turismo do Município dispõem de um cadastro minimamente atualizado, e esta situação só reforça a necessidade urgente de se definir estratégias vinculadas à formação e complementação de um sistema de informações competente.

Em resumo, ficou evidenciado que o Município de São José tem muito que fazer, se realmente almeja “usufruir” dos benefícios a serem gerados pelo turismo, começando por definir adequadas políticas públicas, como:

- ✓ Captar parcerias entre instituições públicas, privadas, faculdades e empresas do setor do turismo, com a finalidade de promover o desenvolvimento da atividade turística;
- ✓ Propor, orientar e apoiar novos empreendimentos turísticos; do ponto de vista técnico, econômico-financeiro e operacional, com o objetivo de garantir um padrão de qualidade;
- ✓ Elaborar plano municipal de desenvolvimento turístico;

- ✓ Desenvolver roteiros municipais que atendem para as características e atrativos da região elaborando visitas técnicas para a realização/criação desses roteiros, envolvendo segmentos do *trade* turístico;
- ✓ Elaborar material divulgativo para o turista real e consumidor potencial;
- ✓ Promover palestras junto à comunidade local, no sentido de sensibiliza-la quanto à importância da atividade turística para o município como um todo;
- ✓ Promover cursos para a qualificação dos agentes e tipos de serviços prestados na área do turismo;
- ✓ Organizar os atrativos locais para o efetivo "consumo", definindo locais e estruturando roteiros no município;
- ✓ Criar instrumentos de monitoramento e realizar avaliações técnicas, da oferta turística;
- ✓ Desenvolver eventos com outras secretarias viabilizando ações comuns de promoção, na tentativa de estruturar uma interligação econômica e turística;
- ✓ Divulgar o turismo local no município promovendo cursos, palestras e eventos nos pontos turísticos, para a população local e os demais interessados, sensibilizando-os sobre o potencial do turismo no município;
- ✓ Divulgar as ações/empreendimentos de sucesso aos potenciais investidores;
- ✓ Trabalhar a imprensa no sentido de valorizar potencialidades e imagens positivas do município;
- ✓ Realizar e participar de eventos com a finalidade de divulgar os atrativos locais;
- ✓ Criar parcerias com o setor privado na divulgação do turismo
- ✓ Promover a realização de atividades de diversão para a população local, que possam, por sua vez, ser aproveitadas pelos turistas.

Esses elementos apresentados servem de recomendações, como tentativas de evitar buscas muitas vezes desenfreadas de exploração das oportunidades locais, a partir do turismo. Assim acredita-se que os ordenamentos que venham a se estabelecer, não propiciem perda das potencialidades, da cultura e da identidade local.

Por ora pode-se dizer que os atrativos existentes no Município de São José, bem como os espaços de lazer, estes, possuem potenciais de serem utilizadas não apenas para fins turísticos, mas, sobretudo, para usos cotidianos, por todos os cidadãos que moram ou transitam no município, criando possibilidades de complementar a economia local e as do pólo turístico de Florianópolis. Nesse contexto, o turismo também aparece como um aliado na tentativa de contribuir para minimizar tradicional e acentuado fenômeno que ocorre no litoral catarinense, que é a sazonalidade.

Nesta perspectiva a busca de novas modalidades de turismo, bem como a criação de novos destinos, contribuem para a diversificação das ofertas do estado e, principalmente, na região da Grande Florianópolis, que hoje já é o principal pólo atrativo de demandas em Santa Catarina. Estes locais constituem-se assim, em importantes roteiros, a fim de complementar e diversificar o já consolidado “turismo de sol e praia”. A área continental catarinense, inserindo-se aí São José, se torna uma potencial “região turística” alternativa, de apoio aos atrativos oferecidos tradicionalmente, na área central, ou balneários da Ilha de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. D. A. Sobre a memória das cidades. In: **Território**, AGET/UFRJ: n.4, p.5-26, Jan/Jun. 1998.

ANDRADE, D. M. M. **Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981. 172p.

ANDRADE, J.V. **Gestão em lazer e turismo**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001. 172p.

ARQUIVO VELHO BRUXO DA ILHA. Disponível em: www.ufsc.br/~esilva. Acessado em set/out. 2006.

Ávila, M. A. **El ocio activo como factor de atracción turística em la ciudad de Florianópolis**. Tesis doctoral en Turismo y Desarrollo Sostenible. Las Palmas de Gran Canaria, Espanã, 2003. 209p.

BARRETO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1991. 108p.

_____. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1995. 164p.

BECK, A. **As comunidades litorâneas e a influência cultural açoriana**. Relatório de Pesquisa DCS (Departamento de Ciências Sociais) – SEESC. Florianópolis, 1984.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 9ª edição. São Paulo: Ed. do Senac, 2003. 523p.

BOULLÓN, R. C. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. Bauru, SP: Ed. EDUCS , 2004. 208p.

_____. **Os municípios turísticos**. Bauru, SP: EDUCS, 2005. 154p.

BUSS, M. D.; SHEIBE, L. F.; FURTADO, S. M. A. São Pedro de Alcântara: paisagem e rupturas In: **Geosul**, V. 1, n. 34, p. 155-182. Florianópolis, Ed. da UFSC, jul/dez. 2002.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. 3ª edição. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1987. 504p.

CADASTUR. Disponível em: www.cadastur.turismo.gov.br. Acessado em 02/03/07.

CAMARGO, K. B. R. de & SILVA, C. H. C. da. O turismo no município de Presidente Epitácio: produção e consumo do espaço In: **Geografia**, V. 30, n. 2, p. 241-254. Rio Claro, SP: Ed. Ageteo, mai/ago. 2005.

CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. 100p.

CAMPOS, N. J. de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1989. (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana) 215p.

_____. Jose de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991. 162p.

_____. (Coord.) Et al. **O urbano e a urbanização de São José: aspectos sócio-ambientais**. Florianópolis, 2004 (Relatório de Pesquisa – Funpesquisa/UFSC).

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. 150p.

_____. O consumo do espaço In: **Novos caminhos da geografia**. Org. Ana Fani Alessandri Carlos, p. 173-186. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

CASTELLI, G. **Turismo: atividade marcante do século XX**. 2ª edição. Caxias do Sul: Ed. EDUCS, 1999. 127p.

_____ **Administração Hoteleira**. 9ª edição. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. 731p.

CASTROGIOVANI, A. C. & GASTAL, S. Turismo para um novo milênio: as cidade como sites de excitação turística In: **Turismo urbano: cidades, sites de excitação turística**. p. 5-8. Porto Alegre: Ed. dos autores, 1999. 138p.

CORIOLOANO, L. N. M. T. & SILVA, S. C. B. de M. e. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.174p.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2003. 94p.

_____ **Região e organização espacial**. 7ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2002 (Série Princípios). 93p.

CORREIO DE SANTA CATARINA, Jornal. Projeto agora é transformar o camelão em espaço 24 hs. p. 3. São José, 10 ago/2006.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Roca, 2001 107p.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2000. 336p.

DIÁRIO CATARINENSE, Jornal. Suplemento Especial - A terra é firme e o nome é santo. Oleiros estão em extinção. p. 9 Florianópolis, 19 mar/1997.

_____ São José 248 anos - Capa. p.1. Florianópolis: 19 mar/1998.

_____ São José origens e destino de uma cidade industrial – Republicanos tomam o poder. Viajante alemão relata belezas naturais de São José. Caderno nº 6, p. 2. Florianópolis: 24 mar/1999.

_____ São José origens e destino de uma cidade industrial – A história preservada. Casa de câmara e cadeia é raridade no sul do país. Caderno nº 11, p. 6. Florianópolis: 29 mar/1999.

_____ Visor – Memória: São José da terra firme. p. 3. São José 254 anos: Avenida beira – mar sonho da população se torna realidade. Sonho josefense agora é real. p.7. Florianópolis, 19 mar/2004.

_____ Geral – Uma década de mau cheiro em São José. p. 20. Florianópolis, 17 jun/2006.

_____ Visor – Memória catarinense. p. 3. Florianópolis, 27 jul/2006.

DIAS, J. C. S. A atuação do mercado imobiliário na valorização do Rio “de frente para o mar” In: **Novos caminhos para velhos problemas: a geografia no programa de educação tutorial**. p.103-118. Orgs. Miguel Ângelo Ribeiro & Gláucio José Marafon. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2005.

DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. 2ª edição. São Paulo e Rio de Janeiro: Ed. Difusão Editorial S.A., 1975. 121p.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976. 333p.

_____ **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979. 259p.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO (EMBRATUR). Disponível em: www.braziltour.com. Acessado em 20/10/06.

ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO. **Metodologia para elaboração do Plano Diretor**. Curitiba: Instituto de assistência aos Municípios do Estado do Paraná, 1993. 29p.

EXAME, Revista. Anuário. p. 90-91. Ed. Abril, 2007/2008.

FARIAS, V. F. **De São José aos Açores – 252 anos – em busca das raízes**. Florianópolis: Ed. do autor, 2002. 438p.

_____. **256 anos em busca de raízes**. 2ª edição. São José: Ed. do autor, 2006. 479p.

FERREIRA, S. L. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998. 122p.

FIGUEIREDO, L. C. **Memória e experiência de uma cidade do Paraná: o caso de Maringá**. Florianópolis: UFSC, 2005. (Tese de Doutorado em Geografia Humana) 210p.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (FATMA). Disponível em www.fatma.sc.gov.br. Acessado em 01/02/07.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ. Disponível em www.ctpmsj.sc.gov.br. Acessado em nov/dez 2006 e jan/fev/mar 2007.

GASTAL, S. O produto da cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo In: **Turismo urbano: cidades, sites de excitação turística**. Orgs. Antônio C. Castrogiovani e Susana Gastal. Porto Alegre: Ed. dos autores, 1999. 138p.

GERLACH, G. e MACHADO, O. **São José: breve história da cidade e seu teatro**. Edição especial. São José: Ed. Canarinho, 1982.

GRUPO SANTA PAULA. Disponível em www.stapaula.com.br. Acessado em 12/04/2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico de Santa Catarina de 2000. Rio de Janeiro 2000.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1999. 135p.

INFRAERO. Disponível em www.infraero.gov.br. Acessado em 12/06/06.

KONDER, L. **O que é dialética**. 8ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos). 87p.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Ed. Claridade, 2003. 93p.

LAGO, P. F. **Santa Catarina: a terra o homem e a economia**. Ed. da UFSC, 1968. 378p.

LEVÉBVRE, H. **La Production de L'espce**. Paris: edittion Antropus, 1984.

_____ **La Revolucion Urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

LEITE, C. B. **O século do lazer**. São Paulo: Ed. LTR, 1995. 128p.

MACHADO, E. V. **Turismo: uma avaliação da realidade sergipana – abordagens geográficas, exploratórias como subsídios de planejamento**. Florianópolis: UFSC, 1985. Monografia (Especialização). 488p.

_____ **Florianópolis: um lugar em tempo de globalização**. São Paulo: F.F.L.C.H./USP, 2000. (Tese de Doutorado em Geografia Humana) 272p.

_____ Elementos da produção do espaço urbano florianopolitano na contemporaneidade In: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia, VI, 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2005 (CD Room).

MAMIGONIAN, A. O habitat açoriano In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1958.

MASINA, R. **Introdução ao estudo do turismo conceitos básico**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 2002. 128p.

MENDES, R. Globalização, urbanização e lazer In: **Revista Experimental**. São Paulo: n.1, p. 69-76, jul./1996.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: www.mre.gov.br. Acessado em 26/11/06.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: www.turismo.gov.br. Acessado em 2005/2006/2007.

MORIN, E. Uma cultura de lazer In: **Cultura de massa do século XX cultura em debate**. p.71-78. Rio de Janeiro: Ed. Foreuse, 1969.

MÜLLER, R. **O problema das inundações na sub-bacia do Ribeirão Forquilhas, no Município de São José (SC): a busca de soluções em conjunto**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. GCN/UFSC, 1997.

O ESTADO, Jornal. Caderno Geral. Prefeito com respaldo de realizações. p. 08. Florianópolis, 7 abr/1999.

_____ Via Litorânea de São José começa dentro de 90 dias. 1ª e 2 de maio de 1999.

OI SÃO JOSÉ, Jornal. Comunidade e vereadores josefenses protestam contra a Casan. Ano XII, nº 123, p. 5. São José, mai/2006.

OLIVEIRA, D. A. N. de. Educação para um turismo globalizado In: **Turismo urbano: cidades, sites de excitação turística**. p. 122-128. Orgs. Antônio Castrogiovani e Susana Gastal. Porto Alegre: Ed. dos autores, 1999. 138p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Disponível em: www.unesco.org.br.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Disponível em www.world-tourism.org. Acessado 2005/2006/2007.

OSTROSKI, R. d. C. **Distrito Industrial de São José**. Florianópolis, Trabalho de Conclusão de Curso: Geografia Bacharelado, da Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

OURIQUES, H. R. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. 150p.

_____. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2005. 159p.

PELUSO JÚNIOR, A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC/SECE, 1991; 396p.

PEREIRA, F. R. da S. **O parque residencial Kobrasol no processo de expansão urbana de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis, UFSC, 1999. 135p.

PIAZZA, W. F. **A epopéia açóric-madeirense 1748-1756**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1992. 490p.

PIRES, E. C. R. As inter-relações turismo, meio-ambiente e cultura. 2004. In: http://portal2.ipb.pt/pls/portal/docs/PAGE/HOME_IPB/IPB_ID_S_E/IPB_ID_PUBLICA_COES/70%20ELIANE%20PIRES.PDF. Acessado em 20/04/2005.

REICHERT, I. C. Legado cultural e turismo: sobre lugares, memórias e outras histórias In: **Turismo sinais de cultura**. Org. Mary S. G. Ashton. Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2001. 122p.

RODRIGUES, A. **Turismo e modernidade e globalização**. São Paulo: 1997. 171p.

_____. **Turismo e espaço: rumo ao conhecimento transdisciplinar**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001. 158p.

RUSSEL, B. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2002. 183p.

SANTOS, C. Globalização, turismo e seus efeitos no meio ambiente In: **Geografia, movimentos sociais e teoria**. V.2, n.19, p. 191-197. São Paulo: Ed. Terra Livre, jul/dez. 2002.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade: Ensaio**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979. 156p.

____ **Espaço e método**. São Paulo: Ed. Nobel, 1985. 88p.

____ Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente In: **Geosul**. n.5, anos III, 1º sem. 158-88. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

____ **Metamorfose do espaço habitado**. 4ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. 119p.

____ **Técnica espaço e tempo de globalização e meio técnico científico informacional**. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 1996. 190p.

____ **A urbanização brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Ed. EDUSP, 2005. 174p.

SCHMITZ, J. A importância da educação para o lazer na sociedade do ócio e seus benefícios para o turismo 2002. In: <http://www.presidentekennedy.br/retur/edicao01/artigo05.pdf>. Acessado em 15/05/04

SILVA, C. M. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis: UFSC, 1990. 253p.

SILVA, O. G. da. **Laudo pericial projeto aterro beira – mar de São José**. Ação popular nº 2001.72.00.009224-0. Florianópolis, 2003.

SILVA, M. da G. L. da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Ed. Aleph, 2004. a. 192p.

SILVA, T. C. da. **Centro Histórico de São José - SC: centralidade e memória urbana**. Florianópolis: UFSC, 2004. b. (Projeto de Qualificação de Mestrado em Geografia).

TRIGO, L. G. G. O turismo no espaço globalizado In: **Turismo modernidade globalização**. Org. Adyr B. Rodrigues. p. 19-35. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

_____ **Turismo básico**. 3ª edição. São Paulo: Ed. SENAC, 1999. 97p.

UNISUL. Disponível em www.unisul.br. Acessado em 03/02/07.

VARGAS, H. C. Turismo e valorização do lugar In: **Turismo em análise**. V. 9, n.1, p. 7-19. São Paulo: Ed da USP, mai/1998.

WAHAB, S. E. A. **Introdução a administração do turismo**. 2ª edição. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1977. 242p.

ANEXOS

**ANEXO 01 – ESQUEMA DA SISTEMÁTICA CDP: REFERENCIAL DE BASE
METODOLÓGICA**

RECURSOS		CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ELEMENTOS DA SISTEMÁTICA		
		DE:		
GRUPOS	SUB-GRUPOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
I NATURIAS OU ECOLÓGICOS	MORFOLÓGICOS	- Praias/dunas - lhas - Restingas - Serras/morros ou colinas/ formações rochosas	- Uso depredatório - Falta de arborização - Acessibilidade/estacionamento - Ocupação desordenada - Poluição (indícios) - Falta/insuficiência de equipamentos para uso público	- Locais para observação da beleza natural/cidade - Locais para passeios, recreação e lazer - Locais ainda não aproveitados adequadamente - Locais para práticas desportivas - Pescarias
	HIDROLÓGICOS	- Rios/riachos - Lagoas - Queda d'água (Bicas) - Fontes hidro-mineral	- Acessibilidade - Uso depredatório - Poluição (indícios no corpo d'água) - Falta/insuficiência de equipamentos para uso público - Locais sujeitos a cheias ou secas	- Local para observação da beleza natural - Locais para recreação, passeios e lazer - Locais para uso com práticas desportivas - Pescarias
	BIOCLIMÁTICOS	- Formações vegetais (Tipos Genéricos) - Condições climáticas (Tipo Genérico)	- Uso depredatório - Falta de preservação - Acessibilidade - Conseqüências climáticas (secas, enchentes, altas temperaturas)	- Local para possibilidades para instalação de reserva natural - Local para observação da beleza natural - Local para passeios, recreação e lazer; - Local para observação do comportamento atmosférico - Local com condições climáticas estabilizáveis
II CULTURAIS	HISTÓRICOS	- Locais com Patrimônio Histórico (em conjunto ou isolados, monumentos, edificações civis, religiosas e militares)	- Acessibilidade - Locais sujeitos a desmoronamentos - Falta/ insuficiência de preservação, restauração e conservação de locais históricos - Falta ou insuficiências de sinalização - Uso inadequado de locais históricos - Prédios abandonados	- Preservação da memória histórica - Locais para passeio de interesse para conheci-mentos históricos e/ou religiosos - Locais apropriados para instalação de museus, galerias, casa de cultura, etc. - Locais apropriados para uso turísticos e/ou afins - Locais para observação turística

	POPULAR REGIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Artesanato (peças de couro, fibras, cerâmica, doces e bebidas, etc.) - Pratos e bebidas típicas - Folclore - Eventos 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de intermediários na comercialização - Falta de insuficiência de apoio a preservação e manutenção de atividades - Atividade sujeita a desaparecimento - Falta ou insuficiência de ambientes para apresentação pública - Deficiência na organização da cooperativa artesanal - Locais com pratos típicos de baixa qualidade - Falta ou insuficiência de apoio na organização e realização de eventos 	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação e divulgação de atividades e da memória cultural - Locais com atividades artísticas e/ou folclóricas para visita pública - Ampliação da fonte de ocupação e geração de renda - Local destinado à exposição e vendas de artesanato - Dinamização, preservação e manutenção de eventos populares e/ou religiosos - Locais com potencialidades para instalação de restaurantes típicos e de serviços de informações turísticas. - Ampliação de apoio a realizações de eventos - Local com condições para implantação de centros de tradições populares e regional.
	CULTURA "URBANA"	<ul style="list-style-type: none"> - Locais para diversões (ex. Vida noturna-boates, cinemas, etc.) - Teatros / salas de espetáculos - Centros de artes (galerias, conservatórios, museus, etc.) - Locais para práticas desportivas (aquáticas e não aquáticas) - Logadouros de interesse turístico (praças, áreas comerciais, calçadas) 	<ul style="list-style-type: none"> - Opções insuficientes para diversões - Locais com baixa qualidade - Deficiência de locais para diversões: teatros e/ou práticas desportivas - Falta ou insuficiência de sinalização/conservação - Falta e/ou insuficiência de informações para fins turísticos - Insuficiência de locais adequados para realização de encontros congressos, jornadas, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Área com condições para implantação de melhorias de locais com equipamentos para diversões - Melhoria e/ou ampliação de condições de locais para práticas desportivas (ginásios cobertos, quadras polivalentes, estádios, etc.) - Locais para visitação e/ou apresentações públicas - Melhoria e/ou ampliação de locais adequados para espetáculos - Locais com condições para implantação de centro de convenções
III INFRA-ESTRUTURAIIS	ACESSOS	<ul style="list-style-type: none"> - Vias e Terminais - Equipamentos para apoio aos acessos (postos de gasolina, oficina mecânica, locais para pequenas refeições, etc.) - Meios de Transporte 	<ul style="list-style-type: none"> - Estradas não pavimentadas, com péssimo estado de conservação e sem sinalização - Falta ou insuficiência de equipamentos de apoio - Fechamento de postos de gasolina aos domingos e feriados - Insuficiência técnica de meios de transportes - Falta ou insuficiência de conservação de meios de 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar/melhorar/ampliar condições de acessibilidade - Possibilitar mais segurança nas rodovias através de equipamentos de apoio - Melhoria das condições de transporte e passageiros - Possibilidades de

			transportes; - Falta ou insuficiência de serviços turísticos em terminais de passageiros	criação e aumentos de fluxo turístico - Vias (ferroviárias ou fluviais) com possibilidades de gerar passeios turísticos - Implantação e/ou melhoria de serviços turísticos nos terminais de passageiros
	EQUIPAMENTOS URBANOS	- Sistema viário - Transporte coletivo - Sistema de abastecimento de água e/ou luz - Saneamento básico - Comunicações (correios, telefônicas, emissoras de rádio e TV, jornais) - Agências de viagens e turismo - Atividades comerciais - Postos com informações turísticas - Serviços de Apoio (saúde, bancário, mecânicos, segurança, etc.)	- Insuficiência e deficiência de sinalizações e capeamento de vias urbanas - Falta ou insuficiência de transportes coletivos e de conservação e limpeza de vias - Falta ou insuficiência de técnicas nos serviços de comunicações - Falta ou insuficiência nos serviços de agências de viagens e turismo - Atividades comerciais com insuficiências e/ou com deficiências - Falta ou insuficiência de locais com informações turísticas	- Locais com condições para melhorar sistema viário - Locais com possibilidades de desenvolvimento de infra-estruturas de transportes coletivos urbanos e/ou sub-urbanos - Implantar abastecimento de água e/ou luz - Locais com expansão de serviços de comunicações - Melhorar e/ou expandir serviços de comunicações - Locais com condições de melhorar e/ou implantar serviços de agências de viagens e turismo - Locais com atividades comerciais em expansão
	ALOJAMENTOS	- Hotéis/Motéis - Pousadas - Camping - Casa de Veraneio	- Oferta superior a demanda - Demanda superior a oferta - Insuficiência ou baixa qualidade nas condições de alojamento - Motéis de alta rotatividade - Falta ou insuficiência de camping - Insuficiência das informações para fins turísticos - Falta ou insuficiência de mão de obra não especializada - Custos elevados nos alojamentos	- Áreas com condições para implantação e/ou ampliação da oferta de alojamento - Locais com condições para implantação de camping - Locais com possibilidade de ampliar pontes de ocupação e renda - Locais com condição de ampliar ofertas de alojamento em casas de veraneio
	GASTRONOMIA	- Serviços de restaurantes - Serviços de bares e similares	- Locais com ofertas superior a demanda e com demanda superior a oferta - Locais com baixa qualidade de serviços gastronômicos e/ou ambientais - Falta ou insuficiência de mão-de-obra especializada.	- Locais com condições de melhorar e/ou ampliar ofertas de restaurantes, bares e/ou similares - Locais com possibilidades de ampliar fontes de ocupação e renda

Fonte Machado (1985)

**ANEXO 02 – LEVANTAMENTO EXPLORATÓRIO DE CARACTERÍSTICAS
TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, A PARTIR DO USO DA
SISTEMÁTICA DE C.D.P.**

RECURSOS		CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ELEMENTOS DA SISTEMÁTICA		
		DE:		
GRUPOS	SUB-GRUPOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
I NATURAIS OU ECOLÓGICOS	MORFOLÓGICOS	* Balneário Guararema (Praia da Ponta de Baixo)	* Poluição aquática * Insuficiência/deficiência de saneamento básico * Deficiências de equipa- mentos para uso público	* Beleza Cênica – local para observação da beleza natural * Local para passeios, recrea- recreação e lazer
		* Ilha da Casca (Ponta de Baixo)	* Poluição aquática * Propriedade particular	* Beleza cênica – local para observação da beleza natural * Local para passeios, recrea- ação e lazer * Implantar equipamentos turísticos
		* Morro da Pedra Branca	* Acesso localização * Deficiência de equipa- mentos para uso público	* Beleza cênica – local para observação da beleza natural * Prática de Ecoturismo * Prática de Esportes Radicais
		* Baías	* Acessibilidade * Indícios de poluição * Usos depredatórios	* Paisagem cênica * Implantação de base náutica * Terminais de integração – transporte marítimo e inter- municipal
	BIOCLIMÁTICOS	* Clima Subtropical Atlântico * Úmido com Verão quente	* Identificadas “ilhas de calor” nos bairros: Ko- brasol, Fazenda do Max e Picadas do Sul * Temperaturas elevadas no verão e amenas no inverno	* Condições climáticas estabilizáveis/melhor conforto térmico * Em áreas elevadas, cenários para observação/aproveita- mento ambiental
		* Resíduos Vegetais Naturais e/ou Reflorestados	* Uso Depredatório * Falta de preservação	* Criação de APA/Educação Metodológica-Ambiental
	HIDROLÓGICOS	* Lago da Pedreira	* Localização/acesso * Falta de equipamentos para uso público	* Beleza cênica - local para observação da beleza natural * Local para passeios, recrea- ção e lazer

<p>NATURAIS OU ECOLÓGICOS (cont.)</p>	<p>HIDROLÓGICOS (cont.)</p>	<p>* Rios - Rio Maruim - Rio Três Henriques - Rio Serraria ou Carolina - Rio Bücheler - Rio Araújo</p>	<p>* Poluição (odor e visual) * Assoreamento * Áreas sujeitas a inundação * Uso depredatório * Expressivos índices de contaminação</p>	<p>* Minimizar e/ou eliminar efeitos de mau cheiro * Evitar surgimento de focos de contaminação por vetores como mosquitos/roedores * Ressurgimento do Mangue e gerar processos de educação ambiental * Contribuir com processos de conscientização ecológica em meio urbano * Orientar urbanização em áreas de várzeas</p>
<p>II CULTURAIS</p>	<p>HISTÓRICOS</p>	<p>* Centro Histórico - Casa da Cultura (Casa da Câmara e Cadeia) - Solar dos Ferreira Mello (Museu e Biblioteca) - Teatro Adolfo Mello - Igreja Matriz - Casarão - Bica da Carioca - Praça Hercílio Luz - Monumento aos Açorianos - Monumento do 1º Centenário da Independência do Brasil</p>	<p>* Insuficiência de preservação, restauração e manutenção de prédios * Prédios Abandonados * Pouca divulgação * Usos inadequados * Falta de sinalização, orientação urbana</p>	<p>* Preservação da Memória urbana * Preservação da Memória histórica * Locais para passeios de interesse histórico/cultural * Criação de Roteiro Turístico * Ocupação com atividades culturais adequadas a cada tipo de edificação * Preservação de referenciais históricos na paisagem</p>
		<p>* Usina Sertão do Imaruim</p>	<p>* Desativação e depreciação pelos desgastes</p>	<p>* Preservação da Memória histórica de atividade</p>
		<p>* Museu da Família Koerich</p>	<p>* Localização * Pouca divulgação * Falta de incentivo ao patrimônio privado</p>	<p>* Preservação da Memória histórica regional * Incluir em Roteiros Turísticos</p>

CULTURAIS (cont.)	HISTÓRICOS (cont.)	* Capela Nosso Senhor do Bonfim	* Depreciação pelo tempo * Ações de vândalos	* Preservação da memória histórica religiosa * Local para passeios de interesse histórico-religioso * Valorização dos eventos locais, festas e comemorações da cultura regional
		* Capela Nosso Senhor dos Passos	* Depreciação pelo tempo * Ações de vândalos	* Preservação da memória histórica * Local para passeios de interesse histórico-religioso
		* Clube 1º de Junho	* Insuficiência de preservação, restauração e manutenção da edificação	* Preservação da memória histórica * Definição de Projetos sociais para a comunidade
		* Escola de Oleiros	* Localização * Insuficiência de divulgação	* Preservação e divulgação da memória histórica-cultural * Local para visitação/práticas culturais * Inserir nos Roteiro Turísticos da Grande Florianópolis
	POPULAR REGIONAL	* Artesanatos - Bordados - Cerâmica - Pinturas - Trabalhos manuais - Objetos de madeira	* Escola profissional – o número insuficiente de vagas não atende a demanda * Poucos eventos para divulgação dos produtos	* Preservação e valorização das atividades * Divulgação dos trabalhos * Ampliação de fontes de emprego e renda
		* Folclore Danças: - Pau de Fitas - Quadrilha - Fandango - Ratoeira - Chimarrita	* Insuficiência de apoio a preservação e divulgação, das atividades * Atividades sujeitas a desaparecimento/concorrência * Deficiência de ambientes para apresentação pública	* Preservação e divulgação da memória e da identidade cultural * Introduzir práticas educativas como valorização da memória regional

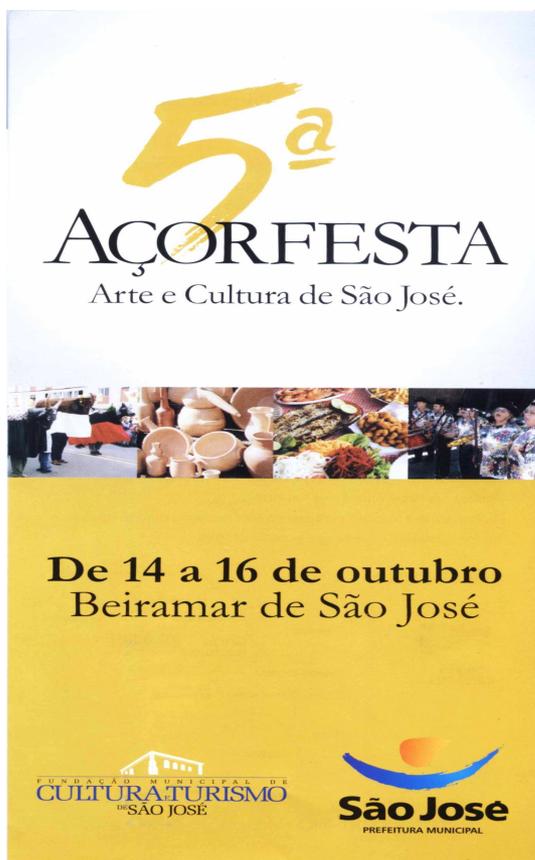
CULTURAIS (cont.)	POPULAR REGIONAL (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> * Eventos - Festa do Divino - Carnaval - Aniversário da Cidade - Açorifesta - Rodeios - Eventos religiosos 	<ul style="list-style-type: none"> * Insuficiência de apoio a preservação e divulgação das atividades * Opções insuficientes de atividades nas programações 	<ul style="list-style-type: none"> * Preservação e divulgação da memória cultural/regional * Atrair diferentes públicos respeitando-se as peculiaridades locais * Atrair vários segmentos * Dinamizar a economia local
		<ul style="list-style-type: none"> * Folguedos - Malhação de Judas - Boi de Mamão - Terno de Reis - Cantoria do Divino - Festas Junina - Farra do Boi 	<ul style="list-style-type: none"> * Insuficiência de apoio a preservação e divulgação das atividades * Atividades sujeitas a desaparecimento/concorrência 	<ul style="list-style-type: none"> * Preservação e divulgação da memória cultural regional * Introduzir práticas educativas como valorização da memória regional
		<ul style="list-style-type: none"> * Literatura Popular - Pão por Deus - Pasquim (fofocas) - Casos (causos) - Adivinhações - Ditados Populares - Religiosidade - Pagamento de promessas 	<ul style="list-style-type: none"> * Insuficiência de apoio a preservação e divulgação, das atividades * Atividades sujeitas a desaparecimento/concorrência 	<ul style="list-style-type: none"> * Preservação e divulgação da memória cultural * Introduzir práticas educativas como valorização de memória e identidade regional
		<ul style="list-style-type: none"> * Culinária - Pratos Típicos a base de Frutos do Mar e/ou a base das identidades açorianas 	<ul style="list-style-type: none"> * Restaurantes típicos com baixa qualidade e apresentação dos produtos * Poucos investimentos em infra-estrutura * Mão de obra pouco qualificada 	<ul style="list-style-type: none"> * Preservação e divulgação da memória cultural gastronômica * Realização de Eventos Gastronômicos * Valorização de identidades regionais
	CULTURA “URBANA”	<ul style="list-style-type: none"> * Locais para Diversão (Vida Noturna) - Bar Cine York - Boliche Pinguim - Maré Alta - Skala – Danceteria - Cantuária Bar/Choperia 	<ul style="list-style-type: none"> * Locais com opções insuficientes para diversão * Insuficiência de informações para fins turísticos, articulados com programações de Florianópolis 	<ul style="list-style-type: none"> * Locais com condições de melhorar suas infra-estruturas * Aumentar e diversificar a oferta * Qualificar mão de obra * Articular com atrativos de Florianópolis

CULTURAIS (cont.)	CULTURA "URBANA" (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> * Teatros e Salas para Espetáculos - Teatro Adolfo Mello - Teatro do Centro Multi-uso 	<ul style="list-style-type: none"> * Insuficiência e/ou deficiência de locais para apresentações artísticas e culturais * Sinalização * Falta de estacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> * Ampliação de locais adequados para apresentações teatrais e/ou outros espetáculos e eventos * Programações permanentes e articulados com circuitos de Florianópolis
	<ul style="list-style-type: none"> * Locais de Lazer - Beiramar de São José - Shopping Itaguaçu - Calçada da Avenida Central - Centro Comercial Camelão - CTG Os Praianos - CATI – Centro de Atenção à Terceira Idade 	<ul style="list-style-type: none"> * Deficiência nas programações * Falta de sinalização * Dificuldades de estacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> * Locais para passeios, lazer, compras e entretenimento * Ampliar e melhorar a programação cultural * Desenvolvimento de programações permanentes/articuladas com circuitos florianopolitanos 	
	<ul style="list-style-type: none"> * Locais para Eventos e Convenções - Centro de Eventos do Shopping Itaguaçu - Cento Multi-Usos 	<ul style="list-style-type: none"> * Articular com circuitos florianopolitanos * Sinalização 	<ul style="list-style-type: none"> * Ampliação de equipamentos * Possibilidade de realização de congressos, jornadas, encontros * Turismo de eventos/negócios * Programar grandes apresentações comunitárias, públicas e, se possível, de baixo custo 	
	<ul style="list-style-type: none"> * Locais para práticas desportivas: - Ginásios poliesportivos - Beiramar (calçadões) - Quadras Polivalentes - Marinas para barcos 	<ul style="list-style-type: none"> * Insuficiência de equipamentos * Má conservação de equipamentos públicos * Sinalização 	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar campeonatos/eventos * Incentivar práticas desportivas * Incluir propostas de práticas educativas 	
	<ul style="list-style-type: none"> * Logradouros de Interesse turístico: - Pracinha do Kobrasol - Parque Ambiental dos Sabiás 	<ul style="list-style-type: none"> * Opções insuficientes de equipamentos * Deficiência na conservação * Falta de sinalização 	<ul style="list-style-type: none"> * Locais para passeios, lazer e recreação * Incluir possíveis logradouros, como espaços de práticas educativas 	

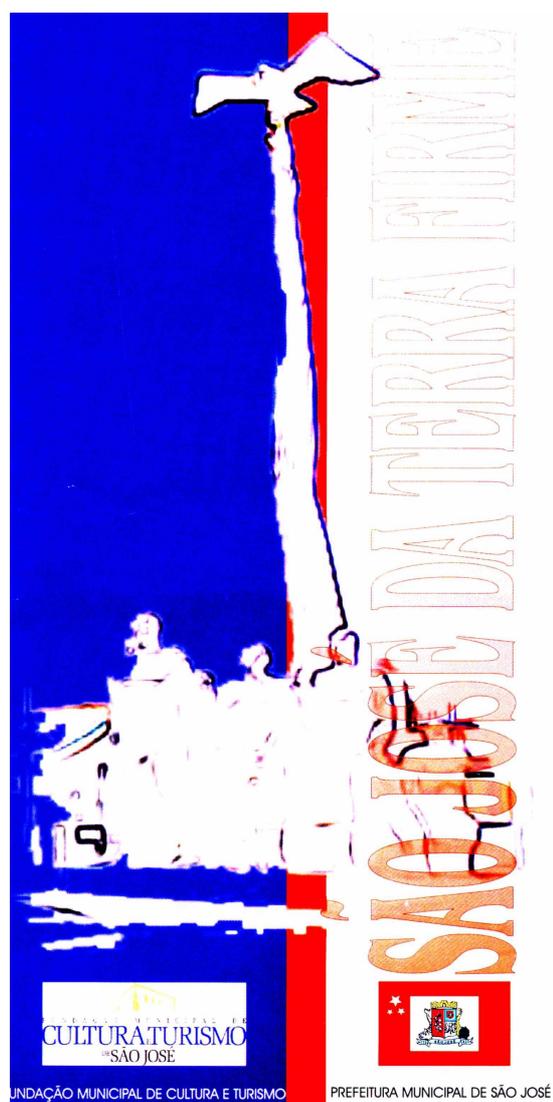
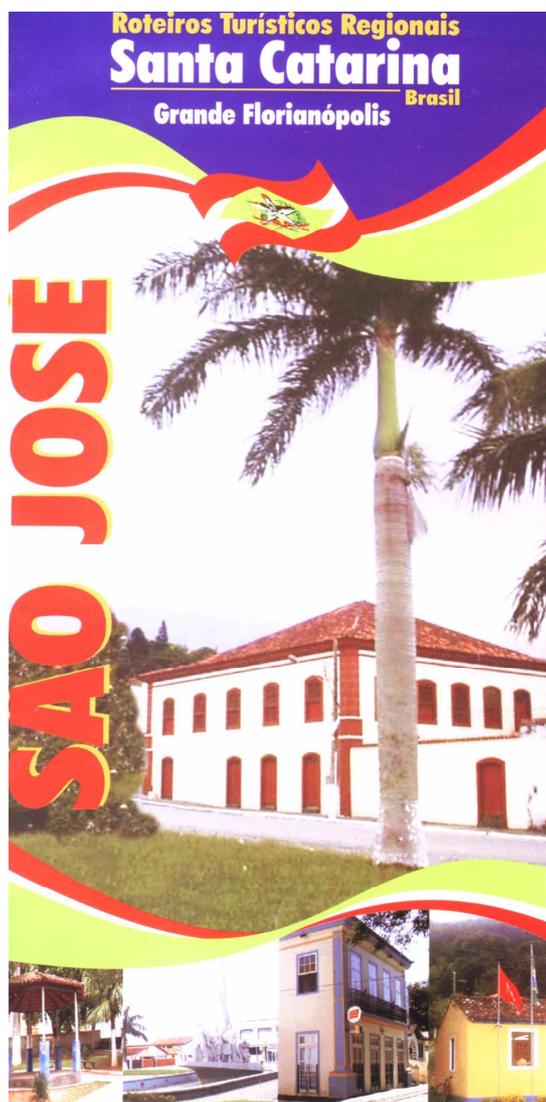
III INFRA-ESTRUTURAS	ACESSOS	* Via Rodoviária - BR-101 - BR-282 * Viscinais (usos locais)	* Insuficiência de sinalização * Péssimas condições das rodovias/manutenção * Trânsito caótico em certos trechos * Falta de Terminal Rodoviário: embarque e desembarque	* Melhoria de acessibilidade * Melhoria de condições de equipamentos de apoio e de acesso * Segurança para transitantes locais e/ou turistas
		* Via Aquática - Transporte Marítimo	* Inexistente	* Possibilidade de criação de fluxo turístico por circuitos integrados * Desafogar o trânsito nas imediações da capital * Ampliar condições de acessibilidade às várias localidades
		* Meio de Transporte Rodoviário por ônibus	Insuficiência de equipamentos e horários	* Melhoria das condições de equipamentos e meios de transportes para deslocamentos
	EQUIPAMENTOS URBANOS	* Abastecimento de Água e Luz	* Insuficientes e com deficiências – manutenção das redes * Equipamentos obsoletos	* Melhorar e ampliar os serviços de abastecimento de água e luz
		* Postos de Informações Turísticas (Prefeitura) * Locais para promover orientações e distribuir panfletos	* Inexistência	* Possibilidade de criar um banco de dados e cadastros de fluxos de visitantes * Divulgação de pontos turísticos do município * Atendimento e prestar informações aos turistas e/ou solicitações da comunidade
		* Sistema Viário / infra – Estrutura de ruas e avenidas	* Deficiência na sinalização e capeamento das vias públicas * Deficiência de estacionamentos * Engarrafamentos	* Locais com condição para melhorar o sistema viário nos usos cotidianos pela comunidade e pelos visitantes
		* Atividades Comerciais	* Gerenciamentos * Apresentação de estabelecimentos e produtos	* Orientação para práticas possíveis e necessárias, conforme normas técnicas

INFRA- ESTRUTURAIIS (cont.)	EQUIPAMENTOS URBANOS (cont.)	* Comunicações Emissoras de Rádio: - Rádio Luar (FM) - Rádio Guararema (AM) Jornais Locais: - Oi São José - Tribuna Josefense - Jornal Regional - Correio de Santa Catarina Canal de TV por assinatura - TV São José/ViaMax	* Carências de formação e atualização técnica/profissional * Articulações precárias à vida regional	* Locais com condições de melhorar e ampliar os serviços de comunicação, notadamente de caráter regional * Servir de meio para apoiar e divulgar os valores locais/regionais
		* Equipamentos de Apoio - Bancos - Supermercados - Postos de Gasolina - Hospitais - Táxi - Farmácias	* Práticas de funcionamento * Sistema de relações públicas deficitário	* Valorização dos profissionais com qualificação de mão de obra e melhor remuneração
		* Agências de viagens e turismo	* Deficiência na oferta de serviços * Limitações nos usos de recursos e informações	* Área profissional com condições de expandir e melhorar serviços de agência de viagens e turismo
	ALOJAMENTOS	* Hotéis (10 registros)	* Mão-de-obra não especializada * Atendimento precário	* Geração de fontes de emprego e renda * Área profissional com possibilidade de ampliar novas ofertas de alojamentos e leitos * Possibilidade de atender públicos diferenciados/complementariedade aos equipamentos de Florianópolis
		* Outros (2 registros)	* Mão-de-obra não especializada * Atendimento precário	* Geração de fonte de renda e emprego * Melhoria nos serviços
		* Motéis (9 registros)	* Imagem pública associada a “negócio de sexo”	* Opção alternativa de hospedagem * Complementar negócios de serviços aos da Grande Florianópolis
	GASTRONOMIA	* Bares, Restaurantes e similares	* Mão-de-obra não especializada * Aparências de tipos de negócios e produtos oferecidos	* Locais com condições de melhorias e ampliação dos serviços * Atrair atividades em circuitos integrados com Florianópolis

ANEXO 03 – PROPAGANDAS DE DIVULGAÇÃO DA AÇORFESTA (2005-2006) E
RODEIO INTERNACIONAL DO CTG “OS PRAIANOS” (2005)



ANEXO 04 – CAPA DE FOLDERS DE DIVULGAÇÃO DE SÃO JOSÉ



ANEXO 05 – CAPA DE ENCARTE DIVULGATIVO DO CONDOMÍNIO
“ALTOS DE SÃO JOSÉ”

ALTOS DE SÃO JOSÉ
— Litoral Catarinense —

BAIA SUL

BOSQUE DAS MANSÕES

LOCAL

SHOPPING ITAGUAÇU

BAIA NORTE

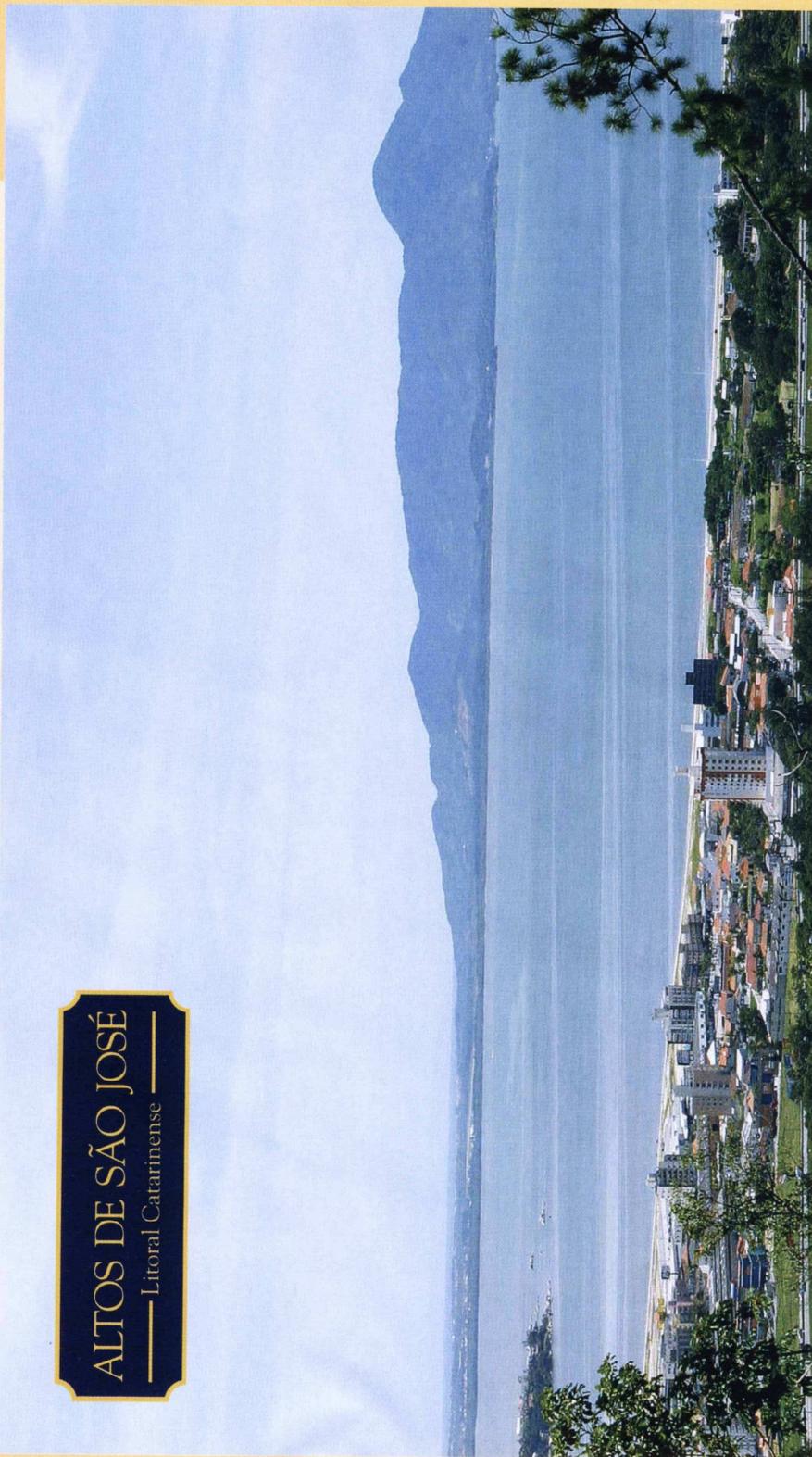
O 1º loteamento fechado com clube privê, de frente para a “Ilha da Magia”.

Vista da Ilha para o continente

ANEXO 06 – PAISAGEM “COMERCIALIZADA” NO CONDOMÍNIO

Muita segurança e qualidade de vida
esperam por você e sua família

ALTOS DE SÃO JOSÉ
— Litoral Catarinense —



Vista do empreendimento para ilha